ABMES

O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro

Milton Santos
María Laura Silveira

CamScanner

Presidente
Édson Franco

Vice-presidentes
Vera Costa Gissoni
Gabriel Rodrigues

Diretor-geral
Pe. Décio Batista Teixeira

Secretária-executiva
Anna Maria Faria Iida

Assessoria
Cecília Eugenia Rocha Horta

Apoio
Universidade Anhembi Morumbi
Universidade Castelo Branco
Universidade Católica de Brasília
Universidade da Amazônia

CamScanner

O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro

CamScanner

Direitos desta edição reservados à
Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
SCS Quadra 07 - Bloco A - Ed. Executive Tower Sala 526 - 70 330-911 - Brasília - DF
Tel.: (61) 322-3252 Fax: (61) 224-4933
E-mail: abmes@abmes.org.br
Home page: http://www.abmes.org.br

Copyright © by Milton Santos e María Laura Silveira

Supervisão e Coordenação Editorial
Cecília Eugenia Rocha Horta

Revisão
Elvira Montenegro

Projeto Gráfico e Capa
Gorovitz/Maass Design

Editoração eletrônica
Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda

Impressão
Athalaia Gráfica e Editora Ltda

SANTOS, Milton. O ensino superior público
e particular e o território brasileiro. /
Milton Santos, María Laura Silveira . —
Brasília : ABMES, 2000.
163 p. ; il.

1. Ensino superior. 2. Ensino privado
3. Ensino público.
I. Silveira, María Laura

CDU 378

CamScanner

Agradecimento

Agradecemos a colaboração institucional da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), da Universidade Anhembi Morumbi, da Universidade Castelo Branco, da Universidade Católica de Brasília e da Universidade da Amazônia para o desenvolvimento deste projeto e, especialmente, o apoio dos Professores Édson Franco, Anna Maria Faria Iida e Cecília Horta. Foi-nos particularmente preciosa a oportunidade de debate em uma reunião pública dessa entidade, no dia 7 de outubro de 1998.

Fomos muito ajudados, tanto na fase da pesquisa documental como na sistematização dos dados, por Flávia Grimm, Marcos Xavier e Paula Borin, alunos do Mestrado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

CamScanner

Sumário

Apresentação..... 9

Introdução.....11

Capítulo 1

Brasil, arquipélago da mecanização incompleta.....15

Capítulo 2

A mecanização da produção e do território.....17

Capítulo 3

Rumo à integração do mercado e do território.....21

3.1 Industrialização, integração, novas polarizações 21

3.2 Difusão do ensino superior nos anos 60 24

3.3 Revolução científico-técnica no Brasil 26

3.4 Demanda de novas qualificações profissionais 30

Capítulo 4

Globalização, o meio técnico-científico-informacional.....31

4.1 Contexto geográfico 31

4.2 Vestibulares 36

CamScanner

4.3 Ensino superior: matrículas e professores 40
4.4 Geografia do ensino superior nas regiões metropolitanas 42
4.5 Ensino superior: instituições 45
4.6 Ensino superior: cursos 48
4.7 Natureza dos cursos de ensino superior e a sua geografia 50
4.8 Tensão entre homogeneização e especialização do ensino superior no território 54

Conclusão

1. Influências recíprocas da educação superior e do território 57
2. Jogo da demanda e da oferta 58
3. Educação e divisão do trabalho 60
4. Perspectivas da oferta e da demanda 62
5. Dilemas do ensino superior público e privado 63

Bibliografia..... 67

Anexos

Panorama do ensino fundamental.. 71
Evolução do ensino médio 74
Matrículas e rendimento mensal 79
Tabelas, gráficos e mapas 83

CamScanner

Apresentação

O território é o local onde vivem, trabalham,
sofrem e sonham todos os brasileiros.
(Milton Santos, maio de 1999)

O Relatório Final da pesquisa *"O Ensino Superior Público e Paraticular e o Território Brasileiro"*, elaborado por Milton Santos, professor emérito da Universidade de São Paulo e por María Laura Silveira, também pesquisadora da mesma universidade, apresenta um estudo geográfico do fenômeno da educação superior no país.

A importância e a originalidade desse estudo consiste em "dar a palavra ao território, como uma fala privilegiada da Nação", atendendo, desse modo, a uma ambição genuína do geógrafo, que tem na figura do professor Milton Santos sua expressão mais completa, devido às suas claras formulações conceituais para conceber o conhecimento e o mundo em que vivemos.

O território é visto pelos Autores como "algo já preenchido por pessoas e objetos historicamente constituídos, cuja integração com a natureza, bruta ou trabalhada, constitui o quadro de vida a que ninguém escapa". Através do território, é possível reconhecer, analisar e estudar, geograficamente, o fenômeno da educação superior. O ensino superior representa, no contexto dessa pesquisa, nova variável para a compreensão das remodelações do território brasileiro em técnica, ciência e informação, sem perder a dimensão geográfica do processo.

O povoamento e a urbanização, aspectos essenciais do trabalho, são abordados, sobretudo, em sua associação com a presença de estabelecimentos de ensino e, paralelamente, com a produção econômica e com os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos mercadorias, serviços, mensagens, ordens. Dentro dessa abordagem, os Autores realizam uma análise empírica, teórica, acompanhada de dados estatísticos e cartográficos e de farta comunicação visual sobre o ensino superior no País, em sua etapas e periodizações específicas, relacionado-as às diferentes

CamScanner

territorializações do presente, em sua evolução, expansão, difusão e localização. Cada periodização caracteriza-se por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas, que evoluem juntas e que obedecem a princípios gerais como a história global, o comportamento do Estado e, certamente, as feições regionais.

É na produção e funcionamento de um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que a qualificação das pessoas se torna decisiva e as demandas pelo ensino são crescentes. O período atual exige, mais do que os anteriores, camadas de população letrada, apta a desenvolver as atividades modernas e hegemônicas.

Todos esses aspectos descritos e analisados, de forma rigorosa e competente pelos professores Milton Santos e María Laura Silveira, fundamentam as conclusões desse Relatório que envolvem as influências recíprocas da educação superior e do território; o jogo e as perspectivas da demanda e da oferta; a educação e a divisão do trabalho; e os dilemas do ensino superior público e privado.

É, pois, com muita honra que a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior apresenta à comunidade acadêmica brasileira esse importante quadro de referência, cujo conteúdo será de fundamental importância não só para as instituições públicas e particulares na tomada de decisões sobre a criação e a expansão de seus cursos, como também para os órgãos governamentais na definição de políticas para o ensino superior.

Édson Franco
Presidente

CamScanner

Introdução

Embora possa parecer ambicioso buscar fazer algo de parecido ao que, em relação à economia, foi feito por Celso Furtado, em relação ao povo, por Darcy Ribeiro e, quanto à cultura, por Florestan Fernandes, uma ambição genuína do trabalho do geógrafo é dar a palavra ao território, como uma fala privilegiada da Nação.

A noção de território de que nos utilizamos – e essa observação preliminar é indispensável – não vê o território apenas como um quadro em branco, onde a sociedade se instala e busca produzir uma história. Nós o vemos como algo já preenchido por pessoas e objetos, historicamente constituídos, cuja integração com a natureza, bruta ou trabalhada constitui o quadro de vida a que ninguém escapa. Assim, o território usado – e não o território em si mesmo – constitui um ator essencial da vida social.

Através do território, é muito mais possível reconhecer e analisar as situações. A sociedade apenas existe, empiricamente, através dos pedaços do território em que se distribui. É através das regiões e dos lugares, que essa sociedade aparece como ela é, una e diversificada, de modo mais corpóreo e concreto, permitindo que nos apossemos, analiticamente, de seus traços dominantes.

O que aqui pretendemos apresentar não é a análise de um pedagogo, mas o estudo geográfico do fenômeno da Educação Superior no Brasil ou, em outras palavras, a sua territorialização. Pretende ser, ao mesmo tempo, uma visão estática – como as coisas são – e uma visão dinâmica, isto é, o processo. Uma e outra poderão nos ajudar, de alguma forma, a enxergar a tendência.

Surgem alguns problemas de método. O primeiro deles é que o movimento da sociedade é global, mas nós vamos considerá-lo a partir de dois aspectos: o território e a educação superior. O segundo é que, se devemos tentar mostrar a distribuição atual de alguns dos aspectos desse fenômeno, isto não basta, porque não é suficiente explicar as coisas como estão no presente; é, realmente, indispensável tentar também uma periodização,

CamScanner

pois os períodos mostram contextos sucessivos, isto é, o devir das coisas, em função de um conjunto de causas, condições e escolhas que explicam o país.

A questão que se apresenta é, então, a de reconhecer como essa periodização pode ser vista, a partir da Geografia, o que inclui outros problemas de método. E aí entram, como fatores, as dinâmicas demográficas, o movimento da produção, as infra-estruturas presentes, os níveis de renda, as qualidades e quantidades do consumo e as dinâmicas sócio-espaciais daí resultantes, assim como os níveis e as qualidades das aspirações da sociedade, isto é, dos indivíduos e dos grupos, que determinam também a maneira como a educação vai-se instalando, segundo uma lógica que inclui os lugares. Também não podemos desconhecer a maneira como, a cada instante, a sociedade brasileira comporta-se em face do mundo, como ela o interpreta e como tudo isso tem reflexos sobre o processo educacional, mostrando a maneira como a realidade da divisão internacional do trabalho incide sobre o país como um todo e sobre as diversas regiões, de modo a estimular as diversas formas de manifestação da educação.

Nosso ponto de partida é que o Território Brasileiro cria demandas educacionais, isto é, cria necessidades de formação das pessoas nos lugares. Essa é a forma com que o território, considerado, aqui, como território utilizado pela sociedade, impõe sua lógica à dinâmica do ensino, em geral, e do ensino superior, em particular. Ao mesmo tempo, desenha-se uma geografia educacional, definida pelo papel dos agentes que comandam o ensino e cujas lógicas participam da reconstrução do Território Brasileiro. Por essa razão, a história da educação no território poderá ser contada como uma história de ausências e presenças, no espaço nacional, dos atores responsáveis por essa atividade, isto é, os diversos níveis do Estado (federal, estadual, municipal) e os agentes confessionais, militares, particulares e os grupos comunitários mistos, cujo papel, nessa atividade, muda, ao longo do tempo.

Apresentamos um texto em quatro capítulos, uma conclusão e anexos com dados cartográficos.

Nos dois primeiros capítulos, buscamos analisar os primeiros séculos da história do território brasileiro, discutindo os primeiros traços da vida urbana e a produção orientada à exportação como condicionantes e como oportunidades da configuração de uma

CamScanner

oferta educativa de nível superior que, nascida no litoral, vai timidamente atingindo algumas áreas interioranas.

Mais tarde, o território é integrado, graças aos transportes e às telecomunicações, conhecendo, ao mesmo tempo, polarizações e difusões de nova natureza. O ensino superior interioriza-se, e as demandas de novas qualificações marcam a relevância dos saberes técnicos e, crescentemente, organizacionais. É o assunto do Capítulo III.

O período atual, denominado globalização, oferece-nos uma nova expressão geográfica. A ciência, hoje associada à técnica e marcada pela informação, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. Daí nossa proposta de considerar, hoje, o espaço geográfico emergente como um meio técnico-científico-informacional. O entendimento desse novo contexto geográfico é um dos objetivos do Capítulo IV, no qual buscamos, sobretudo, traçar um retrato da geografia atual do Ensino Superior, no Brasil. Para isso e, na busca de reconhecer, quantitativa e qualitativamente, situações geográficas da sua evolução, levamos em conta variáveis e indicadores que, tanto são definidores do contexto e do movimento sócio-espacial (transportes, urbanização e metropolização, nível de renda e outros) quanto são intrínsecos ao próprio movimento do ensino (número e tipo de instituições segundo sua natureza, número de alunos, número de professores, número e tipo de cursos, vestibulares etc.). O aumento da divisão do trabalho no território nacional e, ao mesmo tempo, a necessidade de conectar funcionalmente todos os pontos dinâmicos desse território, isto é, um verdadeiro alargamento dos contextos (Santos, 1996, pp. 202-203), levam a uma expansão e a uma especialização do ensino superior brasileiro.

CamScanner

Capítulo 1

Brasil, arquipélago da mecanização incompleta

Em um primeiro momento, a cultura de cana-de-açúcar criou uma série de pequenos centros, no Recôncavo da Bahia e na Zona da Mata do Nordeste. Foi a principal razão da importância de Salvador e Recife, nos começos da época colonial. A exploração dos diamantes e do ouro foi responsável pela existência de inúmeros núcleos de vida urbana, no interior dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Depois, a produção e o comércio da borracha permitiram o crescimento de Belém e de Manaus. Ao café devem São Paulo e Santos sua fortuna. O cacau criou uma rede de cidades, assim como o porto de Ilhéus. Solidariedades entre os navios e suas rotas de navegação, os portos, as ferrovias, estradas-de-rodagem e a usinas de eletricidade permitiram a constituição dos primeiros sistemas de engenharia, no território brasileiro.

Foi, talvez, a combinação de dois fatores principais: a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas que criou as primeiras necessidades de contar com escolas, nessas terras longínquas.

Em todos os casos, as maiores cidades presidem a uma economia de produção voltada para o estrangeiro, a quem elas dirigem a comercialização. É a explicação deste urbanismo de fachada que reflete a condição de dependência da economia nacional.

Esse país de fachada urbana determinou, outrossim, uma extrema seletividade geográfica do ensino, cuja tendência à difusão vai-se concretizar mais tarde. Os albores do século XIX viram nascer as primeiras manifestações formais de ensino superior no país, depois de longos séculos de uma oferta limitada ao ensino primário e secundário, onde o papel principal correspondeu, certamente, aos colégios jesuítas.

O surgimento do ensino superior deu-se sob a forma de cadeiras, que foram sucedidas por cursos, por escolas e por faculdades de Medicina, Direito, Engenharia, Farmácia,

CamScanner

Música e Agronomia, ao longo do século. Mais uma vez, foram as áreas litorâneas e de mineração as que convocaram essa oferta: Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda e Recife, Ouro Preto, Porto Alegre e outras cidades de Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século XIX, momento da independência política, o ensino do Direito afirmou-se com a instalação dos cursos no Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo.

Era, certamente, uma época de saberes universais. Direito, Medicina, Farmácia, Filosofia, Artes, Engenharia e Agronomia constituíram os caminhos de uma maior vida de relações nas cidades e de afiançamento das elites nacionais, no território.

CamScanner

Capítulo 2

Mecanização da produção e do território

A partir da segunda metade do século XIX, mecaniza-se a produção, e, depois, o território, mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação-a-vapor e das estradas-de-ferro. Às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina, incluídas no território.

O território brasileiro podia ser visto como um arquipélago do qual um subsistema seria o arquipélago mecanizado, isto é, o conjunto de manchas ou pontos do território onde se realizam uma produção e uma circulação mecanizadas. É somente nos anos 50 que esses pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território. Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e, de certo modo, agrava-a, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais.

Uma topologia marcada pelas desconexões decorre, sobretudo, de uma vida circunscrita às regiões, embora orientada a satisfazer necessidades de matérias-primas além dos mares. As especializações regionais em matérias-primas de exportação garantiam sua vinculação aos portos e ao mundo, mas, a busca da integração nacional não era ainda um imperativo da construção dessas redes.

O aparelhamento dos portos e a construção de linhas telegráficas contribuíram, também, para tornar mais complexos os sistemas de engenharia e, assim, permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional.

A importância e a mecanização das áreas de exploração de minérios, as necessidades de uma agricultura de exportação e a progressiva tecnificação do território confluíram para aumentar a demanda por conhecimentos técnicos, especialmente engenharia. Aos saberes universais acrescentam-se, desse modo, os saberes técnicos que povoaram

CamScanner

já não somente o litoral, mas, sobretudo, áreas interioranas especializadas e voltadas para um mercado exterior [1].

Em 1891, uma norma criou as condições de uma maior oferta educativa, pois permitiu o funcionamento e o reconhecimento de diplomas de escolas superiores particulares[2].

A Engenharia ensinada nas escolas politécnicas foi herdeira daquela mais precoce, oriunda das academias e escolas militares que, já em meados do século passado, ofereciam cursos de Engenharia Civil e Engenharia Geográfica. Por outro lado, o berço das escolas de Agricultura foram os próprios jardins botânicos, criados quando da sede do reino português no Brasil (L. A. Cunha, 1980). Cursos de Agronomia, Veterinária e outros diplomas específicos eram claramente orientados a essa nova fase de produção do país.

Às demandas pelos saberes técnicos, próprias de uma época de equipamento do território e de produção agropecuária, associavam-se outras, oriundas de uma nova vida de relações nas cidades. Era a necessidade de formação de professores, a expansão da área de saúde e a força que, agora, ganhava o comércio exterior e interior, confluindo para a criação de novos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Obstetrícia, Ciências Econômicas e Contabilidade, assim como o crescimento da área do Magistério.

São tempos de aumento acelerado da população global do país. Paralelamente à diversificação dos tipos de cursos, verifica-se uma "explosão" do número de matrículas. Em 1908, eram 6.735 matrículas no ensino superior e, desse número, o Rio de Janeiro concentrava 45,61% do total do país. Outros centros importantes eram São Paulo (15,98%), Bahia (13,35%), Pernambuco (9,49%), Minas Gerais (7,05%) e Rio Grande do Sul (5,54%).

---

[1] Destacam-se a Escola de Minas (Ouro Preto, 1875) e as Escolas Superiores de Agronomia (Cruz das Almas, Bahia, 1875), Pelotas (Rio Grande do Sul, 1883), Piracicaba (São Paulo, 1900), Lavras (Minas Gerais, 1908) e Rio de Janeiro (1910).

[2] Dentre elas, a Escola de Engenharia do Mackenzie College e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, ambas fundadas no ano de 1896.

CamScanner

Já em 1935, com 34.174 matrículas (crescimento de 5,1 vezes desde 1908), aumenta a importância relativa de São Paulo, que passa a representar 17,50% do país. Assim, a Região Sudeste, que significava 68,64%, em 1908, representava, em 1935, 71,92% do país.

O número de professores no ensino superior brasileiro cresceu significativamente, ao longo dos anos, ainda que nem sempre tenha acompanhado os acelerados movimentos de expansão da matrícula. Em 1908 eram 693 professores e, assim, a cada docente correspondiam 9,72 alunos. Com 5.105 professores em 1935 (aumento de 7,4 vezes), a relação atingia 6,69 alunos/docente.

Desde cedo, a forte demanda pelo ensino superior, concentrada no Sudeste, mostrou que a quantidade de alunos por professor foi menos favorável, nessa região. Em 1908, o Sudeste ultrapassava a média nacional: eram 9,72 alunos por docente no Brasil e 12,49 nessa região. Dentro dela, o Rio de Janeiro, principal centro universitário do país nesse período, oferecia uma relação de 17,07 alunos por professor. O Norte e o Centro-Oeste, com pequena quantidade de alunos de ensino superior, assinalava médias inferiores a 4 alunos/professor. Já em 1935, desponta uma maior nivelação no país, com indicadores que oscilavam entre cerca de 4 e pouco mais de 7 alunos por professor.

As instituições de ensino superior, que eram 28 em 1908, aumentaram para 50, quatro anos depois, e para 248, em 1935. A participação do ensino superior privado no Brasil foi precoce e marcante, representando mais de um terço do total, em 1935. O Sudeste, o Nordeste e, mais tarde, o Sul foram as regiões que mostraram o maior número de instituições, tanto públicas como particulares.

CamScanner

Capítulo 3

Rumo à integração do mercado e do território

3.1 Industrialização, integração, novas polarizações

A partir de 1945 e 1950, a indústria brasileira, através de ciclos diversos da economia, ganha novo ímpeto, e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país.

A indústria do Sul e, sobretudo, a indústria paulista tiveram que solicitar certos produtos agrícolas, como o algodão, a mamona e o sisal aos longínquos estados do Nordeste. As necessidades alimentares de uma população, cujo nível de vida melhorava, trabalharam, também, no mesmo sentido. As estradas favoreceram os intercâmbios e, no Estado de São Paulo, a agricultura obteve níveis de eficácia compatíveis com a civilização industrial.

A população brasileira aumentava continuamente, no decorrer desses decênios. A luta contra a morte, levada paralelamente ao combate menos eficaz contra o analfabetismo e para a educação, deu como resultado uma enorme elevação do índice dos efetivos demográficos. Mesmo nas cidades, o acréscimo natural da população foi importante. A população brasileira, que era de 30 milhões, em 1920, é de perto de 83 milhões, em 1965. Seu aumento teve como conseqüência, não somente o aumento dos efetivos em cada região mas, também, a redistribuição da população.

Essa redistribuição manifestou-se por um novo equilíbrio demográfico regional e um abandono do campo, com o aumento do número das cidades e de sua população. O Nordeste e o Norte representavam mais de um terço (34,39%) da população global,

CamScanner

em 1872. Em 1960, como que ilustrando um resultado da evolução acima descrita, essas duas regiões só representavam um quarto (25,76%) dos totais brasileiros, ainda que seus índices de natalidade fossem mais fortes que no resto do país. Uma grande parte dos brasileiros do Norte e do Nordeste abandonaram essas regiões, indo ajudar a criação das plantações e cidades mais ao Sul.

O deslocamento de milhares de indivíduos para as cidades resulta, quase sempre, de uma preocupação com a melhoria das condições de vida. Os novos meios de comunicação são responsáveis, em grande parte, por esta revolução. A estrada, o avião, aproximando as áreas de crescimento umas das outras, facilitam os contatos e a propagação das novidades. O rádio teve um papel bastante importante, pois o conhecimento da existência de outros lugares de melhores condições de vida fica ao alcance dos iletrados. O transistor veio concluir essa evolução, nas regiões onde a eletricidade ainda não havia se difundido. O anseio pelo acesso à educação foi, certamente, um dos móveis principais desses movimentos de população.

É um momento de consolidação da hegemonia paulista, com um aumento acelerado dos investimentos. H. Rattner (1972, p.151) indica que, em 1954, São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos do Brasil, enquanto em 1958 a proporção era de 62,2%. O mesmo autor chama a atenção para a drenagem, pesada e constante, que o sistema bancário e financeiro, situado sobretudo nas áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, fazia de zonas pobres e subdesenvolvidas, em benefício dessas mesmas áreas metropolitanas.

A modernização do país, já iniciada sob o regime de Getúlio Vargas, facilitara a concentração econômica e espacial. A rápida expansão da indústria no "centro" passava a exigir mais mercados, não apenas fora, mas também dentro do país.

Há, de um lado, mudança estrutural no esquema produtivo e, de outro, há maior seletividade geográfica da produção industrial, mediante uma polarização mais clara e mais forte. Os dois fenômenos são interligados, pois é a localização em São Paulo das indústrias mais dinâmicas que reduz a importância relativa do Rio de Janeiro, impedindo, então, admitir que ainda existam, no país, duas metrópoles. A função

CamScanner

metropolitana cabe, doravante, a São Paulo. O desequilíbrio entre a estrutura industrial do Rio de Janeiro e a de São Paulo afirma-se realmente quando a indústria paulista conhece uma diversificação, e a do Rio de Janeiro deixa de seguir esse caminho. A formação de capital na região de São Paulo é um dos fatores dessa diversificação.

A criação de uma indústria automobilística e a construção de Brasília confluíram, também, para favorecer São Paulo e aumentar o desequilíbrio econômico. Constitui-se um parque de numerosas indústrias de base nessa cidade, cujo enorme mercado é dado pelo esforço de equipamento de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira.

A implantação de Brasília foi um passo importante neste sentido, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível à expansão do consumo do que era produzido internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível, se a indústria não se houvesse já desenvolvido em São Paulo. Como resultado, cada um desses movimentos reforça os demais e, enquanto a economia e a sociedade se renovam, levando o país a crises políticas sucessivas, as bases materiais também se transformam, mediante a possibilidade de circular mais depressa, através de uma superfície muito maior que no período anterior. O asfaltamento da estrada de rodagem Rio-Bahia, no início dos anos 60, e o início da construção da Belém-Brasília e da Brasília-Acre são desse período, assim como o asfaltamento e a melhoria de outras rodovias, inclusive da própria área core do país. O golpe de Estado de 1964 pode ser considerado um novo passo na internacionalização da economia brasileira, com o agudo recrudescimento da guerra fria, dentro das fronteiras do país, e os acordos assinados para tornar mais segura a entrada de capitais.

As antigas metrópoles costeiras foram, em parte, dando as costas às populações contíguas pois, de um lado, o novo sistema de transporte induzia os deslocamentos para São Paulo e Rio de Janeiro e, de outro, essas metrópoles litorâneas tornaram-se incapazes de fornecer bens e serviços a suas regiões. Por essa razão, os núcleos urbanos de desenvolvimento mais recente tendem a se ligar diretamente a São Paulo.

CamScanner

3.2 Difusão do ensino superior nos anos 60

Época de generalização de uma demanda de cultura industrial, as engenharias sobressaem, mostrando uma especialização dos cursos. Novos saberes técnicos desenham o retrato das ofertas e demandas de ensino universitário.

A urbanização do território é acompanhada de um crescimento da demanda educacional. Entre 1960 e 1970 registra-se uma nova "explosão" da matrícula universitária, com um aumento de cerca de 360%, ao tempo em que se passa de 96,3 pessoas em idade universitária por aluno em 1960, para 28,6 pessoas uma década mais tarde. Esse fenômeno é, certamente, possibilitado pela criação, nesse mesmo intervalo, de 180 instituições de ensino superior.

Em 1971 já eram 619 instituições, das quais 435 são particulares. Desse volume, cerca de 67% (414) estavam na Região Sudeste e, dentre elas, 314 eram particulares. Nesse ano, a quantidade de instituições do Sul (101) havia já ultrapassado a do Nordeste (74), sobretudo pela presença do setor privado. No Rio Grande do Sul, 50 instituições, de um total de 56, eram particulares.

Ao longo do tempo, a expansão do ensino superior pelo território brasileiro vai subtraindo a importância relativa do Sudeste, quanto ao número de alunos. Em 1960, eram 93.202 matrículas no Brasil (aumento de 2,7 vezes entre 1935 e 1960); São Paulo, com 25.915 alunos, havia ultrapassado os volumes do Rio de Janeiro (22.412).

Na Região Norte, ao Pará, que era o único Estado com ensino superior, em 1908 (81 alunos), acrescentou-se, nos anos 30, o Amazonas. Esses Estados reuniam, juntos, em 1960, 1.540 alunos (1,65% do total nacional).

Ainda que a participação relativa do Nordeste tivesse ligeira queda, na década de 60, seu crescimento em números absolutos foi de cerca de três vezes, entre 1935 e 1960. Neste último ano, todos os Estados da região contavam com ensino superior, liderados por Pernambuco e Bahia.

CamScanner

A Região Sul, sobretudo Rio Grande do Sul, cresceu em importância relativa e absoluta. Em 1960, essa região ultrapassava 18% da matrícula nacional, e o número de matrículas desse Estado (10.060) era cerca de duas vezes a matrícula de Pernambuco, superava o número de Minas Gerais e se aproximava da metade do número do Rio de Janeiro.

Até os anos 60, a situação brasileira progrediu, tomada como um todo, uma vez que o número de professores atingiu 21.064 (crescimento de 4,1 vezes) e, portanto, havia 4,42 alunos por docente. O Sudeste era a região que, estatisticamente, com 4,83 alunos por professor, indicava, desse ponto de vista, o quadro menos favorável.

Todavia, o aumento de 14,8 vezes em vinte anos, na matrícula universitária (93.202 alunos em 1960 e 1.377.286 em 1980), não foi seguido, a igual ritmo, pela incorporação de professores de ensino superior. Estes aumentaram 5,5 vezes no mesmo período (21.064, em 1960 e 116.454, em 1980). Assim, a relação alunos por professor passou de 4,42 para 11,83.

A expansão das matrículas acompanha-se, também, do aumento no número de cursos no país, que é determinado, sobretudo, pela implantação de novas carreiras nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

O número de cursos no Brasil cresceu de 715, em 1955, para 2.166, em 1970 e 6.264, em 1996 (aumento de 8,8 vezes, em 41 anos). Em 1955 já existia uma concentração no Sudeste que, com 389 cursos, representava 54,41% do total do país. Rio de Janeiro acolhia a maior quantidade (151) e ultrapassava o número total da Região Sul (119), do Centro-Oeste (18) e do Norte (16). São Paulo, com 145 cursos, quase se equiparava ao Rio e, juntos, esses dois Estados representavam 41,4% do total do país. Minas Gerais oferecia 85 cursos, ultrapassando o número de Pernambuco.

Na Região Nordeste, a difusão do ensino superior pelos diversos Estados não impedia, ao mesmo tempo, a convergência dos cursos em Pernambuco (56) e na Bahia (47) que, juntos, representavam 60,6% do total regional, em 1955. Nesse ano, o Pará, com 13 cursos, e o Amazonas, com 3, eram as únicas ofertas da Região Norte. No Centro-Oeste salientava-se Goiás, onde já eram ministrados 17 cursos. A Região Sul evidenciava seu pioneirismo com um leque importante de cursos: 66 no Rio Grande do Sul, 45 no Paraná e 8 em Santa Catarina.

CamScanner

Entre 1955 e 1970, o número de cursos havia aumentado cerca de duas vezes na Bahia (passou de 47 para 90), em Pernambuco (de 56 para 109) e no Rio de Janeiro (de 151 para 320). Mas, em outros Estados, o crescimento foi ainda maior. É o caso de São Paulo (de 145 para 560), Minas Gerais (de 85 para 279), Paraná (de 45 para 124), Rio Grande do Sul (de 66 para 242), Santa Catarina (de 8 para 56). Também o Pará ampliou sua oferta de 13 cursos para 32 e o Amazonas de 3 para 21. No Acre, onde inexistiam cursos, em 1955, havia 3, em 1970.

3.3 Revolução científico-técnica no Brasil

O fim da guerra evidenciou as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar, plenamente, trinta anos depois.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, em conseqüência, da política.

A adaptação ao modelo capitalista internacional torna-se mais requintada e a respectiva ideologia de racionalidade e modernização, a qualquer preço, ultrapassa o domínio industrial, impõe-se ao setor público e invade áreas até então não tocadas ou alcançadas só indiretamente como, por exemplo, a manipulação da mídia, a organização e o conteúdo do ensino em todos os seus graus, a vida religiosa, a profissionalização, as relações de trabalho etc.

Simultaneamente, o exército de reserva aumentava ao compasso da intensificação das migrações para o Estado de São Paulo. Esse período cria as condições para reativar o processo de enfraquecimento de todas as periferias, enquanto o país parecia refluir para o seu centro: capitais privados, investimentos públicos, população, crescimento e pobreza.

CamScanner

A diminuição da atividade econômica que afetava o país como um todo parecia, então, uma ameaça à continuidade do modelo. Para mantê-lo, era indispensável retornar a atividade, ao preço de investimentos públicos mais numerosos e mais injeção de recursos, para as atividades de exportação, mais proteção ao grande capital, menor retribuição ao trabalho, de uma política social ainda menos generosa e, necessariamente, de uma busca de ordem ainda maior, no campo político-social.

Uma nova divisão territorial do trabalho esboça-se no Brasil, a partir da necessidade de transformar os minérios, de produzir derivados do petróleo e, a um só tempo, de substituir este recurso em alguns setores da circulação. É o momento de implantação de complexos e pólos industriais em diversas regiões do país: o Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, o Complexo Siderúrgico de Itaqui, no Maranhão, o Projeto Carajás, a indústria de derivados de cloro, em Alagoas, o Complexo eletrometalúrgico de Tucuruí. Paralelamente, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) muda a geografia do interior paulista, a partir de 1975, com o ingresso maciço da cultura de cana de açúcar.

As redes de transporte tornam-se mais densas e mais modernas e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial representada pela presença das infra-estruturas e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso. Constitui-se uma rede de aeroportos no território nacional, entre os anos 1949 e 1970, como resposta à necessidade de intercâmbios velozes. Dentre os aeroportos administrados pela Infraero contam-se 16, no Sudeste, 13, no Nordeste, 11, no Norte, 9, no Sul e 6, no Centro-Oeste.

À revolução dos transportes, testemunhada nas décadas de 50 e 60, no Brasil, segue-se, nos anos 70, uma revolução das telecomunicações. L. Dias (1989, pp. 36-37) estuda a evolução do setor no país e propõe uma periodização: até 1969, os meios técnicos do sistema de telecomunicações eram apenas as ondas curtas e os cabos submarinos de baixa capacidade de transmissão; entre 1969 e 1973, instala-se um sistema nacional de telecomunicações por rede hertziana; de 1974 a 1984, incorpora-se ao sistema o satélite Intelsat e, por fim, entre 1985 e 1988, o desenvolvimento dos satélites brasileiros Brasilsat I e II.

CamScanner

Os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes.

Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia apresentam, entre 1950 e 1980, altas taxas de emigração líquida. Áreas que haviam sido atrativas em outros momentos, transformaram-se, nos anos 70, em expulsoras de uma população cujo destino eram as metrópoles ou que incursionava em novas frentes pioneiras, como a Amazônia.

Daí por diante, o que ocorre é a reprodução ampliada daquilo que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior, de tal modo que tudo cresce ainda mais, porém, no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um endividamento maior, uma maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, a ampliação das facilidades de circulação dentro do país e para os canais de exportação. Paralelamente agrava-se a tendência à concentração e centralização da economia, a tendência à concentração geográfica e a tendência à concentração da renda.

Os intercâmbios aumentam e, em decorrência, também aumenta o terciário, pois há maior necessidade de organização de serviços públicos e privados, de transportes e de bancos. Gesta-se, a um só tempo, uma grande especialização territorial, com a tendência à concentração da produção de bens e serviços mais "nobres", em alguns pontos do Sudeste e do Sul. Como o aparato produtivo se torna dependente de recursos exógenos, e os recursos nacionais – incluída a população – são menos utilizados, o terciário e a urbanização tendem a aumentar. Trata-se, certamente, de uma internacionalização dos processos da produção.

O Brasil vivera um período em que as indústrias podiam ser instaladas com uma tecnologia superada – freqüentemente, máquinas que haviam sido usadas, antes, em países industrializados mais avançados –, buscando a substituição de importações. A produção satisfazia as necessidades do consumo doméstico. Mais tarde, a industrialização nacional foi determinada pelo nível de aglomeração polarizadora mais importante do país ou, em outras palavras, pelo complexo industrial de mais alto nível.

CamScanner

Apesar da industrialização, o país tem conservado uma série de características de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, isto é, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma tendência crescente para o empobrecimento das classes subprivilegiadas, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto e do Produto Nacional per Capita.

Dado que a expansão da indústria dinâmica é acompanhada simultaneamente pela redução do poder aquisitivo das massas, a economia vê-se forçada a procurar mercados em outros lugares ou a reduzir o seu próprio crescimento. Os investimentos dirigem-se aos setores onde há possibilidade de exportação, isto é, produção de bens para os quais existem compradores estrangeiros potenciais. Esta orientação exige uma constante modernização do equipamento industrial, a fim de poder concorrer internacionalmente. Agrava-se, assim, a dependência dos centros mais avançados do sistema mundial, ao tempo que a necessidade de importação exige uma política agressiva de exportação.

A política de crescimento estimula, progressivamente, a produção de bens de capital, para os quais não existe mercado interno. O Estado é, portanto, compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as grandes empresas sem consideração pelas massas, cada vez mais empobrecidas.

Nesse período, impõe-se uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio-ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso, as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais.

Uma autonomia relativa entre lugares é substituída por uma interdependência crescente e, sobretudo, a interdependência "local" entre sociedade regional e natureza, fundada em circuitos locais, é rompida por circuitos mais amplos, em mãos de poucos produtores. Graças à propaganda, à industrialização, ao crédito e à urbanização, amplia-se o consumo, ao tempo em que há uma transformação mais rápida de valores de uso em valores de troca, acelerada pela especialização territorial da produção, pelo novo patamar de urbanização e pela valorização da terra. É uma fase de nova integração, mas com especialização geográfica da produção material e imaterial.

CamScanner

3.4 Demanda de novas qualificações profissionais

A transformação das bases materiais e sociais do território brasileiro, graças aos acréscimos de ciência e técnica, significa, também, a exigência de novas qualificações profissionais. O aumento de 223,71%, na matrícula universitária, entre 1970 e 1980 é, quiçá, a melhor testemunha da necessidade e do desejo de apropriar-se de uma sofisticada cultura técnica e organizacional. Na Região Sudeste, o crescimento das matrículas atinge 200,22%.

É um momento em que o ensino superior realiza uma verdadeira conquista do território brasileiro pois, nesse decênio, são implantadas mais de 300 instituições de ensino superior.

A proporção de instituições particulares, no total do país, havia aumentado em 1980, quando eram privados 77,32% (682) dos centros de ensino superior sobre um universo de 882 unidades. Na Região Sudeste, 85,47% das instituições eram particulares e, em São Paulo, 88,18% do seu total. Todavia, na Região Norte, de um total de 11 instituições, 9 eram públicas (81,82%). No Centro-Oeste, cerca de 71% delas eram particulares e, no Sul, 63,64%.

É, ao mesmo tempo, uma difusão geográfica do ensino superior e uma difusão social, uma vez que a relação de pessoas em idade universitária, por aluno, passa de 28,6, em 1970, para 12,2, em 1980.

Num período em que o território brasileiro conhece sua unificação e, mais tarde, a incorporação de conteúdos técnico-científicos, sua população torna-se crescentemente letrada. O número de matrículas universitárias passou de 93.202, em 1960, para 1.377.286, em 1980 (aumento de 14,8 vezes). Todas as regiões conheceram uma difusão do ensino superior, mas essa evolução não é homogênea, com acréscimo de 19,1 vezes no Norte, 15 vezes no Nordeste, 14,3 vezes no Sudeste, 13,4 vezes no Sul e 43,9 vezes, no Centro-Oeste. Esta região, cujo número de matriculados era o mais baixo do país, em 1960, excede, nos anos 70 e 80, o número da Região Norte (em 1980, sua matrícula era 1,6 vezes superior). O Distrito Federal possuía, em 1980, 29.198 alunos, quantidade que ultrapassava o número de todo o Estado de Santa Catarina.

CamScanner

Capítulo 4

Globalização, o meio técnico-científico-informacional

4.1 Contexto geográfico

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro, revigora-se durante o período da globalização, sob a égide do mercado. Este, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global.

O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1985, 1994, 1996), constituído sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, mas também em pontos e manchas de outros Estados. Este novo meio é a cara geográfica da globalização.

A questão da fluidez do espaço agora se coloca em outros termos. Como a informação e as finanças passam a ser dados importantes, senão fundamentais, na arquitetura da vida social, o espaço total de um país, isto é, o seu território, enquanto suporte da produção em todas suas instâncias, equivale ao mercado. Desse ponto de vista, distinguem-se, no país, áreas onde a informação e a finança têm mais ou menos influência, da mesma maneira que antes a questão se colocava quanto aos produtos e à mão-de-obra. Definem-se, assim, densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez.

Nos dias de hoje, os sistemas de engenharia são projetados e construídos em forma integrada, com a intencionalidade de propiciar a convergência de certos agentes e de certas regiões do território. Trata-se de grandes sistemas técnicos, aqueles que fornecem as condições para que outras técnicas funcionem. São as grandes barragens,

CamScanner

aeroportos, vias rápidas de transportes, suportes de diversas espécies, responsáveis pela criação de situações nas quais há uma solidariedade entre técnicas de telecomunicações, teledetecção, informática e burótica, entre outras, que povoam o território, através de redes materiais e imateriais.

As firmas e bancos globais, verdadeiras redes, estimulam a permanente renovação dos sistemas de engenharia, a partir da alocação de capitais, sob a forma de créditos e empréstimos de diversas espécies. O sistema técnico invasor, assim acolhido, impõe a necessidade de parcelas crescentes de informação e de escalas coerentes com as regras da consagrada competitividade.

Por isso, essas novas próteses são veículos de fluxos multidirecionais, cuja escala se alarga até tornar-se global. Através desses fluxos, elas mobilizam capitais e cumprem, desse modo, o desígnio da sua criação. A equação entre capital e emprego torna-se, progressiva ou brutalmente, em desfavor deste último.

A rarefação relativa dos sistemas de engenharia, próprios de antigas divisões territoriais do trabalho, contribuía, de algum modo, para impedir o aumento e mesmo a presença de mais capitais fixos e especulativos, em certas regiões. Uma divisão territorial do trabalho globalizada exige uma trama densa e complexa de sistemas de engenharia, para permitir, assim, a reprodução dos capitais fixos e constantes e a circulação veloz dos capitais especulativos.

Os sistemas de engenharia que antes eram praticamente subordinados às condições locais são, cada vez mais, tributários de relações mais amplas. De um controle pulverizado à escala de comunidades isoladas, eles passaram a depender de um controle unificado que preside um jogo complexo, social e econômico que, hoje, caracteriza a utilização de infra-estruturas instaladas segundo regras científicas e técnicas estritas. O uso do território é marcado, de um lado, por uma maior fluidez, com menos fricções e rugosidades e, de outro, pela fixidez, dada pelos objetos maciços, grandes e difusos no território. Os microobjetos da eletrônica e da informática demandam localizações adequadas e precisas. Construídos por capitais indivisíveis, esses macrossistemas técnicos exigem, para sua operação eficaz, uma acentuada unicidade de direção.

CamScanner

Verifica-se a urbanização da sociedade e do território brasileiros, com o crescimento da população urbana e o aumento do número de cidades. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (estas em torno do meio milhão de habitantes).

Aumenta o número de cidades locais e sua força, assim como o dos centros regionais, ao passo em que as metrópoles regionais tendem a crescer relativamente mais que as próprias metrópoles do Sudeste.

As metrópoles regionais mudaram de qualidade, primeiro porque se transformaram em metrópoles com um conteúdo nacional, capazes de manter relações nacionais e, segundo, porque as respectivas Regiões Metropolitanas passaram a constituir áreas onde se diversificam e avolumam as relações interurbanas, com aumento da divisão do trabalho, o que conduz ao apressamento e aprofundamento de uma série de processos econômicos e sociais. O efeito do tamanho tem um papel na divisão interurbana e também na divisão intra-urbana do trabalho: quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais extensa de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz, do ponto de vista econômico.

Por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias um notável incremento demográfico, beneficiado, em grande parte, pelo jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20 mil e 500 mil habitantes vêem sua população total passar de cerca de sete milhões, em 1950, para perto de 38 milhões, em 1980, e para 60.054.404, em 1996, enquanto as cidades com mais de um milhão de habitantes passam de seis milhões e meio, em 1950, para 29 milhões de residentes, em 1980, e 46.718.598, em 1996.

CamScanner

Há, certamente, seletividade na expansão desse meio técnico-científico-informacional, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras. A divisão social e territorial do trabalho amplia-se e torna-se mais complexa. Em todo caso, a demanda por qualificações específicas aumenta em todas as regiões, enquanto a oferta parece acompanhar as especializações produtivas dos lugares.

Nas regiões mais pobres, a presença dos bens e serviços é escassa, pois sua distribuição no território é seletiva. Paralelamente, nessas regiões, a acessibilidade é menor, porque a rede de transportes é mais frouxa, o número de automóveis particulares é mais reduzido, o transporte público se desenvolve com menor freqüência, aumentando os custos dos deslocamentos.

O Estado de São Paulo concentrava, em 1994, 8.682.994 veículos (36,8% do estoque nacional), dos quais 84,4% eram automóveis (7.330.722). A metade desse conjunto de automóveis correspondia à sua Região Metropolitana. Seguem, em importância, as frotas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que ultrapassavam, nesse mesmo ano, 2 milhões de veículos. O Paraná contava com 1.716.134 veículos.

Em 1994, a densidade para o Brasil era de 7,72 habitantes por automóvel. Ainda que alguns Estados fossem menos providos, as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam densidades superiores à média nacional. Não era o caso do Nordeste e do Norte, com densidades inferiores a 20 pessoas por automóvel. O peso das relações pré-existentes e os níveis de renda relativamente inferiores, entre muitas razões, contribuem para uma menor motorização. Maranhão e Piauí, por exemplo, têm densidades de 49,21 e 36,7 pessoas por automóvel, respectivamente, enquanto o Distrito Federal e São Paulo apontam os índices de motorização mais elevados, com 3,2 e 4,3 pessoas por automóvel, respectivamente.

Em São Paulo, registrava-se, em 1994, o maior número de viagens intramunicipais, intermunicipais e interestaduais. Somadas, as viagens intramunicipais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro representam 46,7% do total dos deslocamentos intramunicipais do Brasil e 41,7% do total nacional de viagens. Veja-se o peso da vida metropolitana e a intensidade dos seus movimentos.

CamScanner

Se um, de cada 10,75 habitantes, deslocava-se em viagens de ônibus no país, em 1994, a fluidez em cada porção do território era, porém, muito diversa. Reunindo 57,6% da população do país, a Região Concentrada evidencia uma maior mobilidade, pois detinha, nesse mesmo ano, 72,1% do total nacional de passageiros rodoviários (um passageiro para 9,75 habitantes). Eram 4,96 habitantes por passageiro, no Distrito Federal, 5,37, no Rio de Janeiro e 8,13, em São Paulo, 10,81, no Centro-Oeste e 11,55, no Sul. Num Estado como Roraima, a densidade era de um passageiro para cada 608,31 habitantes.

Porções importantes do Nordeste e da Amazônia apresentam baixas densidades de movimento, se considerados indicadores como passageiros de ônibus e número de automóveis, em relação à população. As condições de relativo isolamento da Amazônia, sobretudo por via terrestre, são conhecidas. Representando 6,5% da população brasileira, essa região tem apenas 3,4% do total nacional de passageiros.

Participam, também, desse quadro de relativa imobilidade, algumas áreas do Nordeste, como Alagoas e Maranhão (30,16 e 27,82 habitantes por passageiro, respectivamente), que mais parecem responder a uma fase em que os deslocamentos dependiam do uso do próprio corpo e dos animais e menos de rápidos veículos contemporâneos.

Estados da Região Concentrada, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná, mas também outros, como Goiás e Bahia, apresentam uma importante circulação intermunicipal e interestadual.

Dependendo de sua localização, o cidadão é, assim, menos provido de meios para ter acesso aos bens e serviços. É a questão da fluidez potencial e efetiva do território. Na busca desses bens e serviços, um número cada vez maior de pessoas se instala em um número cada vez menor de lugares, tornados assim propícios à difusão do ensino superior. Este contribui, desse modo, para o desenvolvimento econômico e para uma maior divisão do trabalho no país.

Resultado puro e simples do poder aquisitivo, a acessibilidade imposta pela lógica do mercado pode, porém, ser modificada por uma ação pública destinada a atenuar as

CamScanner

compartimentações. É o exemplo daqueles municípios que, visando a garantir o deslocamento dos alunos para as Universidades, organizam e financiam um serviço exclusivo de ônibus. São as ações empreendidas em algumas cidades do Paraná, de Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

4.2 Vestibulares

Porta obrigatória de entrada nas Faculdades, o vestibular teve um crescimento explosivo do número de inscritos, entre 1971 e 1987. Eram 400.958 no primeiro desses anos, 1.514.341, em 1985 e 2.193.861, em 1987 (aumento de 5,5 vezes, nesse período). Com ligeiras quedas, em 1989 e 1991, a quantidade ascende para 2.548.077, em 1996 (crescimento de 1,2 vezes, entre 1987 e 1996). Desse volume de candidatos, pouco mais da metade correspondia às instituições públicas (51,5%, em 1985 e 54,3%, em 1996) porque o afluxo a estas, devido ao fato de serem gratuitas, é bem maior.

Ao longo das décadas de 80 e 90, a Região Sudeste apresentava a maior oferta, mas também a mais alta demanda, na rede particular de ensino superior, pois 59,1% de seus inscritos no vestibular o fazia em instituições particulares, em 1985 e 55,7%, em 1996. O volume de candidatos em instituições particulares no Sudeste (497.110), em 1985, ultrapassava em 24% (96.152 pessoas) o número total de inscritos no vestibular no Brasil, em 1971 (400.958 candidatos em ambos os sistemas).

Em 1985, na Região Centro-Oeste, eram 54,1% os inscritos em instituições particulares (no Distrito Federal eram 70,4%). Situação bem diferente era a da Região Norte, com apenas 16% dos seus candidatos nas instituições privadas, pois só o Pará contava com essa oferta (9.281 inscritos, isto é, 28,7% da matrícula do Estado).

Na Região Nordeste, a Bahia destacava-se com o maior número de inscritos no vestibular (62.989), dos quais 58,2% recorriam a instituições particulares. Pernambuco e Ceará superavam os 50 mil inscritos, assim como o Distrito Federal, na Região Centro-Oeste. São Paulo contava com mais da metade dos candidatos do Sudeste e ultrapassava os números totais das outras Grandes Regiões (1,7 vezes mais que o Nordeste, 2,1 vezes mais que o Sul, 4,6 vezes superior ao Centro-Oeste e 8,2 vezes mais que o Norte).

CamScanner

Se o número de inscritos no vestibular multiplicou-se por 1,7 vezes, entre 1985 (1.514.341) e 1996 (2.548.077), e 1,6 vezes no sistema particular (734.454 em 1985 e 1.163.434 em 1996), o Sudeste continuava liderando o quadro com 1.399.304 inscritos em 1996 (aumento de 1,7 vezes, entre 1985 e 1996).

A difusão do ensino particular nas regiões Norte e Nordeste também pode ser analisada a partir da demanda no vestibular. Em 1987, o Amazonas abrigava 3.352 candidatos ao ensino particular. Dois anos mais tarde, Estados até então desprovidos de uma oferta privada, como Rondônia, Roraima e Tocantins passaram a contar com faculdades particulares. Foi também o caso do Amapá, em 1993.

Em 1985, inexistia oferta particular, quanto ao ensino superior, nos Estados do Maranhão, Piauí e no Mato Grosso. Em 1991, a situação havia mudado.

Em 1996, o Pará tinha um número total de inscritos no vestibular (50.450) que ultrapassava, não só o dos Estados de sua própria região, como o dos Estados nordestinos do Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, além do Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse número era, todavia, menos da metade dos candidatos da Bahia (112.952) – o mais alto do Nordeste, que, por sua vez, era inferior ao do Rio Grande do Sul e Paraná. Santa Catarina, com 71.821 inscritos, transpunha o número total de candidatos do Distrito Federal e de todos os Estados do Centro-Oeste, do Norte e boa parte do Nordeste.

No Estado de São Paulo, em 1996, 63,3% dos inscritos ao vestibular cabiam ao sistema particular. Essa proporção era de 61,6%, no Rio Grande do Sul e 60,9%, no Mato Grosso do Sul. Os inscritos em instituições particulares de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro ultrapassavam 40% dos seus respectivos totais. Nas regiões Nordeste e Norte, nenhum Estado atingia essas proporções.

Quanto ao número de vagas oferecidas no vestibular, multiplica-se por 3,3, entre 1971 e 1996. Eram 191.585 e 634.236, respectivamente. Lembremos que o aumento dos inscritos foi de 6,4 vezes, no mesmo período.

CamScanner

Em 1985, o número de vagas em instituições particulares (289.208) era 1,5 vezes superior ao número total (públicas e privadas), em 1971 (191.585). Naquele ano, o conjunto de vagas do sistema privado representava 67,2% do universo. A presença relativa do ensino superior particular no Brasil foi crescendo até atingir, em 1996, 71,1% do total nacional das vagas.

A velocidade da expansão do sistema particular foi maior. As vagas em instituições privadas passaram de 289.208, em 1985, para 450.723, onze anos depois (aumento de 1,6 vezes), ao tempo em que, no sistema público, aumentaram de 149.642, em 1985, para 183.513, em 1996 (acréscimo de 1,2 vezes). Todas as regiões brasileiras conheceram uma difusão da rede particular, ainda que as desigualdades permanecessem. É na Região Sudeste, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Sul, que observamos a maior oferta. Em 1985, 79,1% das vagas do Sudeste estavam em instituições particulares (em São Paulo, 84,5% e no Rio de Janeiro, 79,7%). Na Região Centro-Oeste, 57,4% da oferta pertencia ao setor privado e 55,4% no Sul. Já em 1996, o Sudeste oferecia 391.542 vagas, das quais 83% pertenciam ao setor privado. Em São Paulo, eram 209.066 vagas em instituições particulares (86,3% do total oferecido no Estado), um número cerca de duas vezes superior ao total de vagas (públicas e particulares) da Região Sul (106.400), 2,7 vezes maior ao mesmo conjunto da Região Nordeste (76.055), cinco vezes, em relação ao Centro-Oeste (41.408) e 11,1 vezes mais que o Norte (18.831).

Em 1993, a Região Nordeste, com 35,2% das suas vagas em instituições particulares, ultrapassava a percentagem da Região Norte (31,4%). Três anos mais tarde, a oferta do ensino particular, em relação à oferta total na Região Norte, havia aumentado. Eram 42,1% das suas vagas no sistema particular, enquanto, no Nordeste, a oferta privada atingia 38,1% do seu total regional.

Todavia, a expansão do ingresso ao ensino superior não tem acompanhado os ritmos da procura. Em 1971 eram 2,09 inscritos por vaga, e esse índice é de 4,90, em 1987, 3,70, em 1993 e 4,02, em 1996.

Em 1971, não existiam importantes diferenças regionais quanto a essa relação, pois nenhum Estado ultrapassava 5 inscritos por vaga. Já em 1987, Amazonas, Rondônia

CamScanner

e Piauí assinalavam índices superiores a 12 inscritos por vaga, enquanto nos Estados do Sudeste e do Sul eram inferiores a 5. Em 1996, todos os Estados, menos o Amapá, apontavam índices abaixo de 10 inscritos por vaga, sendo que o Sudeste e o Sul tinham 3,57 e 3,96 candidatos por vaga, respectivamente. O Estado do Mato Grosso oferecia a situação relativamente mais satisfatória, com 2,95 inscritos por vaga.

É preciso, todavia, diferençar, mais uma vez, o sistema público e o sistema particular. Em 1985, eram 5,21 inscritos por vaga no primeiro e 2,54, no segundo. Mais tarde, em 1996, a cristalização do sistema público torna-se mais patente: 7,55 inscritos por vaga, enquanto o sistema privado mantém quantitativamente sua oferta: 2,54, em 1985 e 2,58, em 1996. Neste, as disparidades regionais são pouco marcantes. Em 1985, nenhuma região do país mostrava médias superiores aos 5 candidatos por vaga (embora um Estado como a Bahia tivesse cerca de 8 inscritos por vaga e um Estado como Pernambuco não atingisse dois candidatos por vaga). Em 1996, nenhuma região ultrapassava a média de 4 inscritos por vaga.

Ao contrário, o sistema público, em 1985, apontava cerca de 9 candidatos por vaga, na Região Norte (com mais de 12 em Rondônia) e 3,19 na Região Sul (onde Rio Grande do Sul tinha 1,29). Onze anos mais tarde, a situação de escassez tornou-se mais aguda, pois se a média nacional era de 7,55 inscritos por vaga, na Região Norte permanecia uma média de 9 candidatos por vaga e, no resto do país, o crescimento da oferta estava muito aquém de acompanhar a expansão da procura. A Região Centro-Oeste mostrou, entretanto, uma ligeira evolução, pois eram 6,55 inscritos por vaga, em 1985 e 5,92, em 1996. O Nordeste indicava 5,55, em 1985 e 6,82, em 1996. A Região Sudeste passou de 6,03 inscritos/vaga, em 1985, para 9,32, em 1996, destacando-se a involução do Rio de Janeiro, cujo índice passou de 4,74 para 10,71. O sistema público de ensino nos Estados sulistas tampouco marchou ao ritmo da demanda, pois de 3,19 inscritos por vaga, em 1985, atingiu 5,92, em 1996. No Rio Grande do Sul, que indicava a melhor oferta de ensino superior público do país, com 1,29 inscritos por vaga, em 1985, essa proporção sobe, em 1996, para 7,55 candidatos/vaga.

Considerando a população em idade universitária e o número de inscritos ao vestibular podemos, mais uma vez, constatar o aumento da vocação por um consumo de ensino superior. Era um inscrito para cada 11,9 pessoas entre 18 e 24 anos, em 1985, relação

CamScanner

que havia alcançado um inscrito para cada 8,1 pessoas em idade universitária, em 1996. Se essa proporção caiu, na Região Nordeste, de 18,3 pessoas por inscrito, em 1985, para 14, em 1996, e de 9,7 para 6,2, no Sudeste, é na Região Norte que se dá o contrário: eram 9,9, em 1985 e aumenta para 13,4, em 1996.

A oferta de ensino superior particular no Sul e no Centro-Oeste observa-se, também, na relação de inscritos por vaga que passou, entre 1985 e 1996, de 12,4 para 6,9 na primeira região e de 12,1 para 7,6, na segunda. A essas duas regiões estamos chamando de "fronteiras educacionais" em expansão.

É nessas áreas que o sistema de ingresso às instituições de ensino superior conhece uma maior oferta. Se o número de vagas em relação à população em idade universitária passou, para o Brasil como um todo, de 41,8, em 1985, para 32,4, em 1996, na Região Sul a situação mudou de 36,5 para 27,4 e, na Região Centro-Oeste, o crescimento da oferta foi significativo: de 65,5 pessoas nessa faixa etária por vaga, em 1985, para 33, em 1996. Já no Sudeste, eram 30,4 pessoas em idade universitária por inscrito, em 1985 e 22,2, onze anos mais tarde. O Nordeste mostrou também uma expansão moderada, passando de 92,2 para 79. A Região Norte teve uma regressão, pois de 75,6 habitantes entre 18 e 24 anos por inscrito, em 1985, passou para 84,2 ,em 1996.

4.3 Ensino superior: matrículas e professores

Entre 1960 e 1980, verifica-se um momento de grande demanda pelo ensino superior, uma explosão. O Sudeste evidencia, mais uma vez, a concentração de estudantes (12,86 estudantes por professor), mas também o Centro-Oeste e o Sul, com indicadores de 12,48 e 11,49, respectivamente. O Nordeste apresentava uma relação de 9,93 e o Norte de 6,79 alunos por professor.

De 1980 a 1996, a velocidade do crescimento do número de matrículas foi mais moderada e, desse modo, igualou-se àquela da inclusão de professores (1,4 vezes). Em 1996, eram 11,39 alunos por docente. A expansão de matrículas, em anos anteriores, incorrera, também, na formação de professores que, agora, ingressavam no corpo docente do ensino superior.

CamScanner

A quantidade de estudantes de ensino superior aumenta duas vezes, no Centro-Oeste e 2,6 vezes, na Região Norte. O volume de alunos cresceu 1,5 vezes, no Sul, 1,3 vezes, no Nordeste e 1,2 vezes, no Sudeste.

O Estado do Amazonas mostra um acréscimo relativamente importante, passando de 7.428 matrículas, em 1980, para 20.210, em 1996 (2,7 vezes). Com cerca de 2,5 milhões de habitantes, dos quais 340 mil em idade universitária, o Amazonas supera, quanto ao número de matrículas de ensino superior, o Estado de Piauí e o Estado de Alagoas, cujas populações totais e em idade universitária são semelhantes. O Amazonas tem 20.210 alunos, enquanto o Piauí tem 13.743 e Alagoas 14.668. São 16,8 pessoas em idade universitária por aluno, 26,1 e 25, respectivamente. O Amazonas é ultrapassado por Mato Grosso que, em condições populacionais semelhantes, mostra uma matrícula de 24.213 alunos e uma relação de 13,1 pessoas em idade universitária por aluno. A Bahia, com população total e população em idade universitária comparáveis às do Rio de Janeiro, contava, em 1996, com 56.555 alunos, enquanto o Estado fluminense tinha 222.135 alunos. Um aluno em cada 30,3 habitantes, entre 18 e 24 anos, na Bahia e 7,5, no Rio de Janeiro.

O número de matrículas em São Paulo, em 1996 (608.085 alunos) era superior ao de cada uma das regiões brasileiras e representava 32,54% do Brasil.

Comparados dois Estados, como Santa Catarina e Maranhão, com populações em idade universitária semelhantes (mais de 600 mil pessoas), vemos que o primeiro tem cerca de 70 mil matrículas, enquanto o segundo não atinge as 20 mil. No primeiro desses Estados, são 8,8 pessoas entre 18 e 24 anos por aluno, enquanto no segundo são 35,8 (a menor escolarização superior do país).

Juntas, as regiões Sudeste e Sul reuniam 73,73% do total nacional de matrículas de ensino superior. Ambas essas regiões e o Centro-Oeste oferecem os mais altos níveis de inclusão no ensino superior, pois o Sudeste, que agrupa 42,26% da população em idade universitária, conta com 55,04% das matrículas do país. O Sul, com 14,19% da população entre 18 e 24 anos, tem 18,69% das matrículas e o Centro Oeste, com 6,64% da população nessa faixa etária, possui 7,20% das matrículas. Assim, as três regiões apresentam relações de população em idade universitária por aluno inferiores à média

CamScanner

nacional, que é de 11, ao tempo em que o Norte e o Nordeste mostram um valor que praticamente duplica a média brasileira. O Distrito Federal é a situação mais satisfatória, com 3,6 pessoas dessa faixa etária por aluno matriculado no ensino superior. Quanto a esse indicador, Rio Grande do Sul (6,8), São Paulo (7,4), Rio de Janeiro (7,5) e Santa Catarina (8,8) vêm em seguida.

Essa desaceleração (o aumento entre 1980 e 1996 foi de 40%) mostrou, também, a estagnação na relação entre pessoas em idade universitária e o número de alunos efetivamente matriculados no ensino superior (12,2 em 1980 e 11 em 1996).

Dentre os determinantes desse processo recente poderíamos mencionar, de um lado, a cristalização do sistema público e, de outro, o problema do acesso ao sistema particular, afetado pelas crises econômicas, que levam à inadimplência geral e nas faculdades, assim como os problemas específicos das bolsas e do crédito educativo.

O Programa de Crédito Educativo (Creduc) vigora desde 1975, com a idéia de financiar os alunos mais pobres das instituições particulares. Estes, uma vez formados, deverão quitar a dívida. Em 1998, esse programa atendia a 71 mil alunos, o que significava 5,3% da matrícula das instituições particulares. Essa oferta parece estar muito aquém da demanda, que se calcula em 15% da matrícula da rede particular, isto é, cerca de 200 mil estudantes. Tanto o número de estudantes financiados como o valor dos recursos vêm caindo, nos anos 90. Outro problema do sistema de crédito educativo é a alta inadimplência, no momento de quitar a dívida. Em 1998, esse grupo de inadimplentes alcançava 63%, de um total de 136 mil pessoas já beneficiadas e que deveriam estar pagando. Hoje, está em andamento a substituição desse sistema por um Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior[3].

[3] A Medida Provisória n.º 1.827, de 27 de maio de 1999, instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies (Nota da Coordenação Editorial).

CamScanner

4.4 Geografia do ensino superior nas regiões metropolitanas

As nove regiões metropolitanas brasileiras reuniam, em 1996, 880.887 alunos matriculados no ensino superior, isto é, 1,91% da população dessas áreas metropolitanas. Contudo, se esse índice, em Porto Alegre atingia 2,60%, em Curitiba, 2,04%, em São Paulo, 2,02%, em Belém e, no Rio de Janeiro, cerca de 2%, em Salvador, Fortaleza, Recife, e Belo Horizonte estava abaixo desse umbral.

Do total de matrículas de ensino superior no Brasil, em 1996, (1.868.529), 47,14% (880.887) estavam nas nove regiões metropolitanas; sendo que 17,96% (335.556) correspondiam à Região Metropolitana de São Paulo e 10,60% (198.012) à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As outras sete regiões metropolitanas representavam, juntas, 18,59% do total de matrículas do país.

A presença do ensino superior nas regiões metropolitanas acabava por ser ligeiramente superior à difusão na população total do país (1,91% versus 1,19%). Essa situação já era assim no início da década (em 1991, era 1,76% da população metropolitana, matriculada em instituições de ensino superior, contra 1,07% da população total brasileira, matriculada nessas instituições).

Estados com maior nível de renda relativa atingem os mais altos percentagens de população matriculada. É o caso de São Paulo, onde 2,17% da sua população (741.989) recebe mais de 10 salários mínimos e 1,78% de sua população (o mais alto percentagem do país) está matriculada no ensino superior. Rio Grande do Sul, com 1,6% da população nesse grupo de renda, conta com 1,71% de sua população em instituições de ensino superior. Outros Estados com regiões metropolitanas oferecem quadros diferentes. No Pará, 0,52% da população recebe esses rendimentos, enquanto 0,66% cursa o ensino superior. No Ceará, os indicadores são 0,45% e 0,61%, respectivamente.

Ao tempo que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra 89,14% das matrículas do seu Estado, e essa proporção é, nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador, de mais de 70%, as regiões metropolitanas de São Paulo,

CamScanner

Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte abrigam menos de 56% das matrículas dos seus Estados, e esse fato é devido à difusão do ensino superior nos seus territórios, graças à maior renda relativa do respectivo interior. Ao contrário, Belém e Fortaleza acolhem a totalidade das matrículas das suas regiões metropolitanas, em 1996.

O volume de matrículas da periferia de São Paulo, em 1996 (93.932) era, por exemplo, 2,6 vezes superior àquelas de todo o Estado do Pará e 1,4 vezes em relação ao de Pernambuco. Já as matrículas da cidade-capital em São Paulo (241.624) superavam o número total de matrículas do Estado do Rio de Janeiro (222.135) e de Minas Gerais (172.931).

O exemplo de maior difusão, dentro de uma região metropolitana, do ensino superior é o de Porto Alegre, onde 48,09% (40.604) da matrícula pertence aos municípios da sua periferia. Esse contingente é comparável ao número de matrículas do Distrito Federal (41.000), de Goiás (43.706), do Ceará (41.238) e corresponde ao dobro do Estado do Amazonas (20.210).

Para o conjunto das regiões metropolitanas pode-se dizer que as capitais concentram 77,81% de suas matrículas, isto é, 685.451 matrículas sobre um total de 880.887, em 1996.

As regiões metropolitanas abrigam 49,75% (81.655) dos docentes de ensino superior, mostrando uma relação de 10,8 alunos por professor, perante a média nacional de 11,39 alunos/professor. Assim, se no Brasil existe um docente para cada 957,11 pessoas, nas regiões metropolitanas a relação é de um docente para cada 564,77 habitantes. Esse indicador varia de um professor para cada quatrocentas pessoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, a um professor para mais de setecentos habitantes, em Fortaleza e Recife.

Mais um indicador da densidade do ensino superior, no interior do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná: a relação de um docente para cada 600 a 800 pessoas, nestes Estados, confronta-se com proporções de um docente para mais de mil e até mais de dois mil pessoas em Estados como Pernambuco, Pará, Ceará e Bahia. Assim, as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo reúnem menos

CamScanner

de 60% dos docentes do total dos respectivos Estados, enquanto as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Belém apontam mais de 80%. Apesar disso, a concentração de docentes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, em relação ao Brasil, é evidente: são 17,25% e 11,72% do total de professores do país.

Consideradas todas as capitais estaduais do Brasil, elas abrigam 93.374 professores de terceiro grau, o que representa 56,89% dos docentes do país.

4.5 Ensino superior: instituições

Em 1996, havia 920 instituições de ensino superior no Brasil, das quais 711 eram particulares e 209 públicas. A proporção permanecia, pois 77,28% das instituições eram privadas. São Paulo sediava 38,4% do total nacional de instituições particulares e a Região Sudeste, 68,64% do país. Em 1996, o número de instituições particulares do Sudeste (488) era mais alto que o número total de instituições de ensino superior do Brasil, em 1971 (435).

Na Região Norte, o número de instituições aumentou, de 1980 para 1996, em 67,65% (23 unidades) e, enquanto nascem 3 novos centros públicos, houve um incremento de 20 particulares, apesar dos Estados do Acre e Roraima serem os únicos do país que não contavam, até então, com instituições particulares de ensino superior.

O número de instituições nordestinas de ensino superior permaneceu praticamente estagnado, desde 1980 (94 nesse ano e 96, em 1996). Desse universo, cerca de 60% eram particulares. Pernambuco, com 32 instituições (número quase equivalente ao de toda a Região Norte), e a Bahia, com 22 centros, mostravam as maiores presenças na região. A quantidade de instituições deste último Estado era análoga à de um Estado como Santa Catarina (21), Espírito Santo (24), Mato Grosso (23) e Mato Grosso do Sul (22). Ao tempo em que, na Bahia, 72,73% das instituições eram particulares, nesses dois Estados do Centro-Oeste a proporção de particulares era de 86,96% e 95,45%, respectivamente. Na Região Centro-Oeste, o número de instituições públicas

CamScanner

e particulares passou de 31, em 1980, para 94, dezesseis anos depois. Ainda que 67,02% das instituições, em 1996, fossem particulares, o aumento das públicas atingiu, nesse período, cerca de 71%, enquanto o das particulares foi de 65,1%.

A queda no número de instituições, nas regiões Sudeste e Sul, (decréscimo de 18 e 32 respectivamente) entre 1980 e 1996 é, na verdade, estatística, pois decorreu, em boa parte dos casos, de fusões que deram origem a faculdades integradas e a universidades. É sobretudo o exemplo de São Paulo, onde as instituições particulares passaram de 306, em 1980, para 273, em 1996.

Quanto às 209 instituições públicas de ensino superior, em 1996, no Brasil, observa-se que 27,8% (58) eram federais, 34,4% (72) estaduais e 37,8% (79) municipais. Na Região Norte, 66,7% eram federais, 25% estaduais e apenas 8,3% municipais. Rondônia, Acre, Roraima e Amapá tinham, em 1996, uma única instituição pública, que era uma Universidade Federal. Duas universidades sediavam-se em Tocantins, uma estadual e outra municipal.

Na Região Nordeste, 33,3% de suas 39 instituições públicas eram federais, 41%, estaduais e 25,6%, municipais. Na realidade, Pernambuco era o único Estado que contava com instituições municipais (10 de suas 13 instituições públicas). Bahia, Alagoas e Ceará eram os Estados com maior número de Universidades Estaduais (4 nos dois primeiros e 3, no Ceará).

Na Região Sudeste, 26,7% de suas 86 instituições públicas eram federais, 23,3% eram estaduais e a metade delas era municipal. Minas Gerais, com 12 instituições, possui o maior número de federais, seguido pelo Rio de Janeiro (7). Das 46 instituições públicas paulistas, 10 são estaduais e 33, municipais. É a mais alta concentração de instituições municipais do país, representando cerca de 42% do total nacional. Sua presença, porém, é importante também no Paraná (25) e em Santa Catarina (10), assim como em Goiás (11).

Na Região Sul, 22% das instituições públicas são federais, 46,3%, estaduais e 31,7%, municipais, sobre um total de 41 universidades. Enquanto o Rio Grande do Sul conta

CamScanner

com 6 instituições públicas, que são universidades federais, o Paraná tem 25 instituições (18 estaduais) e Santa Catarina, 10 (das quais 8 municipais).

Com 31 instituições públicas, o Centro-Oeste oferece o seguinte quadro: 16,1% federais, 45,2% estaduais e 38,7% municipais. Enquanto o Mato Grosso tem unicamente uma Universidade Federal, Mato Grosso do Sul possui três instituições (de dependência federal, estadual e municipal).

A Região Sudeste reunia, em 1996, 41,15% das instituições públicas do país e 68,74% das particulares. No Estado de São Paulo, localizavam-se 22,01% das públicas e 38,47% das particulares do Brasil. Outros Estados com forte presença de instituições particulares eram Minas Gerais e Rio de Janeiro (15,42% e 12,16% do total nacional, respectivamente). Quanto à presença de universidades públicas, depois de São Paulo, seguem em importância quantitativa, os Estados de Minas Gerais e Goiás, com 12,44% do total nacional, e Paraná, com 11,96%.

Cabe ressaltar que, do universo de 920 instituições de ensino superior no Brasil, em 1996, 136 (14,78%) eram classificadas como universidades. Sua distribuição geográfica assinala que 62 delas estão no Sudeste, 29 no Sul, 26 no Nordeste, 10 no Centro-Oeste e 9 na Região Norte. No Brasil de 1966 eram 43 universidades. O maior crescimento ocorreu entre 1985 e 1996, com uma duplicação em 11 anos (de 68 para 136 universidades). As Universidades Federais vão dobrar o seu número em 30 anos, passando de 20, em 1966 a 39, em 1996, enquanto o número das Universidades Estaduais quintuplica, aumentando de 5 para 27. Quanto às Universidades Municipais, duas foram fundadas nos anos 80 e, em 1996, eram 6, das quais 5 estavam na Região Sul.

Em 1996, somente 64 das 711 instituições particulares de ensino superior eram Universidades (9% do total). Dentre elas, 42 pertenciam ao Sudeste, 13 ao Sul, 4 ao Nordeste, 4 ao Centro-Oeste e somente uma à Região Norte. Nesse mesmo ano, 786 eram Federações e Estabelecimentos Isolados, dos quais 513 localizavam-se na Região Sudeste, 93 no Sul, 84 no Centro-Oeste, 71 na Região Nordeste e 25 no Norte.

CamScanner

As Universidades Comunitárias caracterizam-se por ser universidades privadas com serviços prestados à comunidade local (escolas de ensino fundamental e médio, hospitais universitários que podem estar associados ao Sistema Único de Saúde, clínicas odontológicas, projetos sociais, programas de bolsas, festivais de teatro, núcleos de estudo etc.). Também são chamadas de públicas não-estatais. Congregadas pela Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC), as 31 instituições de ensino superior localizam-se, sobretudo, nas regiões Sudeste e Sul e são responsáveis pela formação de mais de 300 mil alunos. Dentre elas, encontram-se as Universidades Católicas e as Universidades Metodistas, além de outras não-confessionais. As Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul fazem parte, também, do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung).

4.6 Ensino superior: cursos

Num território urbanizado, em permanente processo de equipamento material e comandado por formas organizacionais modernas e específicas, a cada área de atividade, as ofertas e demandas de ensino multiplicam-se, especializam-se e renovam-se. Esse retrato de novos saberes universitários decorre de movimentos contraditórios e complementares entre uma oferta e uma demanda que, ao mesmo tempo, concentram-se e se expandem. A natureza dos cursos permite, assim, elaborar uma geografia do ensino que, de um lado, participa da remodelação do território e, de outro, é por esse mesmo território condicionada.

Assim, uma concentração e uma especialização metropolitana e interurbana dos cursos caracteriza a situação da educação superior, nas regiões do Sudeste e do Sul do país. A maior presença dos agentes privados verifica-se no pólo do país, pois 85% das instituições de ensino superior da região Sudeste são particulares. Nessa área de maiores densidades de técnica, de ciência e de informação, a oferta de saberes técnicos especializados, como as engenharias, o campo da saúde e os saberes, ligados ao desenvolvimento da cultura, ganham mais intensidade. Trata-se de uma época de hibridações entre uma cultura industrial preexistente e uma nova cultura informacional, informática e organizacional.

CamScanner

Como a metrópole fornece uma multiplicidade de ofertas de ensino, poder-se-ia dizer que existe uma "metropolização" da educação. A metrópole permite, assim, qualitativa e quantitativamente, multiplicar as tipologias de cursos e o seu número, autorizando, também, através de sua concentração, a multidisciplinariedade e a qualidade dos cursos. Reduzem-se, assim, os custos e mais pessoas são atraídas pelas oportunidades educacionais.

Paralelamente, a divisão interurbana do trabalho, no interior de um estado como São Paulo, faz-nos defrontar com um retrato bastante diferente daquele do interior de um estado como a Bahia. No primeiro caso, as ofertas diversas e complementares de ensino entre cidades, separadas por curtas distâncias e unidas por um denso sistema de transportes, acaba por produzir uma oferta que se assemelha à da metrópole. Os cursos influenciam a vida da localidade e o seu entorno, pela oferta de saberes, vinculados, mais ou menos diretamente, às atividades econômicas consideradas modernas.

É na produção e funcionamento de um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que a qualificação das pessoas se torna decisiva, e as demandas pelo ensino são crescentes. Já vimos que o período atual exige, mais do que os anteriores, grupos letrados, para desenvolver as atividades modernas e hegemônicas.

É na área do país, que estamos chamando de Região Concentrada, isto é, as regiões Sudeste e Sul, que se desenvolvem, em 1996, cerca de 70% dos cursos de todo o Brasil.

Nesse ano, observa-se uma concentração de cursos no Sudeste (3.001), o que significa 47,91% do total nacional e, especificamente, em São Paulo (1.678 cursos), isto é, 26,79% do total do Brasil. A oferta paulista é 1,2 vezes superior ao número de toda a Região Sul (1.367), que é a segunda em importância, depois do Sudeste, 1,7 vezes maior que o Nordeste, 3,1 vezes que o Centro-Oeste e 4,3 vezes que o Norte.

Algumas regiões, como o Sudeste, o Centro-Oeste e o Sul, têm uma participação no total de cursos oferecidos, maior que sua participação na distribuição da população total e da população em idade universitária. A primeira delas, que acolhe 42,66% da população total e 42,26% da população em idade universitária do Brasil, oferece

CamScanner

47,91% do total nacional de cursos. Nela, São Paulo e Rio de Janeiro são casos ilustrativos. O Centro-Oeste, com 6,69% da população total e 6,64% da população em idade universitária, sedia 8,52% dos cursos. Mais relevante é o caso do Sul, região que tem 14,97% da população total e 14,19% da população em idade universitária, e onde se localizam 21,82% dos cursos do Brasil.

4.7 Natureza dos cursos de ensino superior e a sua geografia

Este é um período em que os campos do saber se fragmentam em múltiplos compartimentos. Objetos técnicos numerosos e específicos e ações precisas e setoriais são as bases de um território especializado que, para seu uso, reclama o conhecimento de discursos e códigos apropriados. Enquanto as engenharias mais tradicionais, como a civil, a mecânica e aquelas ligadas a atividades dispersas, como a agricultura, difundem-se pelo território, as mais novas e sofisticadas se concentram no Sudeste, coincidindo com as produções modernas e com a maior circulação de informação, de ordens e de dinheiro. Esta região concentra mais da metade dos cursos de engenharia do Brasil que, aliás, estão presentes em todos os Estados, à exceção do Amapá.

Eram 64 cursos, em 1955 e 215, em 1970; hoje, são 445 cursos. Considerado em todas suas especializações, o curso de engenharia distribui-se em 55 das 136 meso-regiões brasileiras (40,44%).

São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, também Paraná e Santa Catarina revelam uma importante expansão territorial. A região metropolitana de São Paulo abriga 53 cursos, mas Campinas, Vale do Paraíba Paulista e Araraquara contam com mais de 10 cursos. Rio de Janeiro tem 55 cursos, na região metropolitana, e um curso no sul fluminense. São 24 cursos na região metropolitana de Porto Alegre, 10 no sudeste rio-grandense e 18 repartidos em outras 5 meso-regiões. Minas Gerais conta com 54 cursos distribuídos em 7 meso-regiões. Nos estados nordestinos, a concentração nas capitais é uma constante.

CamScanner

É também o caso da fragmentação dos saberes e das terapias, na área de saúde. Se os cursos básicos e clássicos, como Medicina e Odontologia, conhecem uma difusão pelas diversas regiões, os cursos correspondentes a trabalhos e terapias, mais recentemente utilizadas, como Nutrição, Fisioterapia, Musicoterapia e outros aparecem concentrados nas regiões metropolitanas do Sudeste. Discursos e praxis científicos sobre o corpo balizam os cursos e contribuem para criar novas normatizações do cotidiano.

Pode-se dizer que a geografia do curso de Medicina não é muito diferente daquela do curso de Engenharia. Nos estados do Centro-Oeste, assim como em alguns estados do Nordeste e do Norte, onde tal curso existe, ele é circunscrito às meso-regiões sede das capitais. São 24 cursos em 15 meso-regiões. É o caso das regiões metropolitanas e de meso-regiões como o centro amazonense, o norte de Roraima, a Mata Paraibana. Já no Sudeste e no Sul, a difusão é maior, pois 62 cursos (de um total nacional de 82) distribuem-se por 30 meso-regiões.

O conjunto de cursos da área da saúde, que era de 108 em 1955, atinge 247, em 1970 e 601, em 1996. Deles, 398 (66,22% do total nacional) pertenciam a instituições de ensino superior do Sudeste e do Sul.

Cursos novos e especializados, como é o caso de Musicoterapia, encontram-se apenas nas regiões metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba, além da meso-região de Ribeirão Preto.

A região polarizada é, outrossim, a que convoca ao desenvolvimento dos cursos da chamada área da cultura. É o exemplo do cinema, do teatro, das artes e do desenho que encontram, ademais, suportes renovados nos recentes financiamentos à área da cultura, no seu ensino e difusão e, certamente, nos interesses setoriais dos novos circuitos de lazer metropolitanos.

Cursos de Design e, particularmente, aqueles ligados à produção de calçados, móveis, modas e outros objetos de consumo individual e de consumo das famílias aglomeram-se nas metrópoles da região Sudeste e em cidades médias, de produção especializada, da região Sul.

CamScanner

A distribuição dos saberes ligados às formas de informação, comunicação e discurso (jornalismo, propaganda etc.) concentram-se naqueles pontos do território que produzem e fazem circular idéias, ordens, opiniões que, espalhadas pelo território, acabam por consolidar o papel de domínio dessas áreas.

Uma "fronteira educacional" em expansão desenvolve-se nas regiões Centro-Oeste e Sul. É nessas áreas novas que o ensino particular se manifesta com força, participando de uma interiorização do ensino superior e das demais formas de educação. Na primeira dessas regiões, 67,7% das instituições são particulares.

Como a outra face de um mesmo fenômeno, essa oferta e essa demanda expandidas determinam a diminuição relativa da importância quantitativa do Sudeste, cujo número de cursos caiu de 54,4%, em 1955, para 48%, em 1996, em relação ao total do Brasil.

Quanto à natureza dos cursos, a fronteira educacional é caracterizada, sobretudo, pela demanda de saberes organizacionais, como administração e seus desdobramentos, de saberes informacionais, como computação e documentação e pelas áreas de formação de professores e de turismo. Utilizando um know how próprio das organizações contemporâneas e com a produção de discursos técnicos específicos - é o caso da Informática - são saberes agora procurados por todas as regiões do país, na busca do caminho mais rápido para a modernização.

Em 1996, eram 506 cursos de Administração no Brasil (incluindo Administração Empresarial, Relações Públicas, Administração para Executivos, Secretariados e outros). Eram 4, em 1955 e 89, em 1970.

Sua distribuição geográfica abrangia, em 1996, 92 das 136 meso-regiões brasileiras, isto é, cerca de 68% delas. As maiores densidades observam-se no Estado de São Paulo, com 84 cursos na região metropolitana de São Paulo, 8 na macro metropolitana paulista, 8 em Campinas, 8 em São José do Rio Preto e, em menor número, estão presentes nas meso-regiões de Ribeirão Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara, Piracicaba, Presidente Prudente, Marília, Assis, Itapetininga e Vale do Paraíba paulista.

CamScanner

Concentrando o maior número do estado do Rio de Janeiro, a região metropolitana acolhe 47 cursos de Administração, e as meso-regiões do Norte Fluminense, Sul Fluminense e Centro Fluminense possuem apenas um curso. São também 47 cursos em Minas Gerais, embora sua maior densidade corresponda, não apenas à região metropolitana de Belo Horizonte, mas também ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e ao Sul/Sudoeste de Minas Gerais. No Espírito Santo, seus nove cursos repartem-se entre 4 meso-regiões.

Praticamente todas as meso-regiões do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste abrigam, com densidades distintas, esse tipo de curso. Isto é especialmente válido para o Sul, onde são 9 meso-regiões no Paraná, 7 no Rio Grande do Sul e 6 em Santa Catarina. No Nordeste, estados como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe apresentam uma ou duas meso-regiões, com cursos dessa natureza. Assim, das 42 meso-regiões do Nordeste, apenas 18 possuem esse curso. Essa rarefação relativa é característica também do Norte, onde 9 das 20 meso-regiões têm o curso de Administração.

Consideremos, agora, o grupo de Ciências da Computação, Informática e Processamento de Dados. Até os anos 70, inexistiam esses cursos no Brasil. Já em 1996 eram 309, dos quais 166 estavam no Sudeste, 77 no Sul, 31 no Centro-Oeste, 25 no Nordeste e 12 no Norte. Dos 91 cursos paulistas, 47 pertenciam a sua região metropolitana e o resto a 13 meso-regiões. No Rio de Janeiro, 26 circunscreviam-se à região metropolitana, e os outros 3 estavam no sul fluminense. Rio Grande do Sul, com 20 cursos, detinha 13 na região metropolitana de Porto Alegre e o resto dividido em 5 meso-regiões. Mais uma vez, à diferença do Sudeste e Sul, o Norte e o Nordeste possuem seus cursos unicamente nas capitais.

O grupo de Turismo e Hotelaria, de recente instalação, alcançava, em 1996, 43 cursos. Dentre eles, 20 estavam no Sudeste, 10 no Nordeste, 6 no Sul, 3 no Centro-Oeste e 3 no Norte. Nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Pará, Minas Gerais e Rio de Janeiro são as regiões metropolitanas os berços desses cursos. Já estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul possuem o curso nas metrópoles e em outras meso-regiões (Campinas, São José do Rio Preto, oeste paranaense, Nordeste rio-grandense).

CamScanner

O conjunto dos cursos de Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia, que somava 7, em 1955 e 18, em 1970, atingia 32 em 1996. Considerados unicamente os cursos de Biblioteconomia (28), vemos que são 4 na região metropolitana de São Paulo e 3, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Meso-regiões, como Araraquara, Campinas, Marília, Vale do Paraíba paulista, em São Paulo, norte central paranaense e região metropolitana de Curitiba, no Paraná, Grande Florianópolis, em Santa Catarina, Central Espírito Santense e oeste de Minas Gerais também possuem cursos. No Norte, o curso de Biblioteconomia está presente em Manaus e em Belém.

4.8 Tensão entre homogeneização e especialização do ensino superior no território

Duas tendências parecem, hoje, definir a geografia do ensino superior no Brasil. Haveria um jogo dialético entre, de um lado, uma busca pela homogeneização de certos saberes e, de outro lado, uma busca pela especialização de certos outros, segundo os lugares.

Em consonância com as necessidades do período, o ensino se desenvolve e suas ofertas ajudam a configurar o território. É, sobretudo, a vocação de homogeneização dos saberes que leva à expansão de uma fronteira educacional. Daí a importância alcançada pelas áreas de Administração (incluindo Administração Empresarial, Relações Públicas, Administração para Executivos, Secretariados) que atingem praticamente 500 cursos, distribuídos em todos os estados, menos o Amapá; Direito e Ciências Contábeis, evidenciando o papel da regulação e das finanças hoje; Agronomia e Veterinária, fornecendo a formação indispensável ao manejo de um campo cientificizado; Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia, manifestando a relevância da organização e da informação; Ciências da Computação, Informática e Processamento de dados, necessários à informatização do território e cujos cursos estão ausentes em apenas três Estados; Comunicação Social, Jornalismo, Radialismo, Televisão que, junto a Publicidade e Turismo, marcam o papel da informação, da comunicação, do discurso e dos novos consumos; as Engenharias, indicando as especializações da técnica, a

CamScanner

busca de soluções técnicas, as grandes infra-estruturas e a miniaturização; o campo da Saúde com suas novas manifestações e o ensino.

Paralelamente, segundo as necessidades de especialização territorial, dão-se concentrações diferenciais dos cursos. São os lugares reclamando diferenças ou, em outras palavras, o território utilizado localmente pela sociedade, impondo topologias educacionais diversas. Na Região Sul, salientam-se os cursos de automação industrial, couros, calçado e moda, viticultura e enologia, engenharia em alimentos, indústria de alimentos, confecção têxtil, produção de móveis, cooperativismo, ciências aeronáuticas, informática, fruticultura de clima temperado. A Região Norte oferece carreiras, nas áreas de heveicultura, manutenção mecânica, construção civil, indústria da madeira, topografia e estradas. Já a Região Nordeste mostra cursos de técnico em agropecuária, couros, têxtil, construção civil, artes, hotelaria. Na Região Centro-Oeste destacam-se os cursos de moda, eletricidade, eletrotécnica, telecomunicações e construção civil. Por fim, a Região Sudeste, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, oferecem carreiras nas áreas de tecnologia agronômica, laticínios, diplomacia, tradutor e intérprete, comércio exterior, composição paisagística e de interiores, propaganda e publicidade, comunicação cultural e visual, desenho industrial, matemática aplicada à informática, computação científica, técnicas digitais, mecânica de precisão, ecologia, microbiologia e imunologia, ciências moleculares, psicomotricidade, musicoterapia, ortóptica e tecnologia oftálmica, análise de sistemas.

De uma época de saberes universais e de saberes práticos, como a agricultura, baseada na experiência herdada e em insumos da própria natureza, passamos a uma época de saberes técnicos, na qual, conforme já vimos, tanto a produção como o território se tecnificam. Hoje, com o domínio da técnica e da ciência, a ampliação dos consumos, o papel da informação e da organização e o poder das finanças criam a necessidade desses saberes científicos, técnicos, informacionais, no território como um todo, mas com marcantes especializações nos lugares. Em todos os períodos, a lógica do fenômeno educativo tem estreita relação com a própria lógica do fenômeno territorial.

CamScanner

Conclusão

1. Influências recíprocas da educação superior e do território

Acreditamos que haja um imperativo territorial na produção de educação. Essa idéia, entretanto, não é suficientemente utilizada nas tarefas de planejamento educacional.

Esse imperativo permite pensar que há uma relação biunívoca entre educação e território. A educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional.

A difusão desigual – tanto quantitativa como qualitativamente, – das instituições de ensino tem muito a ver com esse jogo de influências entre território e fenômeno educacional.

Lugares e sistemas de lugares, pelas suas características econômicas, demográficas e sociais constituem fatores relevantes da explicação das diferenciações geográficas da atividade educacional. A presença mais densa de estabelecimentos de ensino, assim como de professores e alunos, no litoral e suas proximidades, nas zonas de agricultura rica e nas regiões metropolitanas e de urbanização mais avançada tem esse fundamento. Podem-se, destarte, relacionar especializações produtivas e especializações educacionais, do mesmo modo que as grandes cidades são os lugares da variedade e da complexidade, tanto no ensino quanto em atividades correlatas, como a pesquisa científica.

Haveria, assim, uma dupla ação simultânea, reveladora da relação entre fenômeno educacional e fenômeno territorial. Dá-se, de um lado, a construção de topologias dos estabelecimentos de ensino sobre um dado espaço, enquanto, de outro, revela-se a força desse espaço na constituição de uma dada topologia. O movimento entre a procura e a oferta do ensino depende dessa interação. Distinguiríamos, assim, áreas de rarefação e áreas de acumulação de ofertas de educação superior.

CamScanner

2. Jogo da demanda e da oferta

Bens e serviços distribuem-se no território segundo duas lógicas principais: a lógica do Estado e a lógica do Mercado. Ambas produzem situações tipo, mas há, certamente, entre as duas, uma multiplicidade de situações intermediárias, decorrentes de combinações diversas.

A discussão do mercado novamente se impõe, pois enquanto o setor público pode instalar-se nos lugares e esperar pela demanda, o setor privado tende a se alojar nas regiões onde a demanda já existe ou tem uma perspectiva de desenvolver-se, sob a cadência de uma nova oferta.

Existem bens e serviços que são do interesse geral, comum, representativos de direitos "naturais" e que, assim, deveriam ser reconhecidos como um direito legítimo, aberto a todos. Este é o caso da educação, cuja distribuição deveria ser universal. Quando, porém, o ensino público não chega a todas as pessoas e a todos os lugares, isto é, quando à demanda não corresponde uma oferta correlativa de ensino público, encarnando uma resposta a esses reclamos, tende a instalar-se o ensino particular.

A relação entre o Estado, o Mercado e o Território produz, neste, sucessivas compartimentações, nas quais vem encaixar-se, cada vez, uma topologia educacional que cria, ao mesmo tempo, cooperações e curtos-circuitos com o exercício da cidadania.

A oferta social da educação torna-se dependente desse jogo de circunstâncias e se produz, assim, uma configuração territorial caprichosa, cuja variedade e distribuição não têm relação direta com a presença da população. Com tal distribuição educacional mista, os estabelecimentos de ensino constituem um mapa bem diferenciado, segundo níveis da instrução oferecida e, também, segundo as qualidades e quantidades dessa oferta. Essa é a base de uma regionalização do território que exibe profundas diferenças, seja qual for o ângulo da análise.

Esse processo tem repercussão sobre a vida no território pois, para se instalarem, muitas atividades terão que "importar" pessoas habilitadas, localmente inexistentes; apenas

CamScanner

algumas atividades estarão dispostas ou serão capazes de arcar com o conseqüente ônus, ao tempo em que outras simplesmente não se instalarão. Tal região não será, então, atrativa para as novas atividades, reforçando, desse modo, negativamente, um processo cumulativo às avessas enquanto, em outros lugares mais bem dotados, esse processo será positivo.

Com o neoliberalismo, tal movimento se acelera, enquanto se agravam e aprofundam as polarizações. O neoliberalismo é um sistema econômico e político no qual os processos cumulativos são exponenciais. Isso, aliás, não se dá apenas com a educação, mas, também, com todos os outros aspectos da vida social no território. E este não é um processo natural, como freqüentemente apresentado, mas o resultado de decisões políticas. Quando o Estado deixa ao setor privado a regulação de aspectos essenciais da vida social, acaba por penalizar a população de certas regiões.

Em todos os casos, há tendência a se instalar um verdadeiro círculo vicioso, com a superposição da oferta e da demanda nas áreas geográficas já privilegiadas. Lógica idêntica age no sentido diametralmente oposto, com a vocação ao esvaziamento educacional de certas áreas sem densidade demográfica ou econômica. A posse ou não da função educacional tornou-se um dado importante das desigualdades regionais.

Nesse jogo de demanda e oferta, no qual Estado e mercado aparecem como atores centrais, o papel do Estado tem que ser visto nos seus três âmbitos e escalas: federal, estadual, municipal. Uma visão estatística mostra-nos, de um lado, no caso brasileiro, certo estancamento na ampliação da oferta federal de educação superior, uma expansão, em certo momento, da oferta dos Estados, uma oferta, limitada espacialmente, de parte do poder municipal e, de outro lado, a expansão do ensino particular como uma resposta ao estancamento, absoluto ou relativo, da oferta no setor público.

Tudo isso leva a uma discussão que põe, lado a lado, o papel do Estado como vetor autônomo na produção de educação, cujos limites são sobretudo ideológicos e políticos, já que a noção de recursos é politicamente definida, e o papel da economia, considerada, também, pela via do mercado, como vetor dotado de certa autonomia, na produção de educação, e cujos limites são as regulamentações e as subvenções e

CamScanner

incentivos diretos ou indiretos. Como dados explicativos, entram o próprio processo econômico, ao qual se relacionam a capacidade de investimento do Estado e o poder de compra da sociedade, que grosso-modo se ampliam, quando há crescimento e se reduz, quando há recessão.

A equação, porém, não tão simples. A educação é um bem a ser consumido, e esse consumo é cada vez mais produtivo. A educação e as atividades que lhe são ligadas, direta ou indiretamente, desempenham um papel na geração da riqueza local, justificando, de um ponto de vista econômico e não apenas cívico ou cultural, o legítimo interesse das administrações municipais em sua instalação e desenvolvimento. Este é, porém, um capítulo ainda pouco estudado, na guerra dos lugares...

3. Educação e divisão do trabalho

Conseqüência direta ou indireta de uma dada divisão social do trabalho, a natureza, quantidade e qualidade dos cursos superiores constituem, ao mesmo tempo, formas de aprofundá-la. Tanto a oferta quanto a demanda de educação superior são dados passivos e ativos dessa divisão social do trabalho, pois a escolha de um curso é, simultaneamente, uma opção social, econômica, política, cultural e territorialmente condicionada. A natureza dos cursos num lugar determinado é, ao mesmo tempo, resultado da demanda de um dado saber e de uma exigência social. É esta que, em última análise, produz a sua localização, naquele ponto. A própria criação de uma oferta acaba por gerar uma pressão, para aumentar a demanda, assim como a possibilidade, em determinados subespaços, de certas formas de trabalho.

Se a expansão dos saberes organizacionais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste decorre, de um lado, da difusão territorial de um novo modo de fazer com a sua oferta de empregos qualificados, também contribui para a formação de uma demanda para esses cursos. Quando estes, por sua vez, contribuem a aumentar o número de empregos vinculados ao respectivo campo do saber, pode consolidar-se, assim, esse modo particular de dividir o trabalho da sociedade, no lugar e no país, uma divisão territorial cumulativa do trabalho, baseada na inter-relação entre educação e economia espacial.

CamScanner

Os lugares podem, também, ser diferenciados a partir da sua oferta educativa, pois nem todos os cursos estão presentes em todos os lugares. A população e suas qualificações, a atividade econômica, a acessibilidade, a renda, as tradições, as reivindicações antigas e novas, entre outros aspectos, participam da definição da oferta educativa de ensino superior. Essa combinação ganha peculiaridades, em cada lugar. Por isso, este último é um condicionante para a oferta educativa, e o território acaba por impor, de certo modo, sua lógica às lógicas dos agentes da educação superior.

A heterogeneidade dos mapas de ofertas e a sua não concordância com a demanda efetiva levam a deslocamentos com motivação educativa. Segundo seus determinantes econômicos, políticos, culturais, as pessoas se movem no território, em busca daquela oferta educativa ausente no seu lugar de origem. Como esse deslocamento significa um custo, ele implica, também, uma seletividade sócio-territorial do processo educativo. Esta lógica do ensino cria, certamente, um movimento e uma remodelação no território.

Longe de serem alheias às especializações produtivas dos lugares, as ofertas de ensino superior as aprofundam e, a partir da sistematização e cientificização de saberes, metamorfoseiam os saberes empíricos regionais em saberes codificados e precisos. Esse casamento entre produção e ensino torna-se mais rápido e evidente no caso das instituições particulares e, assim, a oferta ali geograficizada ganha força na dinâmica territorial.

A contribuição do ensino superior, na especialização moderna dos lugares, a busca de emprego, a necessidade de qualificação e, paralelamente, a fábula e a perversidade do mercado, que levam a um apego ao presente, participam da subversão nos objetivos do ensino. Planejar os curriculum dos cursos, de acordo com o mercado, pode terminar por instituir como norte do ensino uma axiomática mercantil. Desse modo, a cosmovisão da população com nível universitário torna-se limitada e circunscrita, aumentando a alienação de um lugar preocupado em participar plenamente da produtividade e da competitividade.

Uma educação pelo mercado e para o mercado corre o risco de frear ou demorar a descoberta do lugar pelo lugar; desse modo, formando letrados aptos para decodificar os discursos particulares e específicos, exigidos pelas atuais divisões territoriais do

CamScanner

trabalho, pode deixar de contribuir para formar um aparelho cognitivo capaz de entender essa divisão territorial do trabalho, que é o movimento total da sociedade.

A divisão territorial do trabalho é um dado da história e, em nosso período, ela se agudiza e se enriquece. Motor da história, ela é a base da vida de relações, é o fundamento da vida urbana. Permite a descoberta de aptidões e talentos, mas também aprofunda os domínios e as cegueiras. A educação não pode escapar a essa realidade. Todavia, ela pode ajudar a entender o mundo como uma totalidade, a história como uma totalização, pois a difusão social e territorial da educação pode contribuir para a compreensão do mundo e não apenas dos setores, das partes, das divisões territoriais do trabalho particular (os lugares especializados), ajudando a criar uma cosmovisão nova, uma nova combinação, a crença no trabalho e, sobretudo, na(s) utopia(s). Ela pode ajudar a diminuir as alienações sociais e regionais.

4. Perspectivas da oferta e da demanda

Olhando o futuro, pode-se também reconhecer a existência de uma demanda prospectiva e de uma oferta prospectiva de educação.

Do lado da demanda, é relevante levar em conta o próprio movimento vegetativo da população. Estes últimos anos marcam o ápice de uma curva de crescimento da população em idade de freqüentar o ensino médio, que parece haver surpreendido a Nação. Tal evolução deverá repercutir sobre o ensino superior. A questão central é a seguinte: essa demanda de educação, que foi satisfeita no ensino médio, vai ser sucedida por uma outra demanda, esta, porém, não satisfeita no ensino superior?

É evidente que a crise econômica atual vai ter um papel de contenção da oferta, enquanto haverá, de outro lado, uma demanda aumentada de saberes específicos, que poderá, de algum modo, contrapor-se àquela retração, ampliando as estatísticas de um ensino superior que tende a ser marcado pelas novas exigências do modelo econômico.

CamScanner

Na medida em que a economia deste fim de século é um dado da política – pois esta se faz especialmente através da economia, isto é, dos reclamos das grandes empresas – admite-se que, tanto a iniciativa privada como os governos, inclinem-se diante desse modelo. A tendência a uma oferta de saberes específicos orientados ao mercado pode-se firmar.

Por outro lado, tem, também, conseqüências o fato de que 47% da oferta de matrículas concentrem-se mais nas regiões metropolitanas e, dentro destas, nos municípios centrais. A grande maioria (60%) da oferta de matrículas está nas capitais, junto com as regiões metropolitanas. Este é um dado relevante porque, se a oferta é limitada no espaço, isso também cria um problema para a demanda, limitando as oportunidades de educação para os cidadãos com menor grau de acessibilidade, não apenas social, mas também geográfica.

Na realidade, aliás, a recessão, do ponto de vista da educação, começa antes da recessão na economia. A instrução superior entra em recessão, no Brasil, nos anos 80, coincidentemente com a transição para a era da globalização. Há um estancamento da oferta, acompanhada de uma seletividade mercantil, a pretexto de racionalização. Nem há planos governamentais para uma real expansão, mesmo quantitativa, desse nível de ensino, o que permite prever a continuidade das carências na oferta, não apenas em termos relativos, como em termos absolutos.

Como se comportará, diante de tal situação, o ensino particular? Vai ele aceitar esse desafio, na base de uma competição ou apenas na base da complementação? Esta é uma das indagações de caráter geral a serem feitas, antes que se levantem outras, mais específicas, do ponto de vista propriamente geográfico.

5. Dilemas do ensino superior público e privado

Do ponto de vista da oferta e da acessibilidade, como se definirão, intrinsecamente, o setor público e o setor privado? Dentro do setor privado, como se definirão ou redefinirão oferta e demanda? Essa é uma questão já presente e que vai se impor, ainda

CamScanner

mais, como problema, de agora em diante. Como será enfrentada a questão da variedade e da qualidade da oferta? Esse desafio é central, na medida em que uma nação de cidadãos não poderá tolerar que se prolongue a situação atual de oferta de educação em dois ou três níveis, segundo a capacidade econômica das famílias. A situação atual significa que os cidadãos já se instalam na nação com um destino selado, discriminados ab initio, desde logo condenados a uma certa quantidade e qualidade de educação.

Outra questão crucial é a seguinte: como fazer o mercado escapar ao fornecimento puro e simples de uma educação para o mercado? Seu corolário é, também, relevante: em que medida o mercado da educação aceitará oferecer uma educação que não seja apenas para o chamado mercado, isto é, para meramente responder a reclamos do presente e permita contemplar o futuro?

Quanto ao mercado, os formuladores de políticas, no setor público ou privado, imaginam conhecê-lo, sabendo, assim, o que fazer para atendê-lo. Por definição, o futuro, que nem eles nem ninguém conhece, exige que a educação seja mais abrangente e menos parcelizada e pontual, exigindo uma verdadeira formação e não, apenas, um treinamento. Essa aventura, em relação à qual o próprio ensino público vem, de alguma maneira, limitando sua busca, será vedada ao ensino privado, afastado do desafio de enfrentá-la?

Nessa mesma ordem de idéias, avulta uma outra questão: como lidar com a tendência atual de o ensino particular ser, em geral, levado a se consagrar às fatias consideradas "menos nobres" da tarefa da educação superior? As tendências atuais ao enxugamento e à paralisia do ensino superior público são, dessa perspectiva, assustadoras, sobretudo quando se dão paralelamente à seletividade crescente na oferta, pelo setor privado. É, também, de temer a acentuação do caráter mercantil deste, à falta de um projeto público consistente, para o ensino particular.

Juntem-se a essas tendências, o fato, já presente, de que o jogo das localizações, igualmente marcado por lógicas mercantis, deverá conduzir ao seu agravamento.

CamScanner

Em relação a tais problemas, devem ser levadas em conta a estrutura do ensino público e a do ensino particular e, paralelamente, a estrutura sócio-espacial, ligada ao território e suas divisões.

A hipótese do imperativo territorial parece realizar-se plenamente. Esse imperativo territorial, mais que o imperativo social, está levando a um círculo vicioso. Pelo fato de que a educação é geograficamente condicionada, as características do território se refletem no modo como a educação é produzida. A vigente produção diferenciada e seletiva da educação tem muito a ver com a maneira como participa do processo geral de uso do território.

A concentração geográfica da oferta de educação constitui um outro problema importante, porque está levando a um reforço das localizações mais vantajosas e a um abandono daquelas menos interessantes. As localizações educacionais constituem uma questão geográfica, uma questão econômica e uma questão propriamente educacional.

A proliferação de cursos mais "fáceis" a ministrar, mais sensíveis à moda, mais rentáveis e com garantia de retorno restringe as ofertas já existentes e implica a impossibilidade prática de demandar outra coisa. A distribuição dos tipos de cursos, bem como a natureza dos cursos e a qualidade desses cursos pode ter um efeito na maneira como as regiões se desenvolverão.

Nessa mesma ordem de idéias, inclui-se a questão da divisão do trabalho acadêmico: quem e onde são produzidos mestres e doutores, quem e onde se produzem idéias e, ao contrário, apenas consumidores.

Vai o ensino particular resignar-se à forma atual de estruturação? Como ultrapassar o imperativo sócio-cultural? De que modo? Ultrapassar o handicap da herança sócio-cultural pode depender de medidas compensatórias, e estas são do âmbito do poder público. O fato de que a globalização esteja em sua fase declinante pode fazer crer que o Estado-nação possa recuperar as funções sociais, dentre as quais exatamente a de velar para que a Nação, como um todo, tenha acesso a bens fundamentais. Há meio

CamScanner

século, a meta teria sido a educação secundária; hoje, a educação superior é algo que passa a ser fundamental, para que as pessoas possam participar plenamente da vida da nação.

Como ultrapassar o atual imperativo territorial? Idéias como a de bolsa terá que ser desenvolvida, não apenas a partir de estatísticas globais, mas levando em conta a idéia de território, de lugar e das desigualdades criadas pelo fato de que os lugares não podem, nas condições atuais, contribuir com as mesmas ofertas. O crédito educativo também não pode ser aplicado como se o país fosse um só. O Brasil quer ser uno, mas ele não é homogêneo. As diferenças territoriais devem ser levadas em conta na produção de um projeto.

Também é relevante a idéia do transporte para os educandos, que em muitos estados vem sendo enfrentada intuitivamente, empiricamente, por alguns prefeitos que buscam facilitar a locomoção dos estudantes para os lugares onde há faculdades. Tais preocupações devem ser estendidas à própria idéia de produção da educação – o que pode escapar aos produtores diretos da educação – por serem do âmbito da sociedade, isto é, da construção da sociedade como um todo.

É através da consideração do território plus a sociedade – não o envolvimento exclusivo ou separado de um ou de outro – que será permitido aos responsáveis proporem à nação, como um todo, algo que apresse a distribuição da educação superior entre a população brasileira.

CamScanner

Bibliografia

ABMES. Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES, nº 2, Brasília, 1997.

Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912, 1938, 1941/45, 1949, 1955, 1960, 1970, 1971, 1972, 1975, 1979, 1982, 1983, 1987, 1989, 1990, 1991, 1993, 1994, 1995. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Cadastro das Instituições de Ensino Superior 1996. MEC/INEP

Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Contagem da População 1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

DIAS, Leila Christina. "Les enjeux socio-spatiaux du développement des réseaux de télécommunications au Brésil". In *Document de Recherche du CREDAL*, nº 204, doc. nº 15, 1989, pp. 28-41.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1985, 1986, 1995. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

RATTNER, Henrique. *Industrialização e concentração econômica em São Paulo.* Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. Nobel, São Paulo, 1985.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996.

Sinopse Estatística da Educação Básica 1996, 1997. MEC

Sinopse Estatística da Educação Média 1992, 1993, 1994. MEC

Sinopse Estatística do Ensino Superior 1987, 1993, 1996. MEC

CamScanner

Anexo

Panorama do ensino fundamental

Evolução do ensino médio

Matrículas e rendimento mensal

Tabelas, gráficos e mapas

CamScanner

Panorama do ensino fundamental

Analisando a evolução do número de matrículas de ensino fundamental, observamos um crescimento de 10,4 vezes, entre 1940 e 1997.

Todavia, comparando o crescimento das matrículas, nos períodos 1940-1960 (2,2 vezes), 1960-1980 (3,1 vezes) e 1980-1997 (1,5 vezes), verificamos, neste último, uma ligeira desaceleração.

Ao longo desses anos, a participação relativa da Região Sudeste diminui, passando de mais da metade do total nacional de matrículas (52,93%), em 1940, para 38,04%, em 1997 e da Região Sul (que diminui de 19,18% para 13,18%), graças a uma expansão desse nível do ensino noutras regiões do país. É o caso do Nordeste (que passa de 21,31% para 32,7%), do Norte (4,56% para 8,8%) e do Centro-Oeste (2,03% para 7,3%), entre 1940 e 1997.

Quanto aos números absolutos, observa-se um crescimento em todas as regiões do País. Entre 1980 e 1997, o aumento da matrícula primária foi de 12.080.579, enquanto a população brasileira incorporou pouco mais de 36 milhões de efetivos, entre 1980 e 1996.

A maior aceleração registrou-se na Região Norte, com um aumento de 2,6 vezes, seguida pela região Nordeste (1,8 vezes), Centro-Oeste (1,5 vezes), Sudeste (1,4 vezes) e Sul (1,3 vezes), entre 1980 e 1997. Nesse período, alguns estados transpõem o nível de um milhão de estudantes no ensino fundamental. É o caso do Pará, que aumenta 2,3 vezes sua matrícula, do Maranhão (2,2 vezes) e do Goiás (1,2 vezes). Outros estados com matrículas milionárias, já desde os anos 80, são Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em 1997, a população matriculada no ensino fundamental, em São Paulo, era 2,2 vezes superior ao número de alunos de toda a região Norte e 2,6 vezes superior ao número

CamScanner

da Região Centro-Oeste. Também, um estado como a Bahia ultrapassava as matrículas dessas mesmas regiões, ainda que fosse 1,5 vezes inferior ao número total da região Sul.

A partir de 1980, o número de escolas diminuiu, passando de 224.696 para 196.479 em 1997 (decréscimo de 12,6%). Lembremos que essa redução do número de estabelecimentos escolares acompanhou-se de uma expansão de matrículas, que ultrapassou os 12 milhões de alunos.

Essa queda do número de unidades escolares ocorre no ensino público. Eram 211.530 estabelecimentos, em 1980 e 179.133, em 1997. A diminuição é dada, sobretudo, pelos estabelecimentos federais, que passam de 1.975 para 84. Enquanto todas as regiões conhecem importante decréscimo da quantidade de estabelecimentos públicos de ensino fundamental (em dezessete anos o número deles diminui em 20.570 unidades), a região Norte vê seu número aumentar 2,3 vezes (o acréscimo é de 14.473 estabelecimentos).

Assim, ao tempo que as matrículas de ensino fundamental, no setor público, crescem 1,5 vezes (19.296.304, em 1980 e 30.565.641, em 1997) e o número de estabelecimentos diminui 1,2 vezes, tanto o número de matrículas particulares (2.852.505, em 1980 e 3.663.747, em 1997) como o número de estabelecimentos (de 13.166 para 17.346) aumentam 1,3 vezes. Todavia, a relação de alunos por estabelecimento era favorável, em 1997, ao ensino público, onde havia 170,6 alunos por escola, contra 211,2 no ensino privado.

A partir dos anos 80, reorganiza-se a estrutura de dependências administrativas do ensino fundamental, marcando a menor representatividade do nível federal em todas as regiões, menos no Sudeste, com o correspondente aumento dos níveis estadual e, sobretudo, municipal.

Nos estados de Roraima e Amapá, o ensino fundamental público de dependência estadual e municipal esteve, até a década de 90, praticamente ausente. Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia caracterizaram-se, desde os anos 80, por uma forte presença do nível estadual.

CamScanner

A participação do ensino particular, no total da matrícula de nível fundamental, tem sido decrescente, a partir de 1970. Em 1971, o ensino particular significava 14,1% do total, era 12,9%, em 1980 e cerca de 10,7%, em 1997.

Em 1997, São Paulo acolhia 11,93% de suas matrículas de ensino fundamental no setor privado. Essa relação elevava-se para 22,72%, no Rio de Janeiro e para 16,9%, no Distrito Federal. Na Bahia, 8,22% de suas matrículas pertenciam ao ensino particular. Na Região Norte, o ensino particular no nível fundamental significava apenas 5,7% do total; em 1997, era 11,33% no Nordeste e 12,02% no Sudeste, 8,66% no Sul e 10,8% no Centro-Oeste.

CamScanner

Evolução do ensino médio

Se a expansão do ensino fundamental foi significativa, dos anos 40 até hoje, a velocidade do crescimento do ensino médio foi ainda mais vigorosa, evidenciada, nesse lapso, por um aumento de 37,7 vezes. Entre 1940 e 1960, o crescimento foi de 2,5 vezes, mas nas duas décadas seguintes (1960-1980) foi de 6,7 vezes, para mostrar uma desaceleração, a partir de 1980, com um aumento de 2,3 vezes até 1997, oscilações que se vão transmitir ao ensino superior.

Todavia, o hiato na passagem de um nível para outro é evidente. Em 1997, o número de matrículas, no nível fundamental do ensino, era 5,3 vezes superior ao volume das matrículas no ensino médio (34.229.388 alunos, no ensino fundamental e 6.405.057, no ensino médio).

Em 1980, São Paulo reunia 26,38% do total das matrículas do ensino médio do País, eram 28,39%, em 1997. Seu número de estudantes de nível médio era, em 1980, 6,7 vezes superior ao total da Região Norte, 4,2 vezes maior que o Centro-Oeste, 1,5 vezes mais que a Região Sul e 1,3 vezes mais que o Nordeste. Dezessete anos depois, o número de matrículas do estado de São Paulo superava o Norte em 4,2 vezes, o Centro-Oeste em cerca de 4 vezes, o Sul em 1,8 vezes e o Nordeste em 1,3 vezes.

É importante analisar, também, a evolução da população entre 15 e 17 anos, isto é, o grupo de idade que deveria cursar o ensino médio. Em 1971, eram 6.354.716 pessoas e 8.471.982, em 1980; já em 1997, o volume era de 10.362.185, mostrando, assim, aumentos de 1,3 vezes e 1,2 vezes, respectivamente.

Nos mesmos anos, o número de matrículas no ensino médio era de 1.119.421, de 2.820.998 e de 6.405.057, o que significou um crescimento de 2,5 vezes e 2,3 vezes, respectivamente. Em 1971, era apenas 17,62% da população dessa faixa etária que freqüentava as escolas. Essa proporção havia aumentado para 33,3%, em 1980 e para

CamScanner

61,81%, em 1997, mostrando uma extraordinária expansão do nível médio de ensino, na sociedade. De uma relação de 5,68 pessoas, em idade de 15 a 17 anos, por aluno de nível médio, em 1971, no Brasil, passamos para 3, em 1980 e para 1,62, em 1997.

Vejamos, agora, a geografização desse fenômeno. Com populações milionárias na faixa dos 15 aos 17 anos, já em 1971, o Sudeste, o Sul e o Nordeste tinham apenas 23,6%, 16,35% e 10,9%, respectivamente, desses grupos etários no ensino médio. A Região Norte possuía 12,61% dessa população no ensino médio e o Centro-Oeste, 15,86%.

Enquanto a média nacional apontava, em 1971, uma relação de 5,68 pessoas entre 15 e 17 anos por aluno secundário, a Região Sudeste era a única que se situava com valores inferiores à média (4,24) e, dentro dela, Rio de Janeiro, com 3,57 e São Paulo, com 3,69. O menor grau de escolarização média observava-se, nesse ano, nas regiões Nordeste (9,17) e Norte (7,93). Analisando as situações estaduais, vemos que o Acre salientava-se, com 23,15 pessoas em idade escolar por aluno.

Em 1997, a inclusão dessas camadas na matrícula de ensino médio havia pulado para 75,92% no Sudeste, 71,88% no Sul, 64,71% no Centro-Oeste, 51,73% no Norte e 41,51%, no Nordeste.

Na Região Norte, salienta-se Roraima, onde 78,13% da população de 15 a 17 anos cursa o nível médio, percentagem que supera a do estado do Paraná (75,84%). No Sudeste, São Paulo situa-se acima da média regional, com 87,91%. É também o caso do Distrito Federal que, com 79,42%, ultrapassa a média do Centro-Oeste.

O Brasil de 1997, com 1,62 habitantes de 15 a 17 anos por aluno secundário, assinalava, ainda, regiões onde esse índice era menos favorável (2,41, no Nordeste e 1,93, no Norte), apesar de uma diminuição das disparidades regionais. Se a maior escolarização ocorria em São Paulo, com 1,14 pessoas dessa faixa etária por aluno, Alagoas mostrava a menor escolarização, com 2,99 (valor menos favorável que o de São Paulo, em 1971).

A partir dos anos 70, o ensino particular aumenta sua participação no número total de matrículas de nível médio. Eram 487.048 alunos em escolas particulares e 632.373

CamScanner

alunos em escolas públicas, em 1971. Em 1976, já eram, respectivamente, 1.009.795 e 1.202.954, o que significou um aumento de 2,1 vezes e 1,9 vezes em apenas quatro anos.

Os anos 80 são de uma relativa estagnação para o ensino médio particular, mantendo-se na casa de um milhão de alunos, perante uma expansão do sistema público.

Entre 1991 e 1997, o número de matrículas no setor privado passa de 1.022.612 para 1.267.065, enquanto no setor público o número eleva-se de 2.702.521 para 5.137.992 alunos (aumentos de 19% e 47,4%, respectivamente).

Havendo representado mais de 40% do total de matrículas, entre 1971 e 1980 (atingiu 45,64% em 1976), o ensino médio particular perdeu força nos anos 90. Em 1991, correspondia a 27,45% do total e, em 1997, era apenas 19,78% do total nacional. Foi nesse momento de apogeu do ensino médio particular, em 1976, que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais reuniam, juntos, 55,54% das matrículas privadas do Brasil. Em 1997, quando o ensino particular tinha menos de 20% dos alunos de nível médio do país, esses três estados continuavam reunindo os maiores volumes, mas agora com 49,49% do total nacional da matrícula de ensino médio privado. São Paulo acolhia 324.571 alunos, no ensino particular, uma quantidade que ultrapassava o total de cada uma das regiões brasileiras e correspondia a 25,62% do total de estudantes secundários da rede privada brasileira. Essa quantidade de alunos, no ensino particular, significava 17,85% do total da matrícula secundária do estado (havia 1.493.717 alunos, cursando o ensino médio em escolas públicas).

Em 1976, o Sudeste era a região com a porcentagem mais alta de alunos na rede particular (50,14% do total de sua matrícula era privada). Em 1997, era o Nordeste que mostrava a maior penetração do ensino médio particular, com 22,90% do total regional. Alagoas apresentava 48,69% de sua matrícula no sistema particular. No outro extremo, a Região Norte mostrava apenas 10,11% de sua matrícula, em 1997, nas escolas particulares e, em Roraima, caía para 1,31% (180 estudantes).

CamScanner

O número de escolas aumentou 2,3 vezes, entre 1980 e 1997, passando de 7.224 a 16.633 estabelecimentos. No primeiro desses anos, as escolas particulares representavam cerca de 53% do total e, em 1997, a participação decresceu para cerca de 34%.

Pouco mais da metade dos estabelecimentos particulares estava na região Sudeste, em 1980 e era 48,4%, em 1997. Neste ano, o Nordeste, ocupando o segundo lugar, tinha 27,5% do total nacional, o Sul, 13,02%, o Centro-Oeste, 7,5% e o Norte, 3,7%.

Todavia, em virtude da queda do número de matrículas de estudantes particulares, nos anos 90, a relação de alunos por escolas caiu de 318,6, em 1980 para 225,8, em 1997. Os valores eram mais altos nas escolas públicas de ensino médio (471,5, em 1980 e 466,2 alunos por unidade escolar, em 1997).

CamScanner

Matrículas e rendimento mensal

Considerando a população que, em 1996, recebia entre 0,5 e 5 salários mínimos, isto é, um contingente de 56.468.697 pessoas, vemos que a matrícula de ensino superior representava apenas 3,3% desse grupo. Já nas camadas sociais, que recebem entre 5 e mais de 20 salários mínimos (14.348.659 pessoas), o número de matriculados representava 13,02%.

A situação havia sido semelhante, nos anos 80, para o grupo dos mais pobres (41.143.500 pessoas recebiam entre 0,5 e 5 salários mínimos), pois as matrículas de ensino superior correspondiam a 3,3% dessa população. Pouco mais de um terço do que iria ser o grupo dos mais ricos, em 1996 (5.124.436 pessoas obtinham entre 5 e mais de 20 salários mínimos, em 1980), esse grupo teria acolhido, hipoteticamente, 26,88% das matrículas (duas vezes mais que dezesseis anos mais tarde).

CamScanner

Tabelas, gráficos e mapas

Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, por Estado e Grande Região – 1971 a 1997 87

Evolução do número de matrículas do Ensino Fundamental e Médio 90

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior por Estado e Grande Região – 1971 a 1996 91

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior Público por Estado e Grande Região – 1985 a 1996 93

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior Particular por Estado e Grande Região – 1985 a 1996 95

Relação entre a População em Idade Universitária (18 a 24 anos) e Inscritos no Vestibular por Grande Região – 1985 a 1996 97

Relação entre a População em Idade Universitária (18 a 24 anos) e Vagas Oferecidas por Grande Região – 1985 a 1996 98

Participação no Total de Matrículas no Brasil por Estado e Grande Região – 1908 a 1996 99

Relação entre o Número de Alunos Matriculados e o Número de Professores por Estado e Grande Região – 1908 a 1996 101

CamScanner

Relação entre o Número de Alunos Matriculados e a População em Idade Universitária (18 a 24) por Estado e Grande Região – 1960 a 1996 103

Relação entre Matriculados no Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1991 106

Relação entre Matriculados no Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1996 106

Participação dos Matriculados no Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1991... 107

Participação dos Matriculados no Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1996... 107

Relação entre Docentes do Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1991 108

Relação entre Docentes do Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1996 108

Participação dos Docentes do Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1991...109

Participação dos Docentes do Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1996... 109

Participação do Total de Docentes do Ensino Superior das Regiões Metropolitanas no Total de Docentes do Ensino Superior do Brasil – 1991... 110

CamScanner

Participação do Total de Docentes do Ensino Superior das Regiões Metropolitanas no Total de Docentes do Ensino Superior – 1996 110

Alunos Matriculados no Ensino Superior, Segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996 111

Número de Instituições por Dependência Administrativa no Ensino Superior por Estado e Grande Região – 1908 a 1996. 115

Instituições de Ensino Superior no Brasil, Segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996 117

Instituições de Ensino Superior no Brasil, por Estado da Federação, Segundo a dependência administrativa pública e particular – 1966 a 1996 119

Universidades Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 124

Universidades Federais Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 124

Universidades Estaduais Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 124

Universidades Municipais Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 124

Universidades Particulares Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 124

Federações de Escolas/Faculdades Integradas e Estabelecimentos Isolados Brasileiros, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 125

Federações de Escolas/Faculdades Integradas Federais Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996... 125

CamScanner

Federações de Escolas/Faculdades Integradas Estaduais Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 125

Federações de Escolas/Faculdades Integradas Municipais Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 125

Federações de Escolas/Faculdades Integradas Particulares Brasileiras, Segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996 125

Porcentagem do Número de Instituições de Ensino Superior Públicas e Particulares no Total de Instituições por Estado e Grande Região – 1996 126

Porcentagem do Número de Instituições Federais, Estaduais e Municipais no Total de Instituições Públicas por Estado e Grande Região – 1996 127

Participação do Total de Instituições de Ensino Superior, da População Total e da População em Idade Universitária por Estado e Grande Região – 1996... 128

Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil..... 129

Número de Instituições de Ensino Superior Públicas e Particulares no Brasil..... 129

Número Total de Instituições por Meso-região – 1996..... 130

Número Total de Instituições Públicas por Meso-região – 1996..... 131

Número Total de Instituições Particulares por Meso-região – 1996... 132

Meso-Regiões Brasileiras – 1991 133

Número de Cursos de Graduação por Grandes Regiões e Estados – 1955, 1970 e 1996 136

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, Segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996 137

Participação do Total de Cursos, da População Total e da População em Idade Universitária por Estado e Grande Região – 1996 150

Relação entre o Número de Cursos e o Número de Instituições por Estado e Grande Região – 1996 151

Cursos de Análise de Sistemas, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 152

Cursos de Automação Industrial, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 152

Cursos de Administração, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996..... 153

Cursos de Agronomia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996..... 153

Cursos de Ciência da Computação, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 154

Cursos de Ciências Contábeis, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 154

Cursos de Desenho Industrial, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 155

Cursos de Enfermagem e Obstetrícia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 155

Cursos de Engenharia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996..... 156

Cursos de Fisioterapia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996..... 156

CamScanner

Cursos de Fonoaudiologia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 157

Cursos de Formação de Executivos, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 157

Cursos de Hotelaria, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 158

Cursos de Informática, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 158

Cursos de Marketing, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 159

Cursos de Medicina, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 159

Cursos de Medicina Veterinária, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 160

Cursos de Musicoterapia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 160

Cursos de Nutrição, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 161

Cursos de Odontologia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 161

Cursos de Processamento de Dados, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 162

Cursos de Turismo, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996. 162

Cursos de Zootecnia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996 163

CamScanner

Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa, por Estado e Grande Região – 1971 a 1997

Estado \ Ano	1971					1976				
	Matrículas no Ensino Médio	Matrículas Ensino Público		Matrículas Ensino Particular		Matrículas no Ensino Médio	Matrículas Ensino Público		Matrículas Ensino Particular	
		Número	%	Número	%		Número	%	Número	%
Rondônia	738	427	57,86	311	42,14	2.555	2.419	94,68	136	5,32
Acre	652	519	79,60	133	20,40	2.608	2.520	96,63	88	3,37
Amazonas	9.039	7.224	79,92	1.815	20,08	19.228	13.721	71,36	5.507	28,64
Roraima	373	254	68,10	119	31,90	1.197	1.197	100,00		0,00
Pará	19.563	10.977	56,11	8.586	43,89	49.639	32.893	66,26	16.746	33,74
Amapá	1.749	1.749	100,00		0,00	3.335	3.335	100,00		0,00
Tocantins										
Norte	**32.114**	**21.150**	**65,86**	**10.964**	**34,14**	**78.562**	**56.085**	**71,39**	**22.477**	**28,61**
Maranhão	14.375	5.131	35,69	9.244	64,31	36.667	7.781	21,22	28.886	78,78
Piauí	10.922	8.582	78,58	2.340	21,42	24.023	19.522	81,26	4.501	18,74
Ceará	31.154	14.840	47,63	16.314	52,37	62.172	30.520	49,09	31.652	50,91
Rio Grande do Norte	11.038	8.317	75,35	2.721	24,65	24.883	18.884	75,89	5.999	24,11
Paraíba	16.137	11.015	68,26	5.122	31,74	31.772	19.562	61,57	12.210	38,43
Pernambuco	44.655	21.595	48,36	23.060	51,64	108.924	58.129	53,37	50.795	46,63
Alagoas	12.113	6.522	53,84	5.591	46,16	22.316	10.140	45,44	12.176	54,56
Sergipe	8.347	5.836	69,92	2.511	30,08	16.243	9.915	61,04	6.328	38,96
Bahia	58.440	39.521	67,63	18.919	32,37	110.586	73.544	66,50	37.042	33,50
Nordeste	**207.181**	**121.359**	**58,58**	**85.822**	**41,42**	**437.586**	**247.997**	**56,67%**	**189.589**	**43,33**
Minas Gerais	138.036	56.614	41,01	81.422	58,99	231.744	82.722	35,70	149.022	64,30
Espírito Santo	21.705	10.322	47,56	11.383	52,44	47.258	20.716	43,84	26.542	56,16
Rio de Janeiro (1)	164.204	60.434	36,80	103.770	63,20	275.913	103.545	37,53	172.368	62,47
São Paulo	310.702	201.632	64,90	109.070	35,10	616.538	377.137	61,17	239.401	38,83
Sudeste	**634.647**	**329.002**	**51,84**	**305.645**	**48,16**	**1.171.453**	**584.120**	**49,86**	**587.333**	**50,14**
Paraná	71.725	56.340	78,55	15.385	21,45	121.127	92.175	76,10	28.952	23,90
Santa Catarina	28.891	16.267	56,30	12.624	43,70	68.979	27.951	40,52	41.028	59,48
Rio Grande do Sul	89.193	47.256	52,98	41.937	47,02	215.813	118.352	54,84	97.461	45,16
Sul	**189.809**	**119.863**	**63,15**	**69.946**	**36,85**	**405.919**	**238.478**	**58,75**	**167.441**	**41,25**
Mato Grosso do Sul										
Mato Grosso	13.601	8.738	64,25	4.863	35,75	30.909	18.448	59,68	12.461	40,32
Goiás	24.834	17.489	70,42	7.345	29,58	53.238	32.921	61,84	20.317	38,16
Distrito Federal	17.235	14.772	85,71	2.463	14,29	35.082	24.905	70,99	10.177	29,01
Centro-Oeste	**55.670**	**40.999**	**73,65**	**14.671**	**26,35**	**119.229**	**76.274**	**63,97**	**42.955**	**36,03**
BRASIL	**1.119.421**	**632.373**	**56,49**	**487.048**	**43,51**	**2.212.749**	**1.202.954**	**54,36**	**1.009.795**	**45,64**

(1) Os dados de 1971 correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico (IBGE); Sinopse Estatística da Educação Básica – 1997 (MEC)

Continua.....

CamScanner

Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa por Estado e Grande Região – 1971 a 1997

Estado \ Ano	1980					1986				
	Matrículas no EnsinoMédio	Matrículas Ensino Público		Matrículas Ensino Particular		Matrículas no Ensino Médio	Matrículas Ensino Público		Matrículas Ensino Particular	
		Número	%	Número	%		Número	%	Número	%
Rondônia	6.221	6.020	96,77	201	3,23	10.684	9.951	93,14	733	6,86
Acre	3.965	3.365	84,87	600	15,13	4.941	4.687	94,86	254	5,14
Amazonas	33.529	24.834	74,07	8.695	25,93	36.592	29.617	80,94	6.975	19,06
Roraima	2.002	2.002	100,00		0,00	2.926	2.926	100,00		0,00
Pará	59.362	40.892	68,89	18.470	31,11	77.036	60.259	78,22	16.777	21,78
Amapá	6.300	6.300	100,00		0,00	6.424	6.234	97,04	190	2,96
Tocantins										
Norte	111.379	83.413	74,89	27.966	25,11	138.603	113.674	82,01	24.929	17,99
Maranhão	53.797	14.133	26,27	39.664	73,73	63.502	27.781	43,75	35.721	56,25
Piauí	35.718	25.480	71,34	10.238	28,66	34.732	21.919	63,11	12.813	36,89
Ceará	91.607	43.063	47,01	48.544	52,99	77.214	35.467	45,93	41.747	54,07
Rio Grande do Norte	45.951	35.007	76,18	10.944	23,82	60.442	51.053	84,47	9.389	15,53
Paraíba	43.599	27.176	62,33	16.423	37,67	57.760	39.910	69,10	17.850	30,90
Pernambuco	129.658	76.198	58,77	53.460	41,23	156.300	115.979	74,20	40.321	25,80
Alagoas	28.530	12.848	45,03	15.682	54,97	45.140	21.726	48,13	23.414	51,87
Sergipe	22.194	13.984	63,01	8.210	36,99	27.283	15.560	57,03	11.723	42,97
Bahia	127.756	71.993	56,35	55.763	43,65	197.665	143.056	72,37	54.609	27,63
Nordeste	578.810	319.882	55,27	258.928	44,73	720.038	472.451	65,61	247.587	34,39
Minas Gerais	302.698	115.562	38,18	187.136	61,82	313.709	193.657	61,73	120.052	38,27
Espírito Santo	55.390	36.838	66,51	18.552	33,49	62.536	47.507	75,97	15.029	24,03
Rio de Janeiro (1)	365.239	141.629	38,78	223.610	61,22	351.771	192.117	54,61	159.654	45,39
São Paulo	744.163	454.458	61,07	289.705	38,93	849.368	571.726	67,31	277.642	32,69
Sudeste	1.467.490	748.487	51,00	719.003	49,00	1.577.384	1.005.007	63,71	572.377	36,29
Paraná	165.895	127.325	76,75	38.570	23,25	188.281	147.228	78,20	41.053	21,80
Santa Catarina	96.439	46.429	48,14	50.010	51,86	106.524	63.036	59,18	43.488	40,82
Rio Grande do Sul	222.209	145.759	65,60	76.450	34,40	210.372	143.030	67,99	67.342	32,01
Sul	484.543	319.513	65,94	165.030	34,06	505.177	353.294	69,93	151.883	30,07
Mato Grosso do Sul	31.926	18.812	58,92	13.114	41,08	39.575	26.291	66,43	13.284	33,57
Mato Grosso	21.140	17.919	84,76	3.221	15,24	28.303	23.388	82,63	4.915	17,37
Goiás	75.521	56.325	74,58	19.196	25,42	...	...	...	...	...
Distrito Federal	50.189	36.931	73,58	13.258	26,42	52.705	41.660	79,04	11.045	20,96
Centro-Oeste	178.776	129.987	72,71	48.789	27,29	120.583	91.339	75,75	29.244	24,25
BRASIL	2.820.998	1.601.282	56,76	1.219.716	43,24	3.061.785	2.035.765	66,49	1.026.020	33,51

(1) Os dados de 1971 correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico (IBGE); Sinopse Estatística da Educação Básica – 1997 (MEC)

Continuação.....

CamScanner

Matrículas no Ensino Médio por Dependência Administrativa por Estado e Grande Região – 1971 - 1997

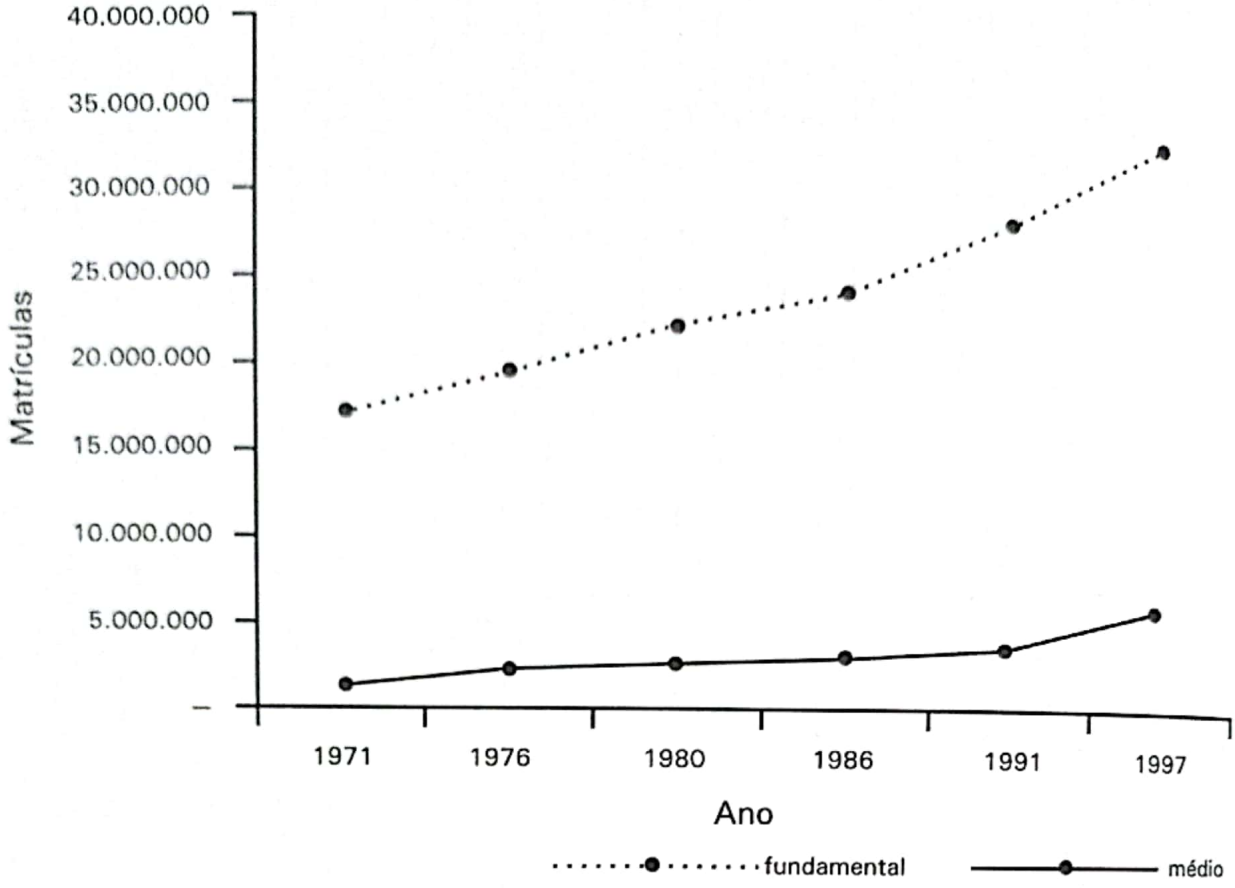
Estado \ Ano	1991					1997				
	Matrículas no EnsinoMédio	Matrículas Ensino Público		Matrículas Ensino Particular		Matrículas no EnsinoMédio	Matrículas Ensino Público		Matrículas Ensino Particular	
		Número	%	Número	%		Número	%	Número	%
Rondônia	18.715	16.870	90,14	1.845	9,86	38.589	33.990	88,08	4.599	11,92
Acre	7.305	6.734	92,18	571	7,82	17.551	15.963	90,95	1.588	9,05
Amazonas	48.520	41.170	84,85	7.350	15,15	93.193	83.597	89,70	9.596	10,30
Roraima	4.299	4.157	96,70	142	3,30	13.781	13.601	98,69	180	1,31
Pará	97.634	81.334	83,30	16.300	16,70	199.759	177.646	88,93	22.113	11,07
Amapá	8.108	7.637	94,19	471	5,81	22.849	21.458	93,91	1.391	6,09
Tocantins	17.291	14.875	86,03	2.416	13,97	49.438	44.925	90,87	4.513	9,13
Norte	**201.872**	**172.777**	**85,59**	**29.095**	**14,41**	**435.160**	**391.180**	**89,89**	**43.980**	**10,11**
Maranhão	77.664	45.908	59,11	31.756	40,89	144.667	112.733	77,93	31.934	22,07
Piauí	46.827	30.640	65,43	16.187	34,57	63.518	43.440	68,39	20.078	31,61
Ceará	104.053	68.920	66,24	35.133	33,76	201.820	141.746	70,23	60.074	29,77
Rio Grande do Norte	69.012	56.010	81,16	13.002	18,84	89.655	74.170	82,73	15.485	17,27
Paraíba	61.105	44.592	72,98	16.513	27,02	89.262	65.066	72,89	24.196	27,11
Pernambuco	183.623	139.349	75,89	44.274	24,11	282.542	226.270	80,08	56.272	19,92
Alagoas	45.482	23.719	52,15	21.763	47,85	61.169	31.384	51,31	29.785	48,69
Sergipe	30.497	20.176	66,16	10.321	33,84	50.802	38.692	76,16	12.110	23,84
Bahia	212.746	169.739	79,78	43.007	20,22	370.256	310.140	83,76	60.116	16,24
Nordeste	**831.009**	**599.053**	**72,09**	**231.956**	**27,91**	**1.353.691**	**1.043.641**	**77,10**	**310.050**	**22,90**
Minas Gerais	331.553	214.439	64,68	117.114	35,32	660.575	549.220	83,14	111.355	16,86
Espírito Santo	79.640	63.026	79,14	16.614	20,86	136.166	105.802	77,70	30.364	22,30
Rio de Janeiro (1)	374.690	202.633	54,08	172.057	45,92	525.794	334.688	63,65	191.106	36,35
São Paulo	1.071.918	802.366	74,85	269.552	25,15	1.818.288	1.493.717	82,15	324.571	17,85
Sudeste	**1.857.801**	**1.282.464**	**69,03**	**575.337**	**30,97**	**3.140.823**	**2.483.427**	**79,07**	**657.396**	**20,93**
Paraná	228.646	185.011	80,92	43.635	19,08	426.306	373.802	87,68	52.504	12,32
Santa Catarina	123.005	92.072	74,85	30.933	25,15	204.535	162.849	79,62	41.686	20,38
Rio Grande do Sul	222.094	163.928	73,81	58.166	26,19	387.483	302.597	78,09	84.886	21,91
Sul	**573.745**	**441.011**	**76,87**	**132.734**	**23,13**	**1.018.324**	**839.248**	**82,41**	**179.076**	**17,59**
Mato Grosso do Sul	49.112	37.317	75,98	11.795	24,02	79.756	64.165	80,45	15.591	19,55
Mato Grosso	45.907	39.052	85,07	6.855	14,93	80.920	68.359	84,48	12.561	15,52
Goiás	105.054	83.701	79,67	21.353	20,33	193.980	168.960	87,10	25.020	12,90
Distrito Federal	60.633	47.146	77,76	13.487	22,24	102.403	79.012	77,16	23.391	22,84
Centro-Oeste	**260.706**	**207.216**	**79,48**	**53.490**	**20,52**	**457.059**	**380.496**	**83,25**	**76.563**	**16,75**
BRASIL	3.725.133	2.702.521	72,55	1.022.612	27,45	6.405.057	5.137.992	80,22	1.267.065	19,78

(1) Os dados de 1971 correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico (IBGE); Sinopse Estatística da Educação Básica - 1997 (MEC)

Conclusão.....

CamScanner

Evolução do Número de Matrículas do Ensino Fundamental e Médio



Fonte: Anuário Estístico do Brasil (IBGE)

CamScanner

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior por Estado e Grande Região – 1971 a 1996

Estado \ Ano	1971			1985			1987			1989		
	Vagas Oferecidas (1)	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas
Acre	236	254	1,08	455	2.356	5,18	465	3.075	6,61	505	1.767	3,50
Amazonas	788	1.799	2,28	1.660	19.002	11,45	2.225	26.928	12,10	2.415	18.962	7,85
Rondônia				350	4.353	12,44	350	5.207	14,88	1.080	5.211	4,83
Roraima										160	300	1,88
Pará	2.573	6.071	2,36	5.160	32.385	6,28	5.460	44.609	8,17	5.440	34.436	6,33
Amapá										580	1.052	1,81
Tocantins												
Norte	**3.597**	**8.124**	**2,36**	**7.625**	**58.096**	**7,62**	**8.500**	**79.819**	**9,39**	**10.180**	**61.728**	**6,06**
Maranhão	1.621	4.296	2,65	2.214	17.894	8,08	2.220	21.255	9,57	1.888	9.549	5,06
Piauí	350	1.026	2,93	1.435	14.653	10,21	1.725	20.895	12,11	1.885	14.538	7,71
Ceará	2.042	7.823	3,83	9.701	52.124	5,37	7.060	62.388	8,84	8.765	56.142	6,41
Rio Grande do Norte	1.403	3.171	2,26	3.578	18.538	5,18	3.200	19.728	6,17	3.188	15.498	4,86
Paraíba	2.235	5.899	2,64	7.315	32.892	4,50	7.414	41.588	5,61	7.449	29.229	3,92
Pernambuco	8.309	22.055	2,65	16.745	55.651	3,32	18.675	103.279	5,53	17.917	60.420	3,37
Alagoas	1.019	5.059	4,96	2.650	11.171	4,22	2.790	20.814	7,46	2.790	11.912	4,27
Sergipe	469	2.264	4,83	1.900	10.795	5,68	1.900	17.170	9,04	2.020	13.267	6,57
Bahia	5.658	14.279	2,52	9.510	62.989	6,62	10.300	105.183	10,21	10.390	74.617	7,18
Nordeste	**23.106**	**65.872**	**2,85**	**55.048**	**276.707**	**5,03**	**55.284**	**412.300**	**7,46**	**56.292**	**285.172**	**5,07**
Espírito Santo	2.078	4.304	2,07	4.420	19.215	4,35	4.440	28.968	6,52	4.120	22.359	5,43
Rio de Janeiro (2)	24.136	60.875	2,52	64.141	194.911	3,04	65.430	302.802	4,63	65.765	274.785	4,18
Minas Gerais	19.745	44.304	2,24	40.049	144.427	3,61	42.262	207.408	4,91	42.704	180.686	4,23
São Paulo	81.186	141.249	1,74	160.382	481.958	3,01	166.477	671.046	4,03	176.440	602.281	3,41
Sudeste	**127.145**	**250.732**	**1,97**	**268.992**	**840.511**	**3,12**	**278.609**	**1.210.224**	**4,34**	**289.029**	**1.080.111**	**3,74**
Paraná	10.253	20.538	2,00	28.838	94.484	3,28	29.766	136.890	4,60	30.934	125.629	4,06
Santa Catarina	3.252	5.621	1,73	10.647	34.385	3,23	12.062	61.923	5,13	12.902	49.816	3,86
Rio Grande do Sul	16.604	35.442	2,13	39.953	105.453	2,64	40.959	147.100	3,59	41.002	92.982	2,27
Sul	**30.109**	**61.601**	**2,05**	**79.438**	**234.322**	**2,95**	**82.787**	**345.913**	**4,18**	**84.838**	**268.427**	**3,16**
Mato Grosso	1.773	2.642	1,49	1.755	10.909	6,22	1.940	13.225	6,82	3.600	15.516	4,31
Mato Grosso do Sul				3.752	16.220	4,32	3.912	20.592	5,26	5.194	17.938	3,45
Goiás	3.194	5.787	1,81	6.916	27.512	3,98	8.803	44.416	5,05	9.561	36.160	3,78
Distrito Federal	2.661	6.200	2,33	6.956	50.064	7,20	7.510	67.372	8,97	8.100	52.981	6,54
Centro-Oeste	**7.628**	**14.629**	**1,92**	**19.379**	**104.705**	**5,40**	**22.165**	**145.605**	**6,57**	**26.455**	**122.595**	**4,63**
BRASIL	**191.585**	**400.958**	**2,09**	**430.482**	**1.514.341**	**3,52**	**447.345**	**2.193.861**	**4,90**	**466.794**	**1.818.033**	**3,89**

(1) em 1971, os dados correspondem aos classificados em exame vestibular; (2) em 1971 corresp. aos Est. do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior (MEC)

Continua.....

CamScanner

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior por Estado e Grande Região – 1971 a 1996

Estado \ Ano	1991			1993			1996		
	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas
Acre	635	5.707	6,99	675	4.685	6,94	805	6.484	8,05
Amazonas	2.470	23.740	9,61	2.961	22.882	7,73	4.505	23.567	5,23
Rondônia	1.759	7.949	4,52	1.320	6.922	5,24	2.490	10.592	4,25
Roraima	330	1.148	3,48	850	3.480	4,09	680	6.571	9,66
Pará	6.260	39.672	6,34	7.325	46.746	6,38	7.790	50.450	6,48
Amapá	450	6.297	13,99	550	4.513	8,21	446	5.146	11,54
Tocantins	610	1.730	2,84	1.210	5.268	4,35	2.115	15.305	7,24
Norte	**12.514**	**86.243**	**6,89**	**14.891**	94.496	**6,35**	**18.831**	**118.115**	6,27
Maranhão	3.294	19.494	5,92	3.709	36.694	9,89	5.974	33.196	5,56
Piauí	2.099	12.979	6,18	2.194	15.290	6,97	3.423	32.108	9,38
Ceará	8.765	52.915	6,04	8.500	46.117	5,43	9.462	75.261	7,95
Rio Grande do Norte	4.355	26.265	6,03	4.831	21.489	4,45	5.082	26.842	5,28
Paraíba	8.193	31.933	3,90	8.308	36.157	4,35	8.113	35.854	4,42
Pernambuco	19.832	79.804	4,02	19.746	60.201	3,05	19.951	81.784	4,10
Alagoas	2.910	12.802	4,40	3.030	12.391	4,09	4.125	13.279	3,22
Sergipe	2.445	15.104	6,18	2.610	12.099	4,64	4.340	18.291	4,21
Bahia	12.725	77.107	6,06	13.242	79.699	6,02	15.585	112.952	7,25
Nordeste	**64.618**	**328.403**	**5,08**	**66.170**	**320.137**	**4,84**	**76.055**	**429.567**	5,65
Espírito Santo	5.785	22.444	3,88	5.723	29.677	5,19	7.150	37.979	5,31
Rio de Janeiro	70.573	197.998	2,81	78.240	234.742	3,00	90.629	294.728	3,25
Minas Gerais	47.809	209.165	4,38	49.621	203.544	4,10	51.558	283.408	5,50
São Paulo	192.401	665.345	3,46	205.812	689.793	3,35	242.205	783.189	3,23
Sudeste	**316.568**	**1.094.952**	**3,46**	**339.396**	**1.157.756**	**3,41**	**391.542**	**1.399.304**	3,57
Paraná	30.691	135.230	4,41	31.377	135.376	4,31	35.585	187.851	5,28
Santa Catarina	15.131	60.047	3,97	16.517	55.438	3,36	18.227	71.821	3,94
Rio Grande do Sul	45.116	137.072	3,04	45.875	124.418	2,71	52.588	161.172	3,06
Sul	**90.938**	**332.349**	**3,65**	**93.769**	**315.232**	**3,36**	**106.400**	**420.844**	**3,96**
Mato Grosso	5.285	27.454	5,19	5.935	25.545	4,30	8.396	24.762	2,95
Mato Grosso do Sul	6.847	25.173	3,68	6.512	23.477	3,61	9.665	32.142	3,33
Goiás	10.908	43.298	3,97	12.655	40.466	3,20	13.016	56.164	4,31
Distrito Federal	8.985	47.953	5,34	9.350	52.414	5,61	10.331	67.179	6,50
Centro-Oeste	**32.025**	**143.878**	**4,49**	**34.452**	**141.902**	**4,12**	**41.408**	**180.247**	**4,35**
BRASIL	**516.663**	**1.985.825**	**3,84**	**548.678**	**2.029.523**	**3,70**	**634.236**	**2.548.077**	**4,02**

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior (MEC)

Conclusão

CamScanner

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior Público por Estado e Grande Região – 1985 a 1996

Estado \ Ano	1985			1987			1989		
	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos Vagas
Acre	455	2.356	5,18	465	3.075	6,61	505	1.767	3,50
Amazonas	1.660	19.002	11,45	1.885	23.576	12,61	1.935	17.318	8,95
Rondônia	350	4.353	12,44	350	5.207	14,88	660	4.162	6,31
Roraima			0				0		
Pará	3.050	23.104	7,58	3.240	31.402	9,69	3.230	21.542	6,67
Amapá			0						
Tocantins							580	1.052	1,81
Norte	**5.515**	**48.815**	**8,85**	**5.940**	**63.260**	**10,65**	**6.730**	**44.789**	**6,66**
Maranhão	2.214	17.894	8,08	2.220	21.255	9,57	1.888	9.549	5,06
Piauí	1.435	14.653	10,21	1.625	19.790	12,18	1.785	14.041	7,87
Ceará	6.341	34.024	5,37	5.855	49.781	8,50	6.490	44.967	6,93
Rio Grande do Norte	3.278	18.102	5,52	2.800	18.130	6,48	2.788	14.540	5,22
Paraíba	6.145	28.575	4,65	6.144	33.888	5,52	6.359	25.222	3,97
Pernambuco	9.165	44.695	4,88	10.400	53.543	5,15	10.330	37.080	3,59
Alagoas	1.390	6.346	4,57	1.450	10.114	6,98	1.450	6.597	4,55
Sergipe	1.120	8.857	7,91	1.120	11.613	10,37	1.080	7.258	6,72
Bahia	4.855	26.342	5,43	5.535	48.651	8,79	5.585	47.263	8,46
Nordeste	**35.943**	**199.488**	**5,55**	**37.149**	**266.765**	**7,18**	**37.755**	**206.517**	**5,47**
Espírito Santo	2.570	12.862	5,00	2.570	17.961	6,99	2.450	13.532	5,52
Rio de Janeiro	12.674	60.120	4,74	13.299	111.153	8,36	13.502	163.485	12,11
Minas Gerais	14.108	73.776	5,23	16.733	91.203	5,45	13.826	76.153	5,51
São Paulo	27.590	196.643	7,13	25.745	190.024	7,38	27.280	196.057	7,19
Sudeste	**56.942**	**343.401**	**6,03**	**58.347**	**410.341**	**7,03**	**57.058**	**449.227**	**7,87**
Paraná	8.885	68.964	7,76	20.696	94.515	4,57	20.891	93.192	4,46
Santa Catarina	2.390	29.019	12,14	8.977	49.312	5,49	8.262	37.781	4,57
Rio Grande do Sul	32.628	42.111	1,29	7.213	46.945	6,51	7.305	20.832	2,85
Sul	**43.903**	**140.094**	**3,19**	**36.886**	**190.772**	**5,17**	**36.458**	**151.805**	**4,16**
Mato Grosso	1.755	10.909	6,22	1.940	13.225	6,82	2.050	10.580	5,16
Mato Grosso do Sul	1.282	8.050	6,28	1.382	9.428	6,82	1.478	8.378	5,67
Goiás	2.616	14.292	5,46	4.293	21.218	4,94	4.791	18.030	3,76
Distrito Federal	1.686	14.838	8,80	1.830	19.372	10,59	2.130	19.577	9,19
Centro-Oeste	**7.339**	**48.089**	**6,55**	**9.445**	**63.243**	**6,70**	**10.449**	**56.565**	**5,41**
BRASIL	149.642	779.887	5,21	147.767	994.381	6,73	148.450	908.903	6,12

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1985, 1987,1989,1991e 1993 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1987,1993 e 1996 (MEC).

Continua.....

CamScanner

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas oferecidas no Ensino Superior Público por Estado e Grande Região – 1985 a 1996

Estado \ Ano	1991			1993			1996		
	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Inscritos no Vestibular	Inscritos/ Vagas
Acre	635	5.707	8,99	675	4.685	6,94	805	6.484	8,05
Amazonas	1.990	21.549	10,83	2.260	20.978	9,28	2.075	16.736	8,07
Rondônia	860	6.126	7,12	460	4.901	10,65	990	7.377	7,45
Roraima	330	1.148	3,48	850	3.480	4,09	680	6.571	9,66
Pará	3.930	30.050	7,65	4.610	37.437	8,12	4.740	38.635	8,15
Amapá	450	6.297	13,99	450	3.826	8,50	346	3.765	10,88
Tocantins	610	1.730	2,84	910	4.368	4,80	1.265	14.429	11,41
Norte	**8.805**	**72.607**	**8,25**	**10.215**	**79.675**	**7,80**	**10.901**	**93.997**	**8,62**
Maranhão	2.894	18.745	6,48	3.229	35.641	11,04	4.774	30.898	6,47
Piauí	1.999	12.482	6,24	2.094	15.013	7,17	2.953	30.237	10,24
Ceará	6.525	44.828	6,87	6.220	39.055	6,28	6.552	56.767	8,66
Rio Grande do Norte	3.645	24.054	6,60	3.541	19.224	5,43	3.552	22.882	6,44
Paraíba	7.133	27.442	3,85	7.098	32.366	4,56	6.893	32.051	4,65
Pernambuco	10.890	50.545	4,64	10.560	45.325	4,29	10.695	57.610	5,39
Alagoas	1.570	8.294	5,28	1.690	8.730	5,17	2.145	8.031	3,74
Sergipe	1.265	11.747	9,29	1.360	8.786	6,46	1.500	12.641	8,43
Bahia	6.445	41.795	6,48	7.065	46.748	6,62	8.035	70.293	8,75
Nordeste	**42.366**	**239.932**	**5,66**	**42.857**	**250.888**	**5,85**	**47.099**	**321.410**	**6,82**
Espírito Santo	2.790	12.100	4,34	2.738	17.840	6,52	3.070	20.887	6,80
Rio de Janeiro	13.023	87.917	6,75	16.184	142.780	8,82	16.363	175.295	10,71
Minas Gerais	14.778	93.160	6,30	13.829	105.547	7,63	13.902	136.137	9,79
São Paulo	28.216	231.221	8,19	31.194	252.263	8,09	33.139	287.409	8,67
Sudeste	**58.807**	**424.398**	**7,22**	**63.945**	**518.430**	**8,11**	**66.474**	**619.728**	**9,32**
Paraná	19.527	93.514	4,79	18.627	96.040	5,16	18.604	127.436	6,85
Santa Catarina	12.281	52.160	4,25	14.742	50.932	3,45	16.587	67.538	4,07
Rio Grande do Sul	7.814	54.899	7,03	7.839	55.972	7,14	8.199	61.876	7,55
Sul	**39.622**	**200.573**	**5,06**	**41.208**	**202.944**	**4,92**	**43.390**	**256.850**	**5,92**
Mato Grosso	2.575	22.817	8,86	3.015	21.046	6,98	3.246	15.957	4,92
Mato Grosso do Sul	2.537	13.835	5,45	1.702	12.458	7,32	2.041	12.566	6,16
Goiás	5.398	21.089	3,91	5.965	22.211	3,72	7.246	28.909	3,99
Distrito Federal	2.396	19.996	8,35	2.720	27.247	10,02	3.116	35.226	11,30
Centro-Oeste	**12.906**	**77.737**	**6,02**	**13.402**	**82.962**	**6,19**	**15.649**	**92.658**	**5,92**
BRASIL	**162.506**	**1.015.247**	**6,25**	**171.627**	**1.134.899**	**6,61**	**183.513**	**1.384.643**	**7,55**

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1985, 1987,1989,1991e 1993 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1987,1993 e 1996 (MEC).

Conclusão

CamScanner

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior Particular por Estado e Grande Região – 1985 a 1996

Estado \ Ano	1985			1987			1989		
	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Inscrito Vagas	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Inscritos/ Vagas
Acre				340	3.352	9,86	480	1.644	3,43
Amazonas							420	1.049	2,50
Rondônia							160	300	1,88
Roraima									
Pará	2.110	9.281	4,40	2.220	13.207	5,95	2.210	12.894	5,83
Amapá									
Tocantins									
Norte	**2.110**	**9.281**	**4,40**	**2.560**	**16.559**	**6,47**	**3.270**	**15.887**	**4,86**
Maranhão									
Piauí				100	1.105	11,05	100	497	4,97
Ceará	3.360	18.100	5,39	1.205	12.607	10,46	2.275	11.175	4,91
Rio Grande do Norte	300	436	1,45	400	1.598	4,00	400	958	2,40
Paraíba	1.170	4.317	3,69	1.270	7.700	6,06	1.090	4.007	3,68
Pernambuco	7.580	10.956	1,45	8.275	49.736	6,01	7.587	23.340	3,08
Alagoas	1.260	4.825	3,83	1.340	10.700	7,99	1.340	5.315	3,97
Sergipe	780	1.938	2,48	780	5.557	7,12	940	6.009	6,39
Bahia	4.655	36.647	7,87	4.765	56.532	11,86	4.805	27.354	5,69
Nordeste	**19.105**	**77.219**	**4,04**	**18.135**	**145.535**	**8,03**	**18.537**	**78.655**	**4,24**
Espírito Santo	1.850	6.353	3,43	1.870	11.007	5,89	1.670	8.827	5,29
Rio de Janeiro	51.467	134.791	2,62	52.131	191.649	3,68	52.263	111.300	2,13
Minas Gerais	25.941	70.651	2,72	25.529	116.205	4,55	28.878	104.533	3,62
São Paulo	132.792	285.315	2,15	140.732	481.022	3,42	149.160	406.224	2,72
Sudeste	**212.050**	**497.110**	**2,34**	**220.262**	**799.883**	**3,63**	**231.971**	**630.884**	**2,72**
Paraná	8.885	25.520	2,87	9.070	42.375	4,67	10.043	32.437	3,23
Santa Catarina	2.390	5.366	2,25	3.085	12.611	4,09	4.640	12.035	2,59
Rio Grande do Sul	32.628	63.342	1,94	33.746	100.155	2,97	33.697	72.150	2,14
Sul	**43.903**	**94.228**	**2,15**	**45.901**	**155.141**	**3,38**	**48.380**	**116.622**	**2,41**
Mato Grosso							1.550	4.936	3,18
Mato Grosso do Sul	2.470	8.170	3,31	2.530	11.164	4,41	3.716	9.560	2,57
Goiás	4.300	13.220	3,07	4.510	23.198	5,14	4.770	18.130	3,80
Distrito Federal	5.270	35.226	6,68	5.680	48.000	8,45	5.970	33.404	5,60
Centro-Oeste	**12.040**	**56.616**	**4,70**	**12.720**	**82.362**	**6,48**	**16.006**	**66.030**	**4,13**
BRASIL	**289.208**	**734.454**	**2,54**	**299.578**	**1.199.480**	**4,00**	**318.164**	**908.078**	**2,85**

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1985, 1987,1989,1991e 1993 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1987,1993 e 1996 (MEC)

Continua....

CamScanner

Relação entre o Número de Inscritos no Vestibular e Vagas Oferecidas no Ensino Superior Particular por Estado e Grande Região – 1985 a 1996

Estado \ Ano	1991			1993			1996		
	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Inscritos/ Vagas	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Inscrito Vagas
Acre									
Amazonas	480	2.191	4,56	701	1.904	2,72	2.430	6.831	2,81
Rondônia	899	1.823	2,03	860	2.021	2,35	1.500	3.215	2,14
Roraima									
Pará				2.715	9.309	3,43	3.050	11.815	3,87
Amapá	2.330	9.622	4,13	100	687	6,87	100	1.381	13,81
Tocantins				300	900	3,00	850	876	1,03
Norte	**3.709**	**13.636**	**3,68**	**4.676**	**14.821**	**3,17**	**7.930**	**24.118**	**3,04**
Maranhão	400	749	1,87	480	1.053	2,19	1.200	2.298	1,92
Piauí	100	497	4,97	100	277	2,77	470	1.871	3,98
Ceará	2.240	8.087	3,61	2.280	7.062	3,10	2.910	18.494	6,36
Rio Grande do Norte	710	2.211	3,11	1.290	2.265	1,76	1.530	3.960	2,59
Paraíba	1.060	4.491	4,24	1.210	3.791	3,13	1.220	3.803	3,12
Pernambuco	8.942	29.259	3,27	9.186	14.876	1,62	9.256	24.174	2,61
Alagoas	1.340	4.508	3,36	1.340	3.661	2,73	1.980	5.248	2,65
Sergipe	1.180	3.357	2,84	1.250	3.313	2,65	2.840	5.650	1,99
Bahia	6.280	35.312	5,62	6.177	32.951	5,33	7.550	42.659	5,65
Nordeste	**22.252**	**88.471**	**3,98**	**23.313**	**69.249**	**2,97**	**28.956**	**108.157**	**3,74**
Espírito Santo	2.995	10.344	3,45	2.985	11.837	3,97	4.080	17.092	4,19
Rio de Janeiro	57.550	110.081	1,91	62.056	91.962	1,48	74.266	119.433	1,61
Minas Gerais	33.031	116.005	3,51	35.792	97.997	2,74	37.656	147.271	3,91
São Paulo	164.185	434.124	2,64	174.618	437.530	2,51	209.066	495.780	2,37
Sudeste	**257.761**	**670.554**	**2,60**	**275.451**	**639.326**	**2,32**	**325.068**	**779.576**	**2,40**
Paraná	11.164	41.716	3,74	12.750	39.336	3,09	16.981	60.415	3,56
Santa Catarina	2.850	7.887	2,77	1.775	4.506	2,54	1.640	4.283	2,61
Rio Grande do Sul	37.302	82.173	2,20	38.036	68.446	1,80	44.389	99.296	2,24
Sul	**51.316**	**131.776**	**2,57**	**52.561**	**112.288**	**2,14**	**63.010**	**163.994**	**2,60**
Mato Grosso	2.710	4.637	1,71	2.920	4.499	1,54	5.150	8.805	1,71
Mato Grosso do Sul	4.310	11.338	2,63	4.810	11.019	2,29	7.624	19.576	2,57
Goiás	5.510	22.209	4,03	6.690	18.255	2,73	5.770	27.255	4,72
Distrito Federal	6.589	27.957	4,24	6.630	25.167	3,80	7.215	31.953	4,43
Centro-Oeste	**19.119**	**66.141**	**3,46**	**21.050**	**58.940**	**2,80**	**25.759**	**87.589**	**3,40**
BRASIL	354.157	970.578	2,74	377.051	894.624	2,37	450.723	1.163.434	2,58

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1985, 1987, 1989, 1991 e 1993 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1987, 1993 e 1996 (MEC)

Conclusão

CamScanner

Relação entre a População em Idade Universitária (18 a 24 anos) e Inscritos no Vestibular por Grande Região – 1985 a 1996

Grande Região/ Ano	1985			1987		
	Inscritos no Vestibular	População em Idade Universitária	População/ Inscritos	Inscritos no Vestibular	População em Idade Universitária	População/ Inscritos
Norte (1)	58.096	576.234	9,9	79.819	622.194	7,8
Nordeste	276.707	5.075.605	18,3	412.300	5.290.855	12,8
Sudeste	840.511	8.172.744	9,7	1.210.224	8.201.608	6,8
Sul	234.322	2.903.135	12,4	345.913	2.956.660	8,5
Centro-Oeste	104.705	1.269.286	12,1	145.605	1.378.261	9,5
BRASIL	1.514.341	17.997.004	11,9	2.193.861	18.449.578	8,4

Grande Região/ Ano	1989			1991		
	Inscritos no Vestibular	População em Idade Universitária	População/ Inscritos	Inscritos no Vestibular	População em Idade Universitária	População/ Inscritos
Norte (1)	61.728	675.523	10,9	86.243	1.359.028	15,8
Nordeste	285.172	5.310.279	18,6	328.403	5.576.005	17,0
Sudeste	1.080.111	8.368.358	7,7	1.094.952	8.181.508	7,5
Sul	268.427	2.813.733	10,5	332.349	2879.253	8,7
Centro-Oeste	122.595	1.389.373	11,3	143.878	1.356.899	9,4
BRASIL	1.818.033	18.557.266	10,2	1.985.825	19.352.693	9,7

Grande Região/ Ano	1993			1996		
	Inscritos no Vestibular	População em Idade Universitária	População/ Inscritos	Inscritos no Vestibular	População em Idade Universitária	População/ Inscritos
Norte (1)	94.496	900.040	9,5	118.115	1.586.446	13,4
Nordeste	320.137	5.541.129	17,3	429.567	6.010.395	14,0
Sudeste	1.157.756	7.979.487	6,9	1.399.304	8.697.457	6,2
Sul	315.232	2.752.755	8,7	420.844	2.919.867	6,9
Centro-Oeste	141.902	1.339.118	9,4	180.247	1.366.424	7,6
BRASIL	2.029.523	18.512.529	9,1	2.548.077	20.580.589	8,1

(1) O dado referente à população em idade universitária - de 1985, 1987, 1989 e 1993 - exclui a população da zona rural.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1985, 1987, 1989, 1991, 1993, 1994 e 1995 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC).

CamScanner

Relação entre a População em Idade Universitária (18 a 24 anos) e Vagas Oferecidas por Grande Região – 1985 a 1996

Grande Região/ Ano	1985			1987		
	Vagas Oferecidas	População em Idade Universitária	População/ Inscritos	Vagas Oferecida	População em Idade Universitária	População/ Inscritos
Norte (1)	7.625	576.234	75,6	8.500	622.194	73,2
Nordeste	55.048	5.075.605	92,2	55.284	5.290.855	95,7
Sudeste	268.992	8.172.744	30,4	278.609	8.201.608	29,4
Sul	79.438	2.903.135	36,5	82.787	2.956.660	35,7
Centro-Oeste	19.379	1.269.286	65,5	22.165	1.378.261	62,2
BRASIL	430.482	17.997.004	41,8	447.345	18.449.578	41,2

Grande Região/ Ano	1989			1991		
	Vagas Oferecidas	População em Idade Universitária	População/ Inscritos	Vagas Oferecida	População em Idade Universitária	População/ Inscritos
Norte (1)	10.180	675.523	66,4	12.514	1.359.028	108,6
Nordeste	56.292	5.310.279	94,3	4.618	5.576.005	86,3
Sudeste	289.029	8.368.358	29,0	316.568	8.181.508	25,8
Sul	84.838	2.813.733	33,2	90.938	2.879.253	31,7
Centro-Oeste	26.455	1.389.373	52,5	32.025	1.356.899	42,4
BRASIL	466.794	18.557.266	39,8	516.663	19.352.693	37,5

Grande Região/ Ano	1993			1996		
	Vagas Oferecidas	População em Idade Universitária	População/ Inscritos	Vagas Oferecida	População em Idade Universitária	População/ Inscritos
Norte (2)	14.891	900.040	60,4	18.831	1.586.446	84,2
Nordeste	66.170	5.541.129	83,7	76.055	6.010.395	79,0
Sudeste	339.396	7.979.487	23,5	391.542	8.697.457	22,2
Sul	93.769	2.752.755	29,4	106.400	2.919.867	27,4
Centro-Oeste	34.452	1.339.118	38,9	41.408	1.366.424	33,0
BRASIL	548.678	18.512.529	33,7	634.236	20.580.589	32,4

(1) O dado referente à população em idade universitária - de 1985, 1987 e 1989 - exclui a população da zona rural.
(2) O dado referente à população em idade universitária em 1993, exclui a população da zona rural.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1985, 1987, 1989, 1991, 1993, 1994 e 1995 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC).

CamScanner

Participação no Total de Matrículas no Brasil por Estado e Grande Região – 1908 a 1996

Estado \ Ano	1908		1935		1945		1960	
	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)
Rondônia								
Acre								
Amazonas			187	0,55	118	0,44	288	0,31
Roraima								
Pará	81	1,20	472	1,38	377	1,41	1.252	1,34
Amapá								
Tocantins								
Norte	**81**	**1,20**	**659**	**1,93**	**495**	**1,85**	1.540	1,65
Maranhão			121	0,35	86	0,32	601	0,64
Piauí			65	0,19	64	0,24	296	0,32
Ceará	115	1,17	591	1,73	473	1,77	1.995	2,14
Rio Grande do Norte					17	0,06	517	0,55
Paraíba			37	0,11	44	0,16	1.074	1,15
Pernambuco	639	9,49	1.774	5,19	1.868	6,98	5.237	5,62
Alagoas			266	0,78	192	0,72	987	1,06
Sergipe							347	0,37
Bahia	899	13,55	2.165	6,34	1.631	6,10	3.557	3,82
Nordeste	**1.653**	**24,54**	**5.019**	**14,69**	**4.375**	**16,35**	**14.611**	**15,68**
Minas Gerais	475	7,05	4.498	13,16	2.814	10,52	9.090	9,75
Espírito Santo			222	0,65	48	0,18	964	1,03
Rio de Janeiro (1)	3.072	45,61	13.880	40,62	8.553	31,97	22.412	24,05
São Paulo	1.076	15,98	5.979	17,50	6.254	23,37	25.915	27,81
Sudeste	**4.623**	**68,64**	**24.579**	**71,92**	**17.669**	**66,04**	**58.381**	**62,64**
Paraná			1.458	4,27	1.805	6,75	6.441	6,91
Santa Catarina			59	0,17	61	0,23	641	0,69
Rio Grande do Sul	373	5,54	2.059	6,03	2.255	8,43	10.060	10,79
Sul	**373**	**5,54**	**3.576**	**10,46**	**4.121**	**15,40**	**17.142**	**18,39**
Mato Grosso do Sul								
Mato Grosso			227	0,66			167	0,18
Goiás	5	0,07	94	0,28	97	0,36	1.361	1,46
Distrito Federal								
Centro-Oeste	**5**	**0,07**	**321**	**0,94**	**97**	**0,36**	**1.528**	**1,64**
BRASIL	**6.735**	**100,00**	**34.174**	**100,00**	**26.757**	**100,00**	**93.202**	**100,00**

(1) Em 1908 e 1935 e 1945, os dados correspondem ao Distrito Federal; em 1960 e 1970, os dados correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908 a 1991 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC)

Continua....

CamScanner

Participação no Total de Matrículas no Brasil por Estado e Grande Região – 1908 a 1996

Estado \ Ano	1970		1980		1991		1996	
	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)	Matrículas no Ensino Superior	Partipação no Total do País (%)	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)	Matrículas no Ensino Superior	Participação no Total do País (%)
Rondônia					4.381	0,28	7.196	0,39
Acre	281	0,07	1.437	0,10	3.089	0,20	2.900	0,16
Amazonas	2.997	0,70	7.428	0,54	9.545	0,61	20.210	1,08
Roraima					829	0,05	2.594	0,14
Pará	5.399	1,27	20.591	1.50	31.464	2,01	36.394	1.95
Amapá					627	0,04	2.593	0,14
Tocantins					1.886	0,12	5.148	0,28
Norte	**8.677**	**2,04**	**29.456**	**2,14**	**51.821**	**3,31**	**77.035**	**4,12**
Maranhão	2.411	0,57	8.664	0,63	10.993	0,70	19.076	1,02
Piauí	825	0,19	6.327	0,46	9.345	0,60	13.743	0,74
Ceará	9.270	2,18	39.475	2,87	37.904	2,42	41.238	2,21
Rio Grande do Norte	2.778	0,65	15.674	1.14	17.040	1,09	20.087	1,08
Paraíba	5.159	1,21	33.198	2,41	33.014	2,11	33.984	1,82
Pernambuco	19.780	4,65	55.409	4,02	68.843	4,40	68.302	3,66
Alagoas	2.910	0,68	11.941	0,87	14.172	0,91	14.668	0,79
Sergipe	1.225	0,29	6.788	0,49	9.573	0,61	11.775	0,63
Bahia	14.805	3,48	41.125	2,99	46.291	2,96	56.555	3,03
Nordeste	**59.163**	**13,91**	**218.601**	**15,87**	**247.175**	**15,79**	**279.428**	**14,95**
Minas Gerais	50.183	11,79	130.683	9,49	145.683	9,31	172.931	9,25
Espírito Santo	6.122	1,44	16.057	1,17	18.701	1,19	25.280	1,35
Rio de Janeiro (1)	79.085	18,59	236.160	17,15	210.358	13,44	222.135	11,89
São Paulo	141.891	33,35	449.556	32,64	505.685	32,31	608.085	32,54
Sudeste	**277.281**	**65,17**	**832.456**	**60,44**	**880.427**	**56,26**	**1.028.431**	**55,04**
Paraná	22.333	5,25	66.269	4,81	99.604	6,36	115.039	6,16
Santa Catarina	6.268	1,47	26.965	1,96	47.926	3,06	69.772	3,73
Rio Grande do Sul	38.060	8,95	136.522	9,91	140.172	8,96	164.382	8,80
Sul	**66.661**	**15,67**	**229.756**	**16,68**	**287.702**	**18,38**	**349.193**	**18,69**
Mato Grosso do Sul			8.985	0,65	18.012	1,15	25.523	1,37
Mato Grosso	2.498	0,59	5.632	0,41	12.432	0,79	24.213	1,30
Goiás	7.804	1,83	23.202	1,68	35.301	2,26	43.706	2,34
Distrito Federal	3.394	0,80	29.198	2,12	32.186	2,06	41.000	2,19
Centro-Oeste	**13.696**	**3,22**	**67.017**	**4,87**	**97.931**	**6,26**	**134.442**	**7,20**
BRASIL	**425.478**	**100,00**	**1.377.286**	**100,00**	**1.565.056**	**100,00**	**1.868.529**	**100,00**

(1) Em 1908 e 1935 e 1945, os dados correspondem ao Distrito Federal; em 1960 e 1970, os dados correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908 a 1991 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC)

Conclusão

CamScanner

Relação entre o Número de Alunos Matriculados e o Número de Professores por Estado e Grande Região – 1908 a 1996

Estado \ Ano	1908			1935			1945			1960		
	Número de Alunos(1)	Número de Professores	Aluno/ Professor	Número de Alunos	Número de Professores	Aluno/ Professor	Número de Alunos(1)	Número de Professores	Aluno/ Professor	Número de Alunos	Número de Professores	Aluno/ Professor
Rondônia												
Acre												
Amazonas				187	68	2,75	118	22	5,36	288	85	3,39
Roraima												
Pará	81	26	3,12	472	105	4,50	377	101	3,73	1.252	342	3,66
Amapá												
Tocantins												
Norte	**81**	**26**	**3,12**	**656**	**173**	**3,81**	**495**	**123**	**4,02**	**1.540**	**427**	**3,61**
Maranhão				121	71	1,70	86	56	1,54	601	219	2,74
Piauí				65	21	3,10	64	22	2,91	296	49	6,04
Ceará	115	16	7,19	591	73	8,10	473	79	5,99	1.995	406	4,91
Rio Grande do Norte							17	5	3,40	517	166	3,11
Paraíba				37	9	4,11	44	28	1,57	1.074	406	2,65
Pernambuco	639	45	14,20	1.774	257	6,90	1.868	259	7,21	5.237	1.411	3,71
Alagoas				266	57	4,67	192	34	5,65	987	250	3,95
Sergipe										347	143	2,43
Bahia	899	132	6,81	2.165	277	7,82	1.631	275	5,93	3.557	787	4,52
Nordeste	**1.653**	**193**	**8,56**	**5.019**	**765**	**6,56**	**4.375**	**758**	**5,77**	**14.611**	**3.837**	**3,81**
Minas Gerais	475	90	5,28	4.498	772	5,83	2.814	491	5,73	9.090	2.458	3,70
Espírito Santo				222	41	5,41	48	14	3,43	964	195	4,94
Rio de Janeiro (2)	3.072	180	17,07	13.880	1.634	8,49	8.553	1.531	5,59	22.412	4.328	5,18
São Paulo	1.076	100	10,76	5.979	975	6,13	6.254	1.337	4,68	25.915	5.107	5,07
Sudeste	**4.623**	**370**	**12,49**	**24.579**	**3.422**	**7,18**	**17.669**	**3.373**	**5,24**	**58.381**	**12.088**	**4,83**
Paraná				1.458	168	8,68	1.805	244	7,40	6.441	1.085	5,94
Santa Catarina				59	23	2,57	61	15	4,07	641	175	3,66
Rio Grande do Sul	373	98	3,81	2.089	483	4,33	2.255	637	3,54	10.060	3.097	3,25
Sul	**373**	**98**	**3,81**	**3.606**	**674**	**5,35**	**4.121**	**896**	**4,60**	**17.142**	**4.357**	**3,93**
Mato Grosso do Sul												
Mato Grosso				227	39	5,82				167	25	6,68
Goiás	5	6	0,83	84	32	2,63	97	22	4,41	1.361	330	4,12
Distrito Federal												
Centro-Oeste	**5**	**6**	**0,83**	**311**	**71**	**4,38**	**97**	**22**	**4,41**	**1.528**	**355**	**4,30**
	6.735	693	9,72	34.174	5.105	6,69	26.757	5.172	5,17	93.202	21.064	4,42

(1) Matriculas realizadas; (2) em 1908 e 1935 e 1945,inclui dados do Distrito Federal: em 1960 e 1971, os dados correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908 a 1991 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC)

Continua...

CamScanner

Relação entre o Número de Alunos Matriculados e o Número de Professores por Estado e Grande Região – 1908 a 1996

Estado \ Ano	1971			1980			1991			1996		
	número de alunos(1)	número de professores	aluno/ professor	número de alunos	número de professores	aluno/ professor	número de alunos(1)	número de professores	aluno/ professor	número de alunos	número de professores	aluno/ professor
Rondônia							4.381	309	14,18	7.196	459	15,68
Acre	431	54	7,98	1.437	256	5,61	3.089	260	11,88	2.900	353	8,22
Amazonas	3.359	463	7,25	7.428	1.077	6,90	9.545	1.117	8,55	20.210	1.359	14,87
Roraima							829	76	10,91	2.594	230	11,28
Pará	6.908	940	7,35	20.591	3.005	6,85	31.464	2.252	13,97	36.394	3.807	9,56
Amapá							627	23	27,26	2.593	146	17,76
Tocantins							1.886	147	12,83	5.148	434	11,86
Norte	**10.698**	**1.457**	**7,34**	**29.456**	**4.338**	**6,79**	**51.821**	**4.184**	**12,39**	**77.035**	**6.788**	**11,35**
Maranhão	4.939	652	7,58	8.664	1.088	7,96	10.993	1.433	7,67	19.076	1.713	11,14
Piauí	996	191	5,21	6.327	793	7,98	9.345	1.279	7,31	13.743	1.386	9,92
Ceará	10.144	1.401	7,24	39.475	3.015	13,09	37.904	2.897	13,08	41.238	4.105	10,05
Rio Grande do Norte	3.974	806	4,93	15.674	2.578	6,08	17.040	2.159	7,89	20.087	2.408	8,34
Paraíba	7.398	1.114	6,64	33.198	3.723	8,92	33.014	3.274	10,08	33.984	4.157	8,18
Pernambuco	22.846	2.722	8,39	55.409	4.790	11,57	68.843	4.548	15,14	68.302	4.874	14,01
Alagoas	3.440	357	9,64	11.941	1.216	9,82	14.172	1.277	11,10	14.668	1.441	10,18
Sergipe	1.495	242	6,18	6.788	633	19,72	9.573	806	11,88	11.775	1.033	11,40
Bahia	17.509	2.956	5,92	41.125	4.172	9,86	46.291	4.520	10,24	56.555	5.663	9,99
Nordeste	**72.741**	**10.441**	**6,97**	**218.601**	**22.008**	**9,93**	**247.175**	**22.193**	**11,14**	**279.428**	**26.780**	**10,43**
Minas Gerais	61.415	5.523	11,12	130.683	11.593	11,27	145.683	12.865	11,32	172.931	21.833	7,92
Espírito Santo	7.091	928	7,64	16.057	1.654	9,71	18.701	1.591	11,75	25.280	1.973	12,81
Rio de Janeiro (2)	88.262	10.482	8,42	236.160	20.024	11,79	210.358	20.514	10,25	222.135	14.409	15,42
São Paulo	205.555	17.536	11,72	449.556	31.467	14,29	505.685	38.494	13,14	608.085	47.362	12,84
Sudeste	**362.323**	**34.469**	**10,51**	**832.456**	**64.738**	**12,86**	**880.427**	**73.464**	**11,98**	**1.028.431**	**85.577**	**12,02**
Paraná	28.436	3.396	8,37	66.269	5.898	11,24	99.604	8.654	11,51	115.039	11.342	10,14
Santa Catarina	8.404	1.245	6,75	26.965	3.162	8,53	47.926	3.951	12,13	69.772	5.978	11,67
Rio Grande do Sul	54.826	7.506	7,30	136.522	10.939	1,48	140.172	12.452	11,26	164.382	16.005	10,27
Sul	**91.666**	**12.147**	**7,55**	**229.756**	**19.999**	**11,49**	**287.702**	**25.057**	**11,48**	**349.193**	**33.325**	**10,48**
Mato Grosso do Sul				8.985	920	9,77	18.012	1.328	13,56	25.523	2.336	10,93
Mato Grosso	4.215	500	8,43	5.632	964	5,84	12.432	1.589	7,82	24.213	1.955	12,39
Goiás	8.970	1.201	7,47	23.202	1.710	13,57	35.301	2.866	12,32	43.706	3.545	12,33
Distrito Federal	10.784	896	12,04	29.198	1.777	16,43	32.186	2.454	13,12	41.000	3.812	10,76
Centro-Oeste	**23.969**	**2.597**	**9,23**	**67.017**	**5.371**	**12,48**	**97.931**	**8.237**	**11,89**	**134.442**	**11.648**	**11,54**
BRASIL	**561.397**	**61.111**	**9,19**	**1.377.286**	**116.454**	**11,83**	**1.565.056**	**133.135**	**11,76**	**1.868.529**	**164.118**	**11,39**

(1) Matrículas realizadas; (2) em 1908 e 1935 e 1945,inclui dados do Distrito Federal; em 1960 e 1971, os dados correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908 a 1991 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC)

Conclusão

CamScanner

Relação entre o Número de Alunos Matriculados e a População em Idade Universitária (18 a 24) por Estado e Grande Região – 1960 a 1996

Estado \ Ano	1960			1970			1980		
	Matrículas no Ens. Superior	Pop. em Idade Univer.(1)	População/ Matrículas	Matrículas no Ens. Superior	Pop. em Idade Univer.	População/ Matrículas	Matrículas no Ens. Superior	Pop. em Idade Univer.	População/ Matrículas
Rondônia		...			14.119			67.651	
Acre		...		281	27.384	97,5	1.437	39.896	27,8
Amazonas	288	196.004	680,6	2.997	122.066	40,7	7.428	189.532	25,5
Roraima		...			5.294			10.833	
Pará	1.252	132.092	105,5	5.399	278.303	51,5	20.591	458.441	22,3
Amapá		...			13.890			22.534	
Tocantins									
Norte	**1.540**	**328.096**	**213,0**	**8.677**	461.056	**53,1**	29.456	788.887	**26,8**
Maranhão	601	327.213	544,4	2.411	389.585	161,6	8.664	500.490	57,8
Piauí	296	160.120	540,9	825	215.021	260,6	6.327	269.747	42,6
Ceará	1.995	441.347	221,2	9.270	567.278	61,2	39.475	666.962	16;9
Rio Grande do Norte	517	144.745	280,0	2.778	195.077	70,2	15.674	245.746	15,7
Paraíba	1.074	258.249	240,5	5.159	296.648	57,5	33.198	288.334	8,7
Pernambuco	5.237	520.695	99,4	19.780	660.717	33,4	55.409	776.446	14,0
Alagoas	987	155.110	157,2	2.910	206.506	71,0	11.941	246.944	20,7
Sergipe	347	84.957	244,8	1.225	109.697	89,5	6.788	140.212	20,7
Bahia	3.557	745.511	209,6	14.805	950.549	64,2	41.125	1.206.204	29,3
Nordeste	**14.611**	**2.837.947**	194,2	59.163	**3.591.078**	**60,7**	218.601	**4.341.085**	**19,9**
Minas Gerais	9.090	1.270.898	139,8	50.183	1.502.437	29,9	130.683	1.932.676	14,8
Espírito Santo	964	147.547	153,1	6.122	205.280	33,5	16.057	304.085	18,9
Rio de Janeiro (2)	22.412	828.061	36,9	79.085	1.188.068	15,0	236.160	1.635.061	6,9
São Paulo	25.915	1.655.530	63,9	141.891	2.399.628	16,9	449.556	3.742.217	8,3
Sudeste	**58.381**	**3.902.036**	**66,8**	**277.281**	**5.295.413**	19,1	**832.456**	**7.614.039**	**9,1**
Paraná	6.441	559.353	86,8	22.333	886.789	39,7	66.269	1.070.011	16,1
Santa Catarina	641	258.395	403,1	6.268	380.820	60,8	26.965	547.385	20,3
Rio Grande do Sul	10.060	682.528	67,8	38.060	890.207	23,4	136.522	1.135.097	8,3
Sul	**17.142**	**1.500.276**	**87,5**	**66.661**	**2.157.816**	**32,4**	**229.756**	**2.752.493**	**12,0**
Mato Grosso do Sul							8.985	193.849	21,6
Mato Grosso	167	116.660	698,6	2.498	207.791	83,2	5.632	160.899	28,6
Goiás	1.361	257.965	189,5	7.804	389.602	49,9	23.202	730.417	31,5
Distrito Federal(3)		33.895		3.394	81.397	24,0	29.198	188.682	6,5
Centro-Oeste	**1.528**	**408.520**	**267,4**	**13.696**	**678.790**	**49,6**	**67.017**	**1.273.847**	**19,0**
BRASIL	**93.202**	**8.976.875**	**96,3**	**425.478**	**12.184.153**	**28,6**	**1.377.286**	**16.770.351**	**12,2**

(1) Pop. em idade universitária de 1960, exclui a pop. de 18 e 19 anos; (2) os dados em 1960 e 1970 corresp.aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. (3) instalado em Brasília em 21 de abril de 1960.
Fonte: Anuário Est. do Brasil – 1908 a 1996 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC).

Continua...

CamScanner

Relação entre o Número Alunos Matriculados e a População em Idade Universitária (18 a 24) por Estado e Grande Região – 1960 a 1996

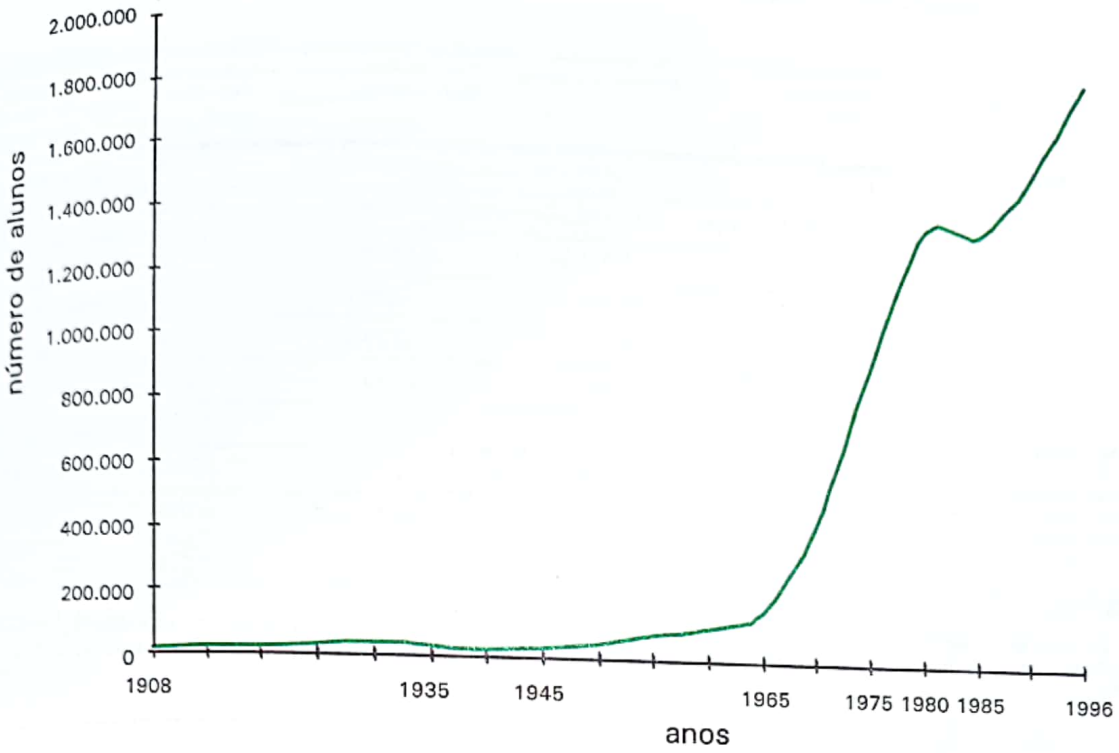
Estado \ Ano	1991			1996		
	Matrículas no Ens. Superior	População em Idade univer.	População/ Matrículas	Matrículas no Ens. Superior	População em Idade univer.	População/ Matrículas
Rondônia	4.381	160.022	36,5	47.196	172.032	23,9
Acre	3.089	55.711	18,0	2.900	68.247	23,5
Amazonas	9.545	283.922	29,7	20.210	339.821	16,8
Roraima	829	31.823	38,4	2.594	34.080	13,1
Pará	31.464	669.920	21,3	36.394	770.091	21,2
Amapá	627	39.010	62,2	2.593	56.094	21,6
Tocantins	1.886	118.620	62,9	5.148	146.081	28,4
Norte	**51.821**	**1.359.028**	**26,2**	**77.035**	**1.586.446**	**20,6**
Maranhão	10.993	611.741	55,6	19.076	683.292	35,8
Piauí	9.345	331.774	35,5	13.743	358.354	26,1
Ceará	37.904	821.266	21,7	41.238	873.997	21,2
Rio Grande do Norte	17.040	324.054	19,0	20.087	336.284	16,7
Paraíba	33.014	410.745	12,4	33.984	434.096	12,8
Pernambuco	68.843	957.395	13,9	68.302	1.020.005	14,9
Alagoas	14.172	342.281	24,2	14.668	366.496	25,0
Sergipe	9.573	207.825	21,7	11.775	225.034	19,1
Bahia	46.291	1.568.924	33,9	56.555	1.712.837	30,3
Nordeste	247.175	5.576.005	**22,6**	279.428	**6.010.395**	**21,5**
Minas Gerais	145.683	2.079.402	14,3	172.931	2.171.985	12,6
Espírito Santo	18.701	348.735	18,6	25.280	375.663	14,9
Rio de Janeiro (2)	210.358	1.608.908	7,6	222.135	1.657.391	7,5
São Paulo	505.685	4.144.463	8,2	608.085	4.492.418	7,4
Sudeste	880.427	8.181.508	**9,3**	**1.028.431**	**8.697.457**	**8,5**
Paraná	99.604	1.160.818	11,7	115.039	1.180.096	10,3
Santa Catarina	47.926	612.896	12,8	69.772	616.405	8,8
Rio Grande do Sul	140.172	1.145.842	8,2	164.382	1.123.366	6,8
Sul	287.702	**2.919.556**	**10,1**	**349.193**	**2.919.867**	**8,4**
Mato Grosso do Sul	18.012	241.065	13,4	25.523	256.241	10,0
Mato Grosso	12.432	289.796	23,3	24.213	317.676	13,1
Goiás	35.301	575.550	16,3	43.706	646.426	14,8
Distrito Federal(3)	32.186	250.488	7,8	41.000	146.081	3,6
Centro-Oeste	**97.931**	**1.356.899**	**13,9**	134.442	1.366.424	**10,2**
BRASIL	**1.565.056**	**19.392.996**	12,4	**1.868.529**	**20.580.589**	**11,0**

(1) Pop. em idade universitária de 1960, exclui a pop. de 18 e 19 anos; (2) os dados em 1960 e 1970 corresp.aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. (3) instalado em Brasília em 21 de abril de 1960.
Fonte: Anuário Est. do Brasil – 1908 a1996 (IBGE); Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1996 (MEC).

Conclusão

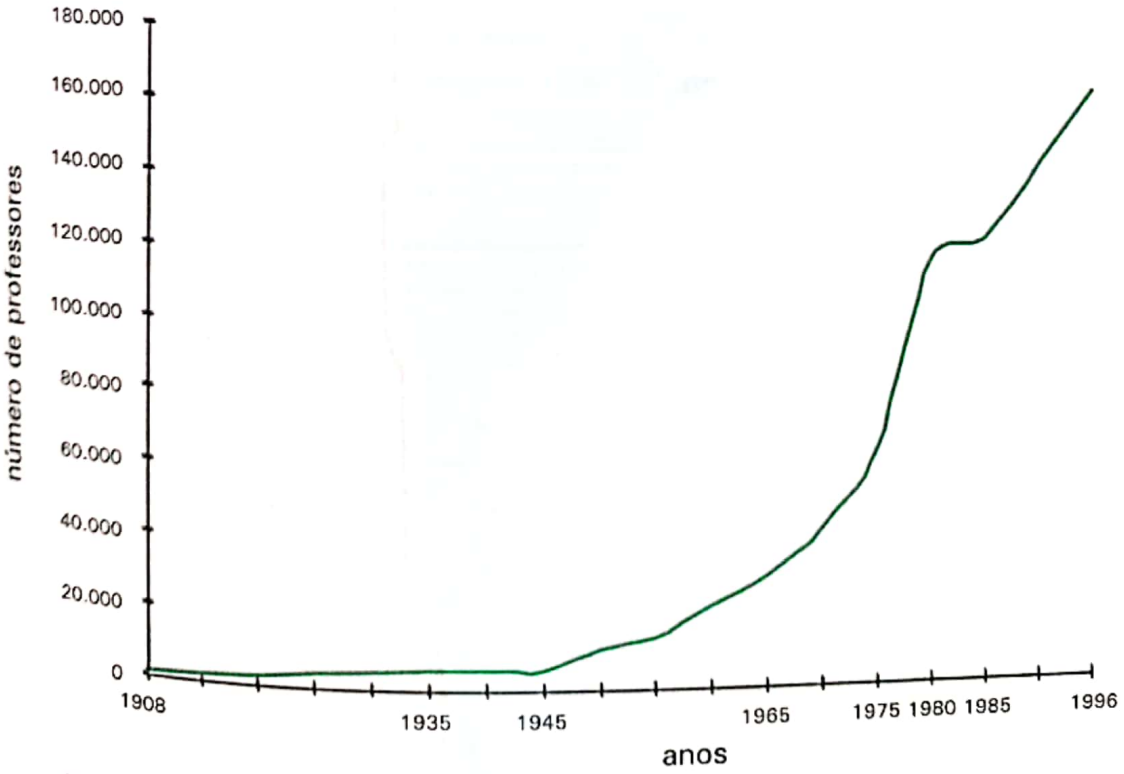
CamScanner

Número de Alunos Matriculados no Ensino Superior no Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) e Sinopse Estatística do Ensino Superior (MEC)

Número de Professores do Ensino Superior no Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) e Sinopse Estatística do Ensino Superior (MEC)

CamScanner

Relação entre Matriculados no Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1991

Região Metropolitana	População Residente	Matriculados	Pop. da RM/ Matr. da RM	Matr. da RM/ Pop. da RM	% de Matr. no Total da Pop. da RM
RM de Belém	1.332.840	30.741	43,36	0,0231	2,31
RM de Salvador	2.496.521	35.132	71,06	0,0141	1,41
RM de Fortaleza	2.307.017	31.631	78,93	0,0127	1,27
RM de Recife	2.874.555	47.168	60,94	0,0164	1,64
RM de Curitiba	2.000.805	38.301	52,24	0,0191	1,91
RM de Porto Alegre	3.026.819	71.831	42,14	0,0237	2,37
RM de Belo Horizonte	3.436.060	53.123	64,68	0,0155	1,55
RM do Rio de Janeiro	9.814.574	185.586	52,88	0,0189	1,89
RM de São Paulo	15.444.941	259.863	59,43	0,0168	1,68
Total das RMs	42.734.132	753.376	56,72	0,0176	1,76

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1991 (IBGE)

Relação entre Matriculados no Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1996

Região Metropolitana	População Residente	Matriculados	Pop. da RM / Matr. da RM	Matr. da RM/ Pop. da RM	% de Matr. no Total da Pop. da RM
RM de Belém	1.485.569	28.993	51,24	0,0195	1,95
RM de Salvador	2.709.084	39.740	68,17	0,0147	1,47
RM de Fortaleza	2.582.820	32.140	80,36	0,0124	1,24
RM de Recife	3.087.967	51.494	59,97	0,0167	1,67
RM de Curitiba	2.425.361	49.532	48,97	0,0204	2,04
RM de Porto Alegre	3.246.869	84.426	38,46	0,0260	2,60
RM de Belo Horizonte	3.803.249	60.994	62,35	0,0160	1,60
RM do Rio de Janeiro	10.192.097	198.012	51,47	0,0194	1,94
RM de São Paulo	16.583.234	335.556	49,42	0.0202	2,02
Total das RMs	46.116.250	880.887	52,35	0,0191	1,91

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1996 (IBGE)

CamScanner

Participação dos Matriculados no Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1991

Região Metropolitana	Número de Matriculados	Capital	Periferia	% dos Matriculados da Capital sobre o Total da RM	% de Matriculados da Periferia sobre o Total da RM
RM de Belém	30.741	30.741		100,00	0,00
RM de Salvador	35.132	34.154	978	97,22	2,78
RM de Fortaleza	31.631	31.631		100,00	0,00
RM de Recife	47.168	38.784	8.384	82,23	17,77
RM de Curitiba	38.301	37.857	444	98,84	1,16
RM de Porto Alegre	71.831	42.517	29.314	59,19	40,81
RM de Belo Horizonte	53.123	51.235	1.888	96,45	3,55
RM do Rio de Janeiro	185.586	153.419	32.167	82,67	17,33
RM de São Paulo	259.863	189.171	70.692	72,80	27,20
Total das RMs	753.376	609.509	143.867	80,90	19,10

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1991 (IBGE)

Participação dos Matriculados no Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1996

Região Metropolitana	Número de Matriculados	Capital	Periferia	% dos Matriculados da Capital sobre o Total da RM	% de Matriculados da Periferia sobre o Total da RM
RM de Belém	28.993	28.993		100,00	
RM de Salvador	39.740	38.590	1.150	97,11	2,89
RM de Fortaleza	32.140	32.140		100,00	
RM de Recife	51.494	43.921	7.573	85,29	14,71
RM de Curitiba	49.532	46.929	2.603	94,74	5,26
RM de Porto Alegre	84.426	43.822	40.604	51,91	48,09
RM de Belo Horizonte	60.994	56.852	4.142	93,21	6,79
RM do Rio de Janeiro	198.012	152.580	45.432	77,06	22,94
RM de São Paulo	335.556	241.624	93.932	72,01	27,99
Total das RMs	880.887	685.451	195.436	77,81	22,19

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1996 (IBGE)

CamScanner

Relação entre Docentes do Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1991

Região Metropolitana	População Residente	Número de Docentes	Pop. da RM/ Docentes da RM	Docentes da RM / Pop. da RM	% de Docentes no Total da Pop. da RM
RM de Belém	1.332.840	2.488	535,71	0,00187	0,187
RM de Salvador	2.496.521	3.908	638,82	0,00157	0,157
RM de Fortaleza	2.307.017	3.096	745,16	0,00134	0,134
RM de Recife	2.874.555	4.466	643,65	0,00155	0,155
RM de Curitiba	2.000.805	3.979	502,84	0,00199	0,199
RM de Porto Alegre	3.026.819	7.116	425,35	0,00235	0,235
RM de Belo Horizonte	3.436.060	6.193	554,83	0,00180	0,180
RM do Rio de Janeiro	9.814.574	19.583	501,18	0,00200	0,200
RM de São Paulo	15.444.941	26.253	588,31	0,00170	0,170
Total das RMs	**42.734.132**	**77.082**	**554,40**	**0,00180**	0,180

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1991 (IBGE)

Relação entre Docentes do Ensino Superior por Regiões Metropolitanas Brasileiras e suas Respectivas Populações Residentes – 1996

Região Metropolitana	População Residente	Número de Docentes	Pop. da RM / Docentes da RM	Docentes da RM / Pop. da RM	% de Docentes no Total da Pop. da RM
RM de Belém	1.485.569	3.648	407,23	0,0025	0,25
RM de Salvador	2.709.084	4.390	617,10	0,0016	0,16
RM de Fortaleza	2.582.820	3.597	718,05	0,0014	0,14
RM de Recife	3.087.967	4.327	713,65	0,0014	0,14
RM de Curitiba	2.425.361	5.050	480,27	0,0021	0,21
RM de Porto Alegre	3.246.869	8.066	402,54	0,0025	0,25
RM de Belo Horizonte	3.803.249	5.028	756,41	0,0013	0,13
RM do Rio de Janeiro	10.192.097	19.240	529,73	0,0019	0,19
RM de São Paulo	16.583.234	28.309	585,79	0,0017	0,17
Total das RMs	46.116.250	81.655	564,77	0,0017	0,18

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1996 (IBGE)

CamScanner

Participação dos Docentes do Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1991

Região Metropolitana	Número de Docentes	Capital	Periferia	% dos Docentes da Capital sobre o Total da RM	% de Docentes da Periferia sobre o Total da RM
RM de Belém	2.488	2.488		100,00	0,00
RM de Salvador	3.908	3.825	83	97,88	2,12
RM de Fortaleza	3.096	3.096		100,00	0,00
RM de Recife	4.466	4.144	322	92,79	7,21
RM de Curitiba	3.979	3.979		100,00	0,00
RM de Porto Alegre	7.116	5.027	2.089	70,64	29,36
RM de Belo Horizonte	6.193	6.140	53	99,14	0,86
RM do Rio de Janeiro	19.583	14.864	4.719	75,90	24,10
RM de São Paulo	26.253	21.918	4.335	83,49	16,51
Total das RMs	77.082	65.481	11.601	84,95	15,05

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1996 (IBGE)

Participação dos Docentes do Ensino Superior das Capitais e Periferias das Regiões Metropolitanas nos seus Respectivos Totais Regionais – 1996

Região Metropolitana	Número de Docentes	Capital	Periferia	% dos Docentes da Capital sobre o Total da RM	% de Docentes da Periferia sobre o Total da RM
RM de Belém	3.648	3,648		100,00	0,00
RM de Salvador	4.390	4.317	73	98,34	1,66
RM de Fortaleza	3.597	3.597		100,00	0,00
RM de Recife	4.327	4.028	299	93,09	6,91
RM de Curitiba	5.050	5.050		100,00	0,00
RM de Porto Alegre	8.066	4.697	3.369	58,23	41,77
RM de Belo Horizonte	5.028	4.968	60	98,81	1,19
RM do Rio de Janeiro	19.240	14.276	4.964	74,20	25,80
RM de São Paulo	28.309	23.133	5.176	81,72	18,28
Total das RMs	81.655	67.714	13.941	82,93	17,07

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1996 (IBGE)

CamScanner

Participação do Total de Docentes do Ensino Superior das Regiões Metropolitanas no Total de Docentes do Ensino Superior do Brasil – 1991

Região Metropolitana	Docentes	Docentes RM/ Docentes Br	Docentes Br / Docentes RM	% de docentes da RM no total de docentes do Brasil
RM de Belém	2.488	0,017	59,08	1,69
RM de Salvador	3.908	0,027	37,61	2,66
RM de Fortaleza	3.096	0,021	47,48	2,11
RM de Recife	4.466	0,030	32,94	3,04
RM de Curitiba	3.979	0,027	20,66	2,71
RM de Porto Alegre	7.116	0,048	23,73	4,84
RM de Belo Horizonte	6.193	0,042	7,51	4,21
RM do Rio de Janeiro	19.583	0,133	5,60	13,32
RM de São Paulo	26.253	0,179	1,91	17,86
Total das RMs	77.082	0,524	2,01	52,44
Total do Brasil	146.988	–	–	–

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1991 (IBGE)

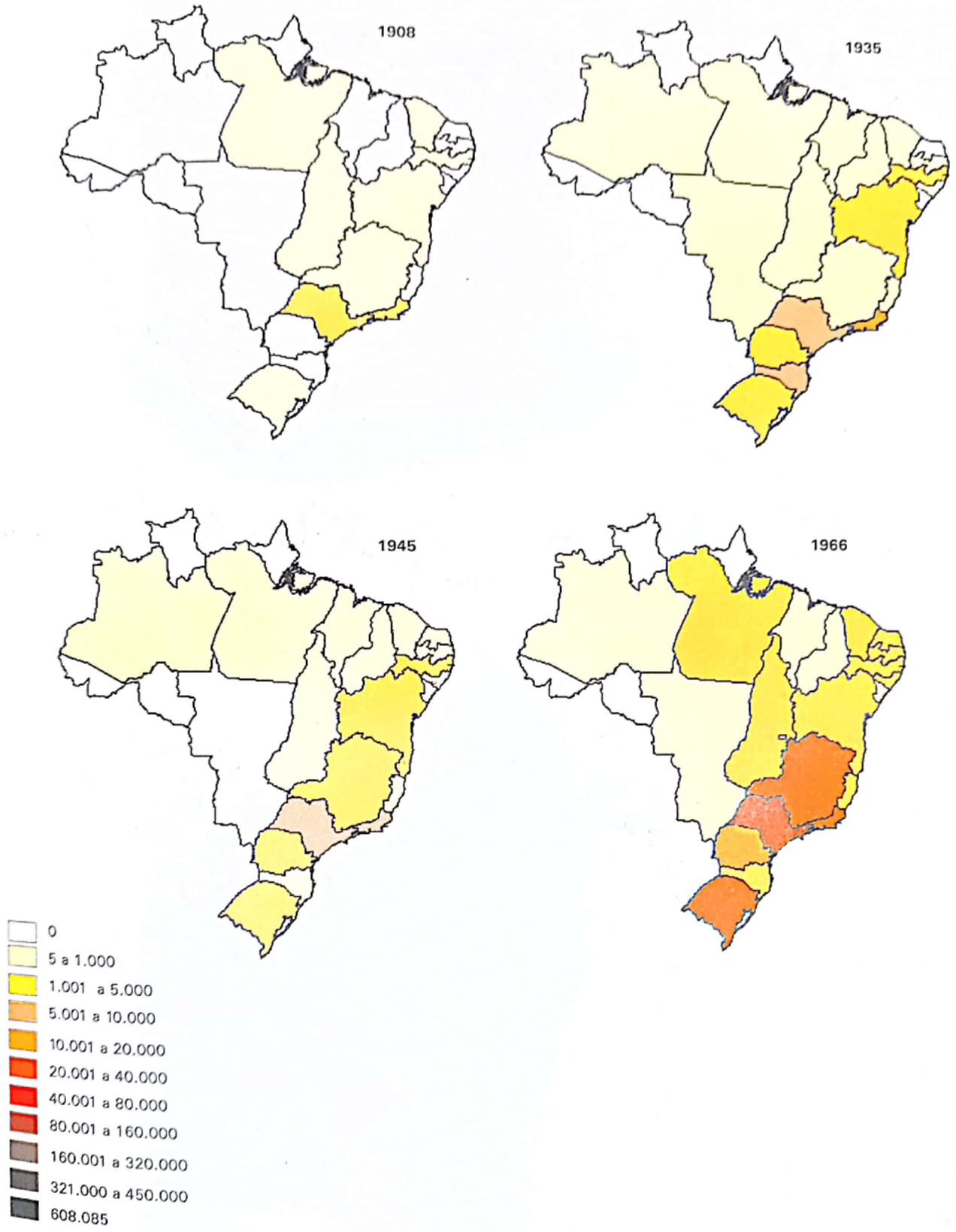
Participação do Total de Docentes do Ensino Superior das Regiões Metropolitanas no Total de Docentes do Ensino Superior – 1996

Região Metropolitana	Docentes	Docentes RM/ Docentes Br	Docentes Br / Docentes RM	% de docentes da RM no total de docentes do Brasil
RM de Belém	3.648	0,02	44,99	2,22
RM de Salvador	4.390	0,03	37,38	2,67
RM de Fortaleza	3.597	0,02	45,63	2,19
RM de Recife	4.327	0,03	37,93	2,64
RM de Curitiba	5.050	0,03	32,50	3,08
RM de Porto Alegre	8.066	0,05	20,35	4,91
RM de Belo Horizonte	5.028	0,03	32,64	3,06
RM do Rio de Janeiro	19.240	0,12	8,53	11,72
RM de São Paulo	28.309	0,17	5,80	17,25
Total das RMs	81.655	0,50	2,01	49,75
Total do Brasil	164.118	–	–	–

Fonte: Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (MEC)
Contagem da População 1996 (IBGE)

CamScanner

Alunos Matriculados no Ensino Superior, Segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996

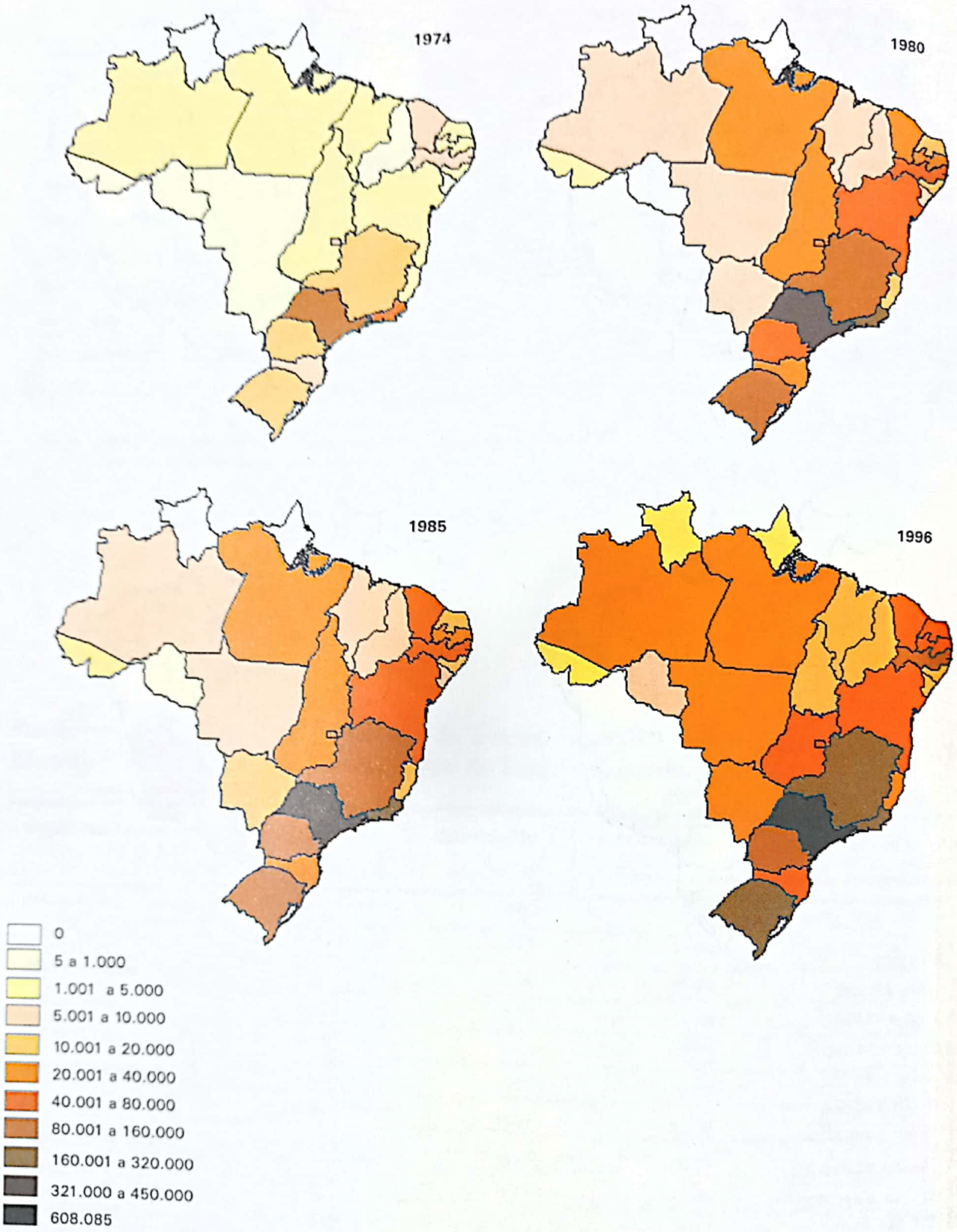


Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1935, 1945, 1975, 1981, 1996 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continua....

CamScanner

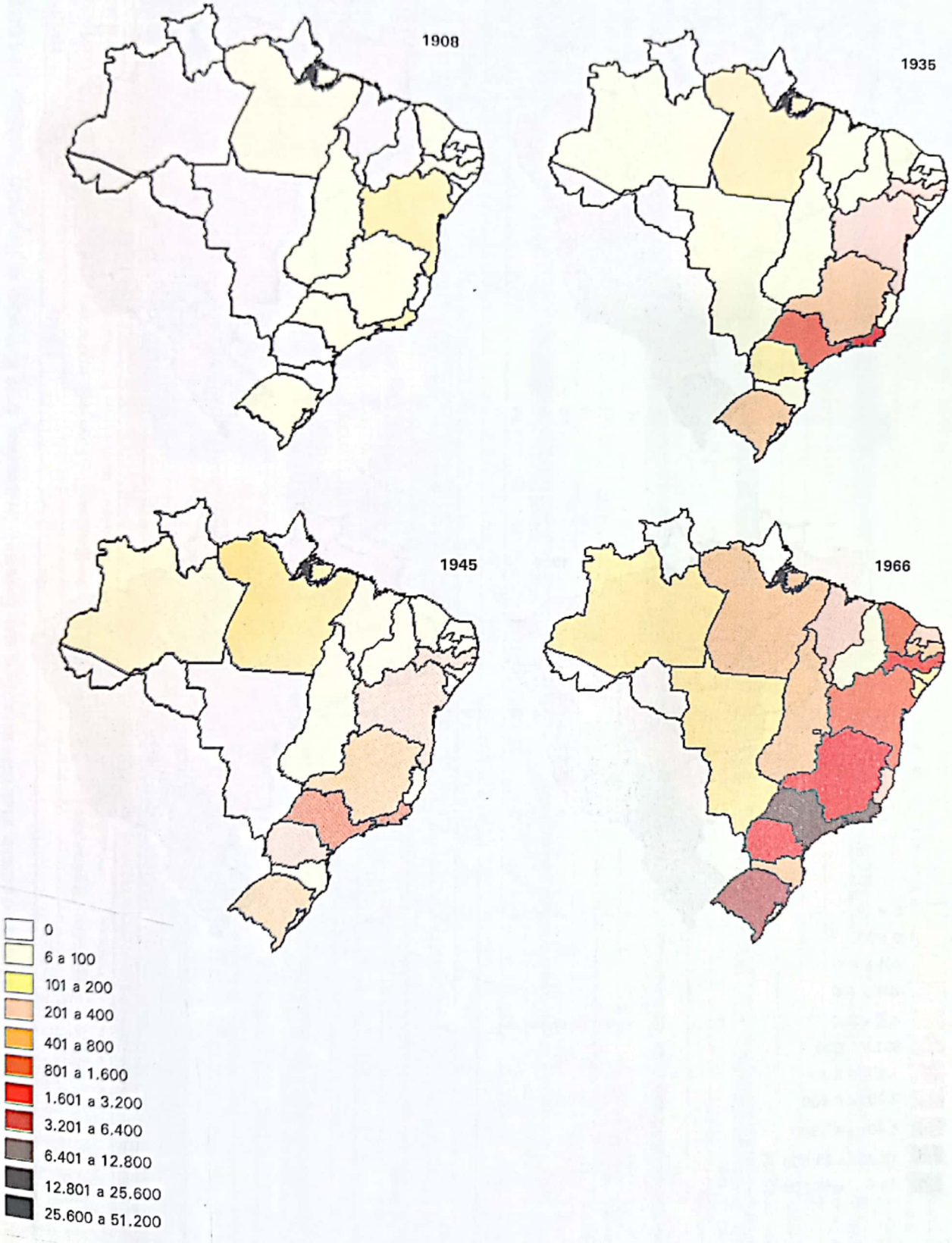
Alunos Matriculados no Ensino Superior, segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1935, 1945, 1975, 1981, 1996 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Conclusão

Professores no Ensino Superior, segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996

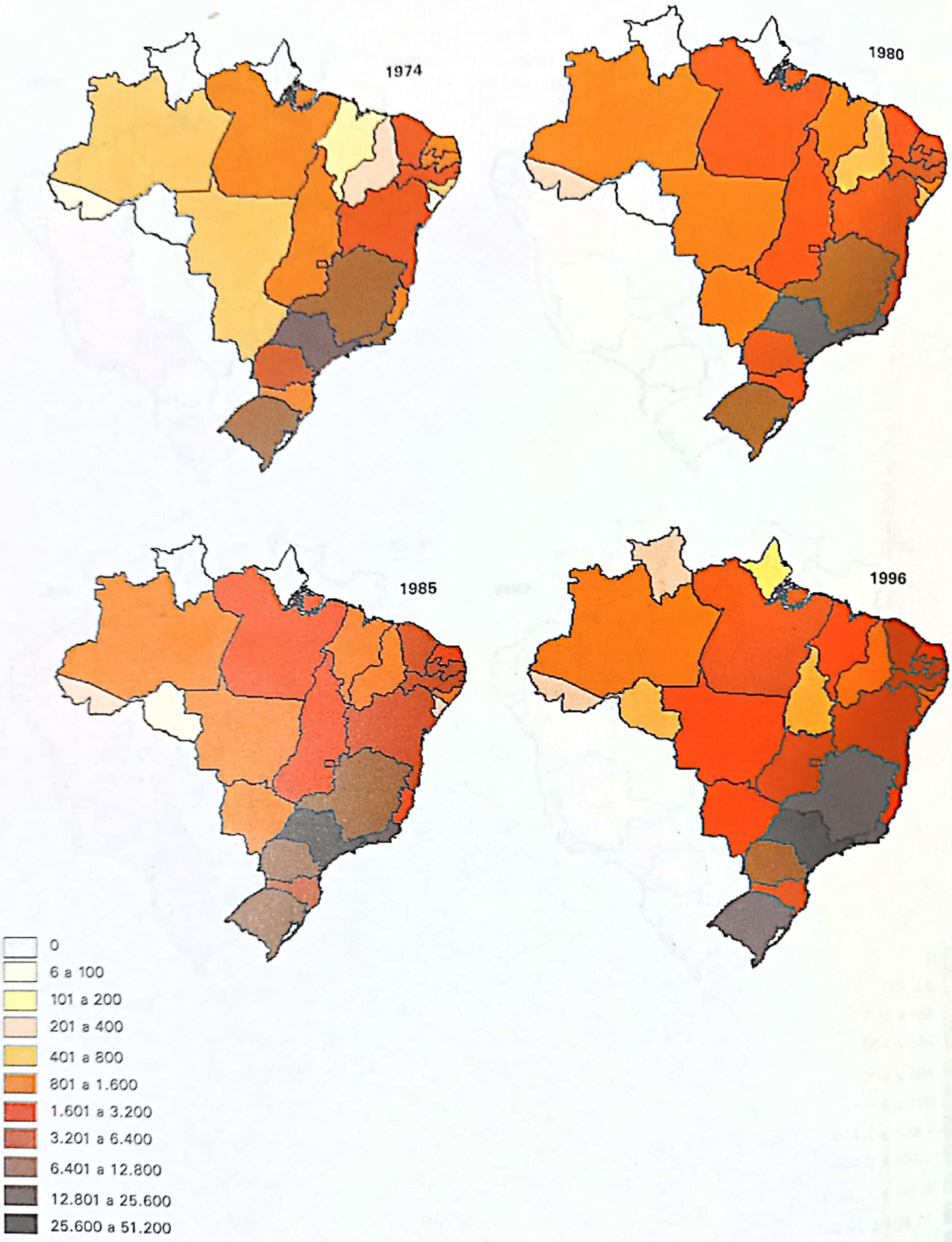


Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1935, 1945, 1975, 1981, 196 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continua....

CamScanner

Professores no Ensino Superior, Segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1935, 1945, 1975, 1981, 1996 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1966 (MEC)

Conclusão

Número de Instituições por Dependência Administrativa no Ensino Superior por Estado e Grande Região – 1908 a 1996

Estado \ Ano	1908			1935			1945			1952		
	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas
Rondônia												
Acre												
Amazonas				5			1			3		
Roraima												
Pará	2	2		6			6			8		
Amapá												
Tocantins												
Norte	**2**	**2**	**0**	**11**			**7**			11		
Maranhão				6			5			6		
Piauí				1			1			1		
Ceará	1	1		8			8			16		
Rio Grande do Norte							1			4		
Paraíba				2			3			8		
Pernambuco	2	1	1	15			25			48		
Alagoas				5			3			11		
Sergipe										6		
Bahia	3	1	2	9			18			17		
Nordeste	**6**	**3**	**3**	**46**			**64**			**117**		
Minas Gerais	6	2	4	54			39			63		
Espírito Santo				3			1			4		
Rio de Janeiro (1)	5	2	3	53			70			84		
São Paulo	4	2	2	44			75			94		
Sudeste	**15**	**6**	**9**	**154**			**185**			**245**		
Paraná				9			21			29		
Santa Catarina				2			2			3		
Rio Grande do Sul	4		4	21			45			54		
Sul	**4**		**4**	**32**			**68**			**86**		
Mato Grosso do Sul												
Mato Grosso				3						1		
Goiás	1	1		2			1			10		
Distrito Federal												
Centro-Oeste	1	1		5			1			**11**		
BRASIL	28	12	16	248			325			470		

(1)Os dados em 1935, 1945, e 1952 correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE).

Continua...

CamScanner

Número de Instituições por Dependência Administrativa no Ensino Superior por Estado e Grande Região – 1908 a 1996

Estado \ Ano	1971			1980			1985			1996		
	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total de Instituições	Instituições Públicas	Instituições Privadas
Rondônia							1	1		8	1	7
Acre	1	1		1	1		1	1		1	1	
Amazonas	2	2		3	3		3	3		11	3	8
Roraima										1	1	
Pará	5	5		7	5	2	7	5	2	8	3	5
Amapá										2	1	1
Tocantins										3	2	1
Norte	**8**	**8**	**0**	**11**	**9**	**2**	**12**	**10**	**2**	**34**	**12**	**22**
Maranhão	6	4	2	2	2		2	2		4	3	1
Piauí	1	1		1	1		1	1		6	2	4
Ceará	13	7	6	10	3	7	10	7	3	8	4	4
Rio Grande do Norte	4	3	1	10	10		12	10	2	5	3	2
Paraíba	9	2	7	11	2	9	11	3	8	8	2	6
Pernambuco	22	5	17	33	11	22	35	20	15	32	13	19
Alagoas	4	2	2	5	2	3	5	3	2	8	5	3
Sergipe	1	1		4	1	3	3	1	2	3	1	2
Bahia	14	5	9	18	8	10	24	13	11	22	6	16
Nordeste	**74**	**30**	**44**	**94**	**40**	**54**	**103**	**60**	**43**	96	39	57
Minas Gerais	74	27	47	120	27	93	125	34	91	136	26	110
Espírito Santo	11	7	4	13	6	7	14	6	8	24	5	19
Rio de Janeiro (1)	89	23	66	112	12	100	110	12	98	**95**	**9**	**86**
São Paulo	240	43	197	347	41	306	**318**	**41**	**277**	**319**	**46**	**273**
Sudeste	**414**	**100**	**314**	**592**	**86**	**506**	**567**	**93**	**474**	574	86	488
Paraná	29	20	9	44	24	20	49	29	20	58	25	33
Santa Catarina	16	10	6	43	27	16	35	24	11	21	10	11
Rio Grande do Sul	56	6	50	67	5	62	61	5	56	43	6	37
Sul	**101**	**36**	**65**	**154**	**56**	**98**	**145**	**58**	**87**	122	41	81
Mato Grosso do Sul				5	1	4	5	1	4	22	1	21
Mato Grosso	9	6	3	2	2		2	2		23	3	20
Goiás	8	3	5	12	3	9	15	7	8	**36**	26	10
Distrito Federal(3)	5	1	4	12	3	9	10	2	8	**13**	**1**	**12**
Centro-Oeste	**22**	**10**	**12**	**31**	**9**	**22**	**32**	**12**	**20**	**94**	**31**	**63**
BRASIL	**619**	**184**	**435**	**882**	**200**	**682**	**859**	**233**	**626**	*920*	*209*	*711*

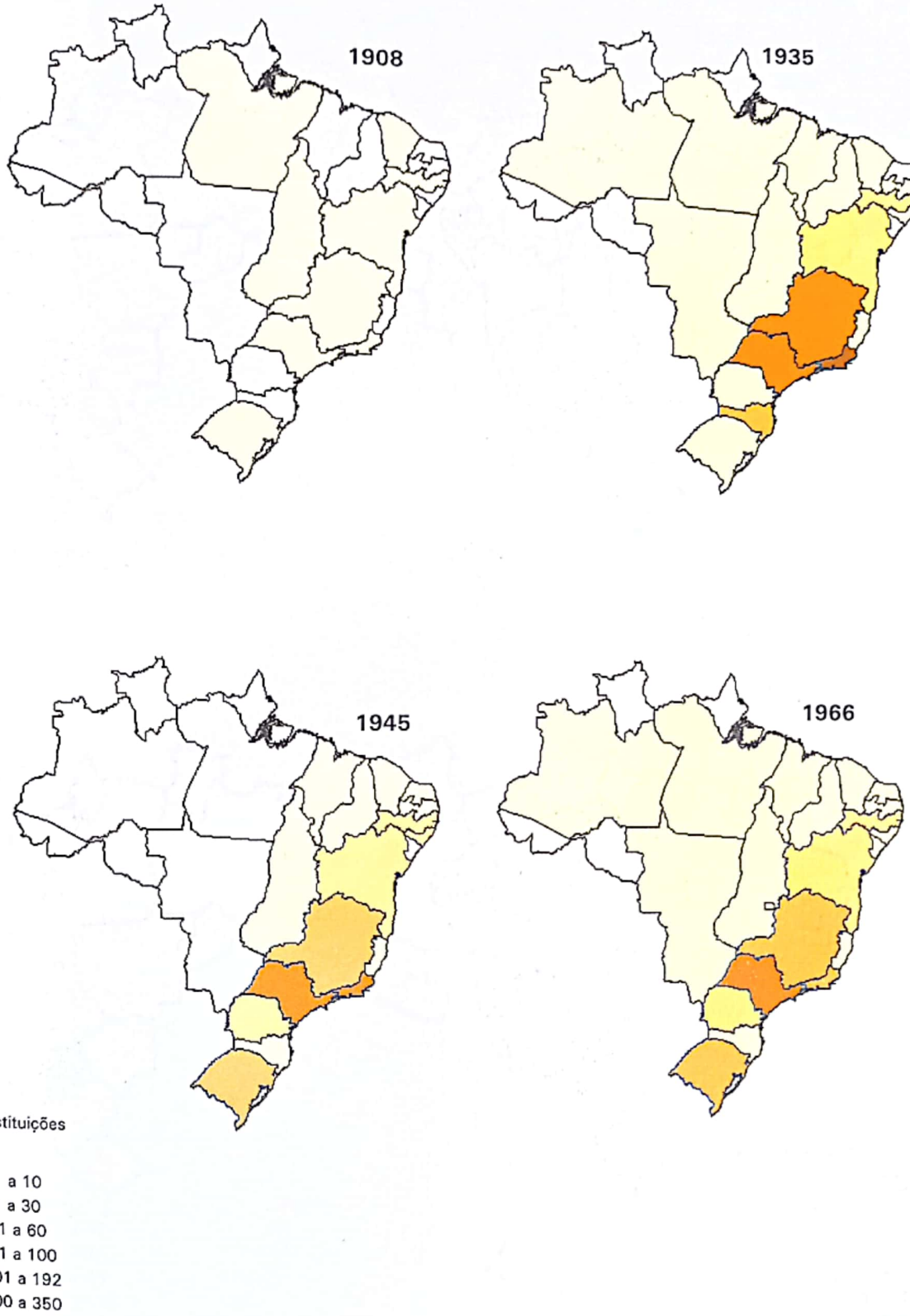
(1)Os dados em 1935, 1945, e 1952 correspondem aos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE).

Conclusão...

CamScanner

Instituições de Ensino Superior no Brasil, Segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996

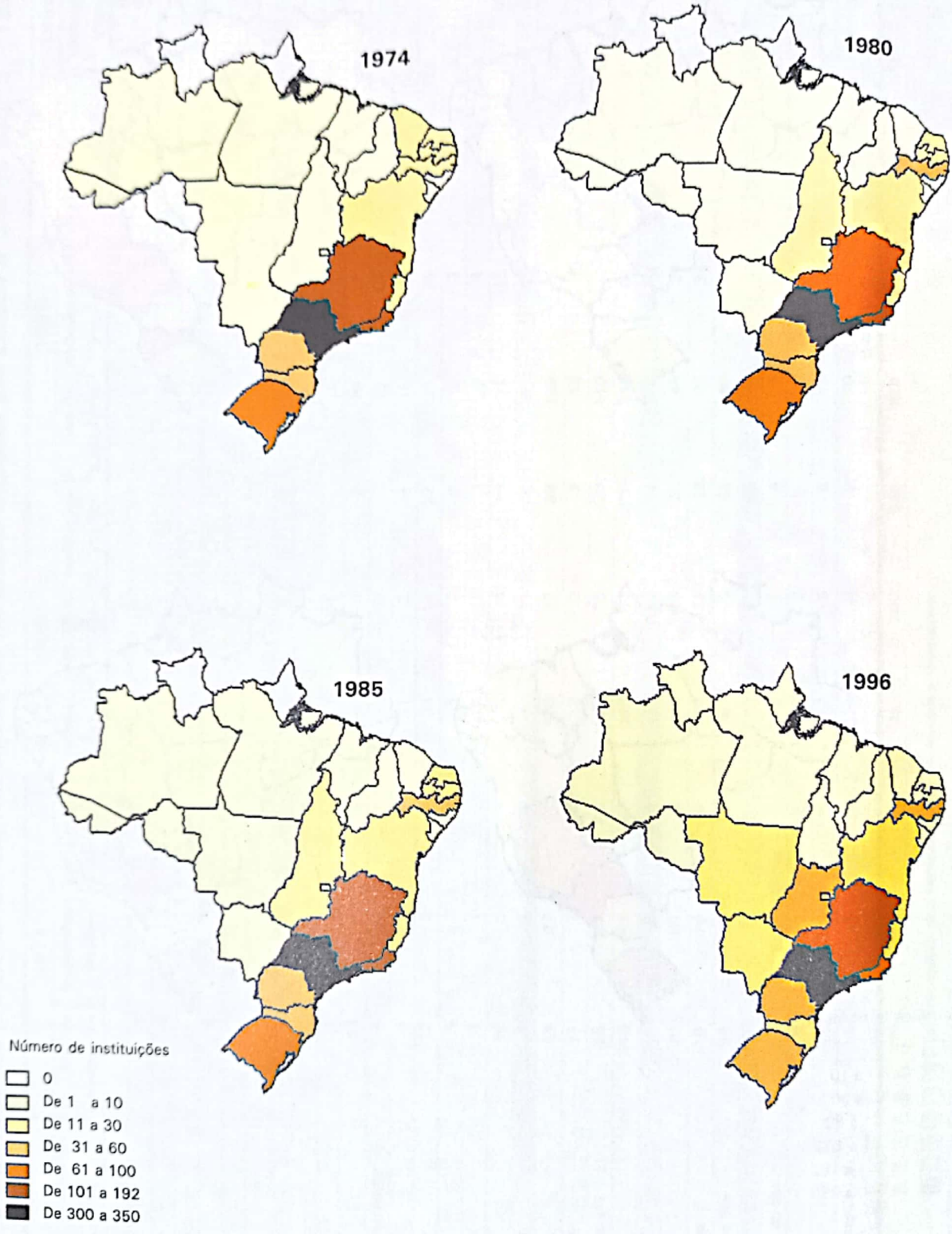


Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continua....

CamScanner

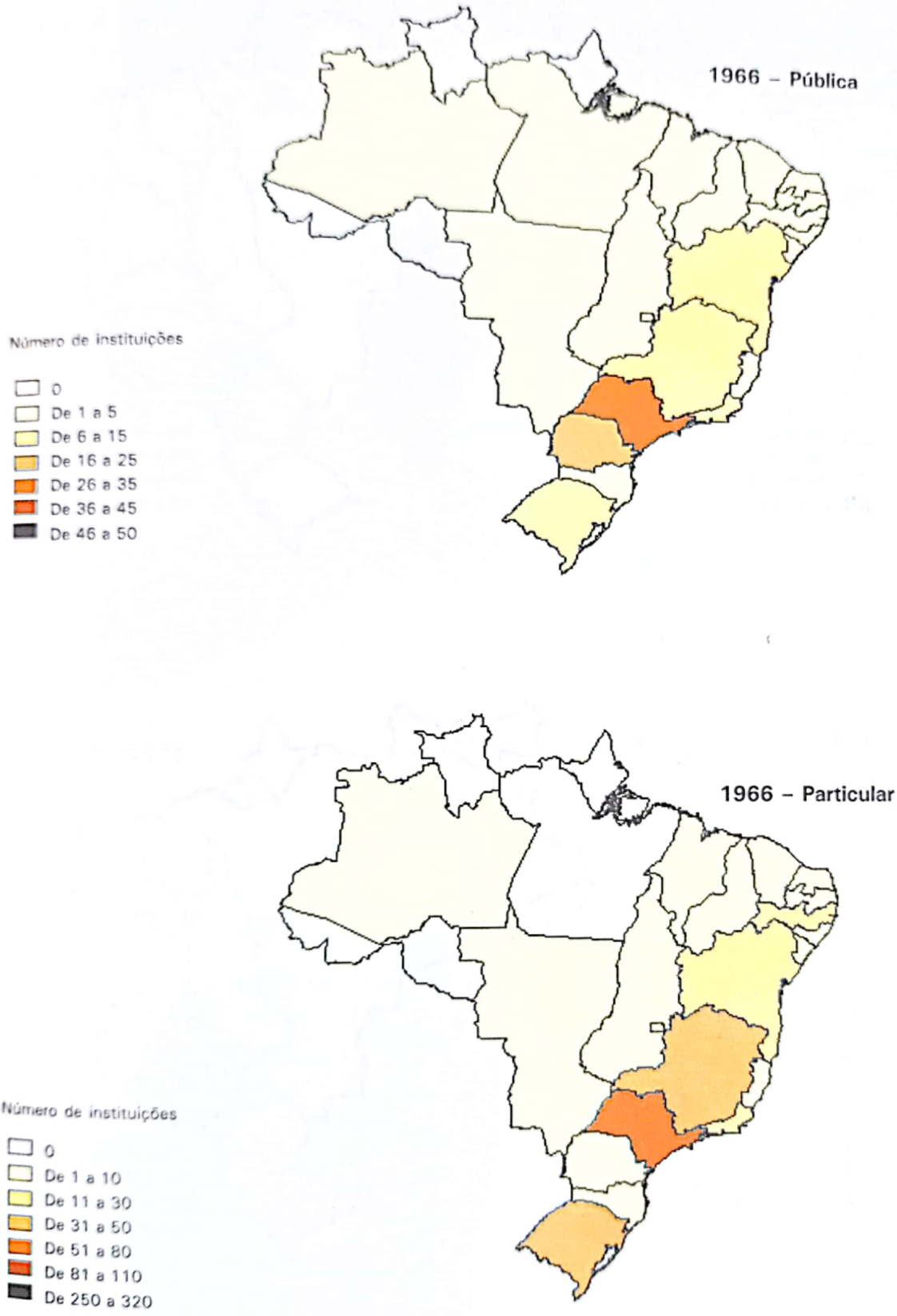
Instituições de Ensino Superior no Brasil, Segundo os Estados da Federação – 1908 a 1996



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Conclusão

Instituições de Ensino Superior no Brasil, por Estado da Federação, Segundo a dependência administrativa pública e particular – 1966 a 1996

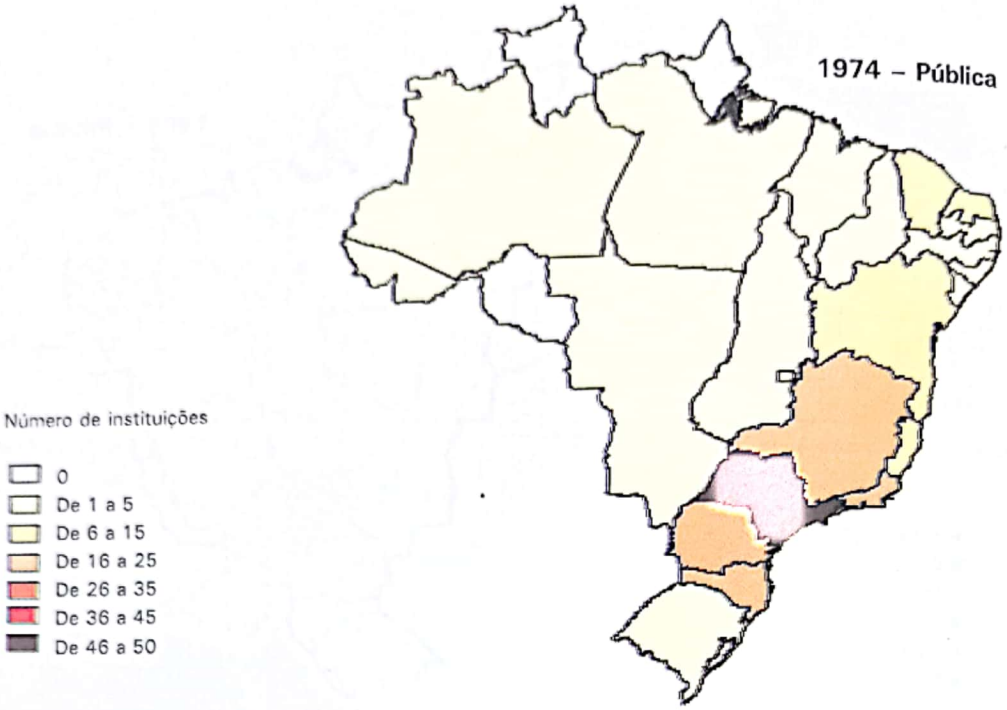


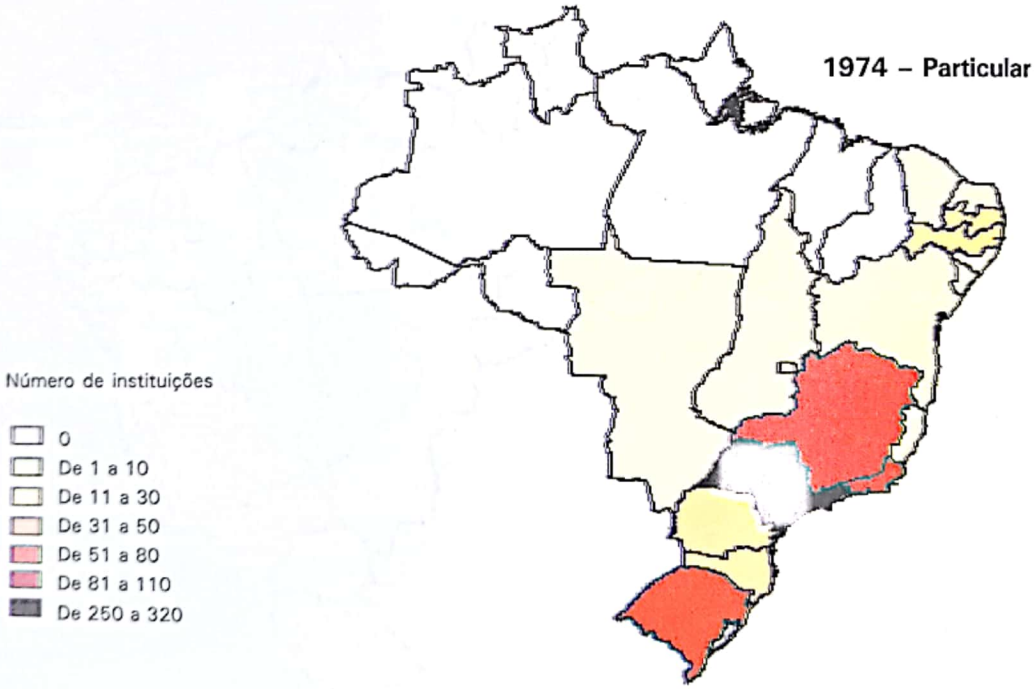
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continua

CamScanner

Instituições de Ensino Superior no Brasil, por Estado da Federação, Segundo a dependência administrativa pública e particular – 1966 a 1996



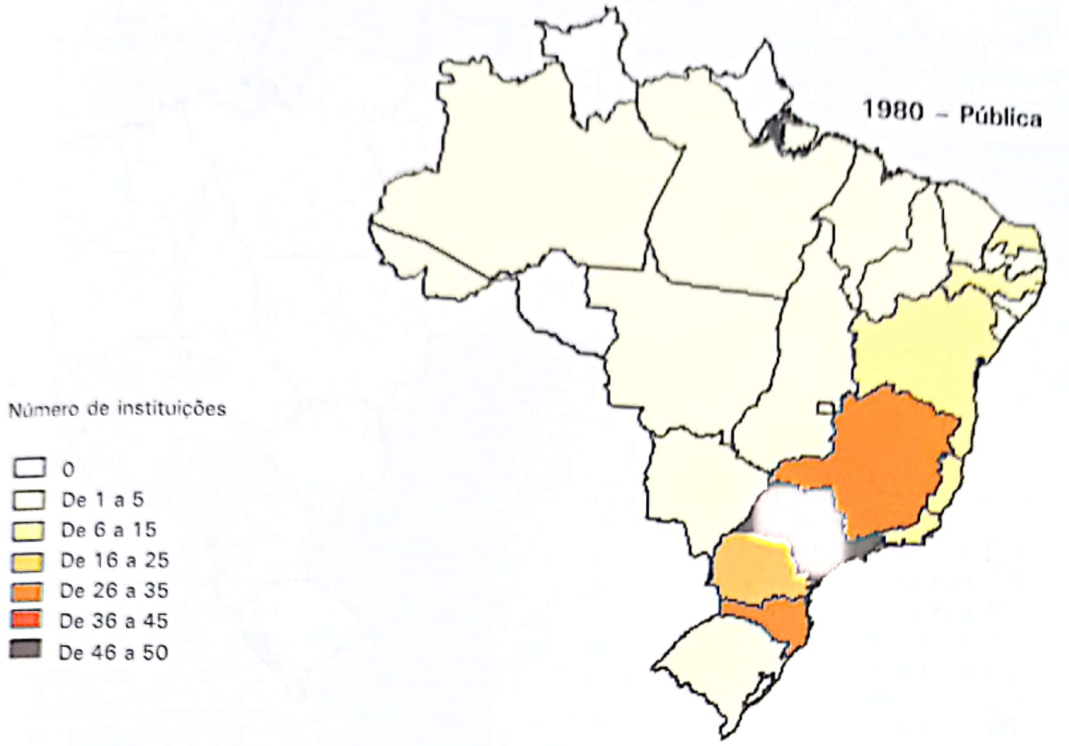


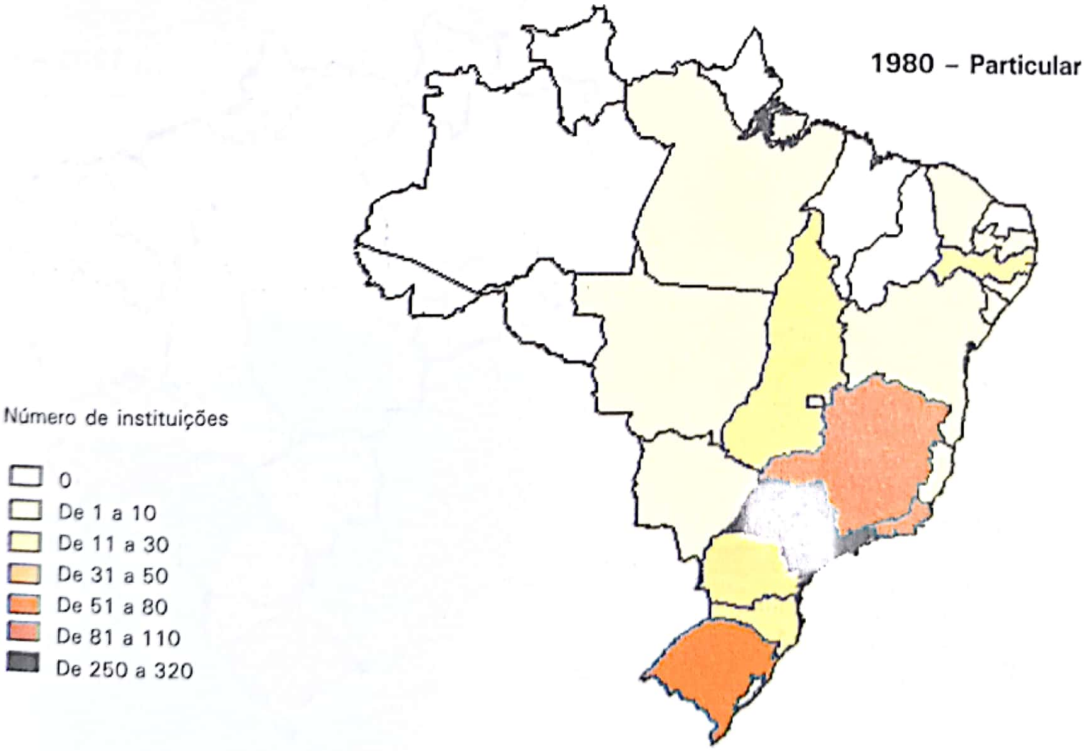
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continuação

CamScanner

Instituições de Ensino Superior no Brasil, por Estado da Federação, Segundo a dependência administrativa pública e particular – 1966 a 1996



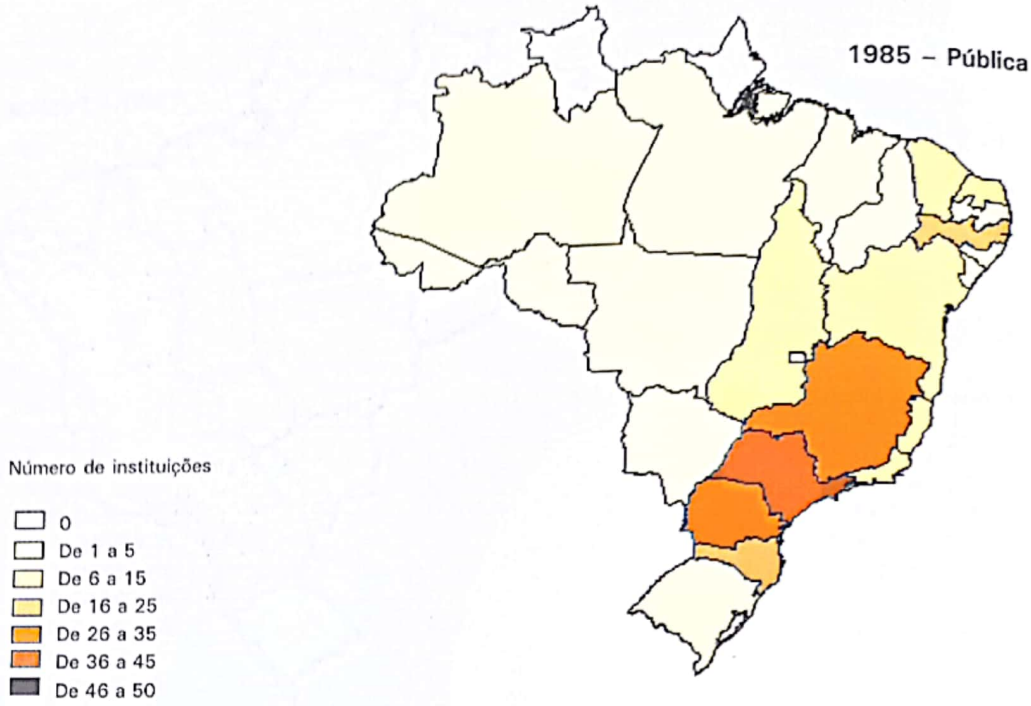


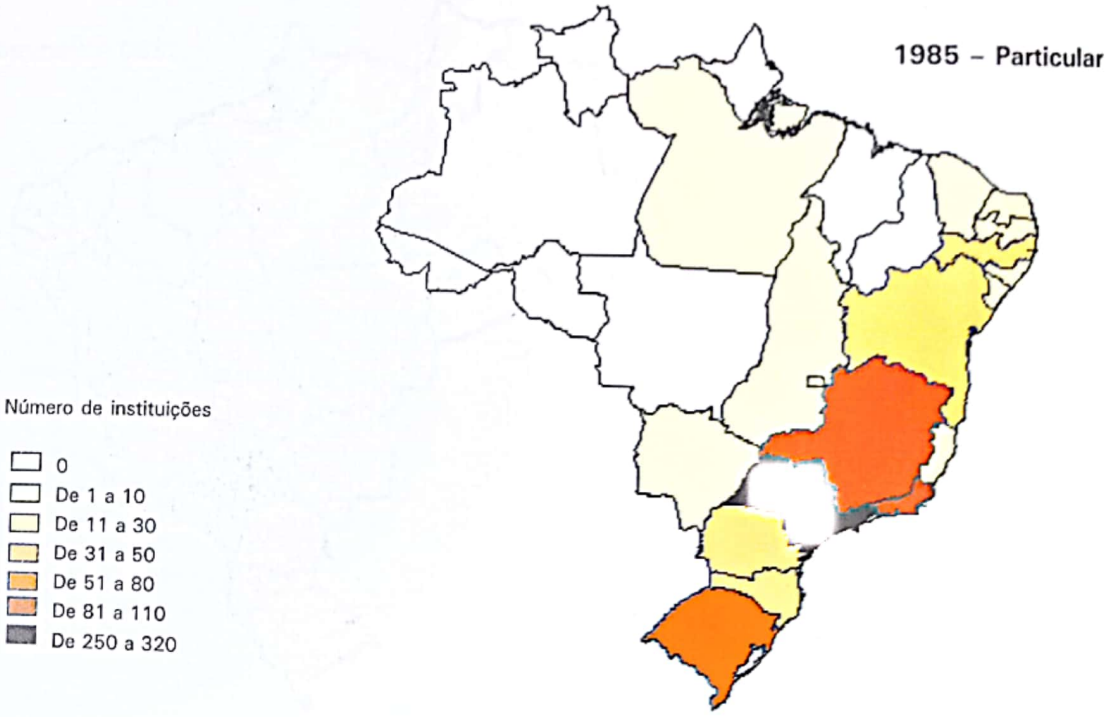
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continuação

CamScanner

Instituições de Ensino Superior no Brasil, por Estado da Federação, Segundo a dependência administrativa pública e particular – 1966 a 1996



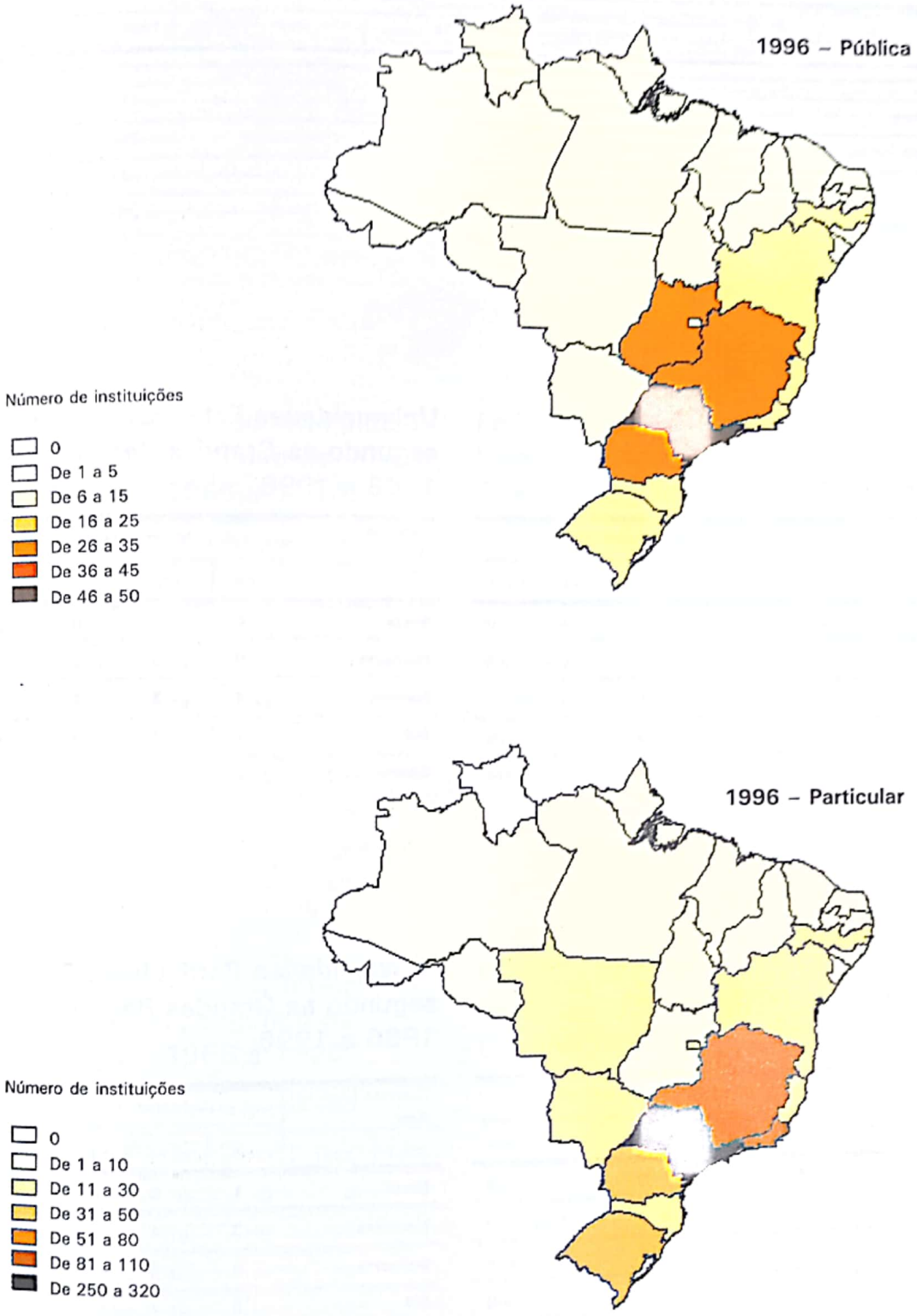


Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Continuação

CamScanner

Instituições de Ensino Superior no Brasil, por Estado da Federação, Segundo a dependência administrativa pública e particular – 1966 a 1996



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1908, 1912, 1936, 1946, 1975, 1981, 1986 (IBGE)
Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1966 e 1996 (MEC)

Conclusão

CamScanner

Universidades Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	2	3	3	4	9
Nordeste	10	14	16	17	26
Sudeste	19	21	26	26	62
Sul	9	14	15	16	29
Centro-Oeste	3	5	5	5	10
Brasil	43	57	65	68	136

Universidades Federais Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	1	3	3	4	6
Nordeste	7	10	10	10	10
Sudeste	6	9	11	11	13
Sul	5	10	6	6	6
Centro-Oeste	1	3	4	4	4
Brasil	20	30	34	35	39

Universidades Estaduais Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	0	0	0	0	2
Nordeste	0	0	2	3	12
Sudeste	4	3	4	4	6
Sul	1	2	3	4	5
Centro-Oeste	0	1	0	0	2
Brasil	5	6	9	11	27

Universidades Municipais Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	1	1	-
Sudeste	0	0	1	1	1
Sul	0	0	0	0	5
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Brasil	0	0	2	2	6

Universidades Particulares Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	1	0	0	0	1
Nordeste	3	4	3	3	4
Sudoeste	9	9	10	10	42
Sul	3	7	6	6	13
Centro-Oeste	2	1	1	1	4
Brasil	18	21	20	20	64

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) 1975, 1981, 1985 e Sinopse Estatística do Ensino Superior 1966 e 1996 (MEC)

CamScanner

Federações de Escolas/Faculdades Integradas e Estabelecimentos Isolados Brasileiros, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	3	5	8	8	25
Nordeste	65	80	78	86	71
Sudeste	169	558	566	541	513
Sul	61	117	139	129	93
Centro-Oeste	12	18	26	27	84

Federações de Escolas/Fac. Integradas Federais Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	2	2	2	2	2
Nordeste	6	1	2	2	3
Sudeste	18	14	14	11	10
Sul	1	1	2	2	3
Centro-Oeste	1	0	2	1	0
Brasil	28	18	22	18	18

Federações de Escolas/Fac. Integradas Estaduais Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	1	3	4	4	1
Nordeste	8	14	9	25	4
Sudeste	20	34	14	21	16
Sul	16	20	15	10	14
Centro-Oeste	5	2	2	4	12
Brasil	50	73	44	64	47

Federações de Escolas/Fac. Integradas Minicipais Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	0	0	0	0	1
Nordeste	3	18	16	19	11
Sudeste	14	40	42	45	41
Sul	6	18	30	36	8
Centro-Oeste	0	1	1	3	13
Brasil	23	77	89	103	74

Federações de Escolas/Fac. Integradas Particulares Brasileiras, segundo as Grandes Regiões – 1966 a 1996

Grandes Regiões/ Ano	Número de Universidades				
	1966	1974	1980	1985	1996
Norte	0	0	2	2	21
Nordeste	48	47	51	40	53
Sudeste	117	470	496	464	446
Sul	38	78	92	81	68
Centro-Oeste	6	15	21	19	59
Brasil	209	610	662	606	647

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) 1975, 1981, 1985 e Sinopse Estatística do Ensino Superior 1966 e1996 (MEC)

CamScanner

Porcentagem do Número de Instituições de Ensino Superior Públicas e Particulares no Total de Instituições por Estado e Grande Região – 1996

Estado / Região	1996				
	Total de Instituições	Instituições Públicas		Instituições Particulares	
		Número	%	Número	%
Rondônia	8	1	12,5	7	87,5
Acre	1	1	100,0	0	0,0
Amazonas	11	3	27,3	8	72,7
Roraima	1	1	100,0	0	0,0
Pará	8	3	37,5	5	62,5
Amapá	2	1	50,0	1	50,0
Tocantins	3	3	66,7	1	33,3
Norte	**34**	**12**	35,3	**22**	64,7
Maranhão	4	3	75,0	1	25,0
Piauí	6	2	33,3	4	66,7
Ceará	8	4	50,0	4	50,0
Rio Grande do Norte	5	3	60,0	2	40,0
Paraíba	8	2	25,0	6	75,0
Pernambuco	32	13	40,6	19	59,4
Alagoas	8	5	62,5	3	37,5
Sergipe	3	1	33,3	2	66,7
Bahia	22	6	27,3	16	72,7
Nordeste	**96**	**39**	40,6	**57**	59,4
Minas Gerais	136	26	19,1	110	80,9
Espírito Santo	24	5	20,8	19	79,2
Rio de Janeiro	95	9	9,5	86	90,5
São Paulo	319	46	14,4	273	85,6
Sudeste	**574**	**86**	15,0	**488**	**85,0**
Paraná	58	25	43,1	33	56,9
Santa Catarina	21	10	47,6	11	52,4
Rio Grande do Sul	43	6	14,4	37	86,0
Sul	**122**	**41**	33,6	**81**	**66,4**
Mato Grosso do Sul	22	1	4,5	21	95,5
Mato Grosso	23	3	13,0	20	87,0
Goiás	36	26	72,2	10	27,8
Distrito Federal	13	1	7,7	12	92,3
Centro-Oeste	94	**31**	33,0	**63**	**67,0**
BRASIL	920	209	**22,7**	711	77,3

Fonte: Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC)

CamScanner

Porcentagem do Número de Instituições Federais, Estaduais e Municipais no Total de Instituições Públicas por Estado e Grande Região – 1996

Estado \ Região	1996						
	Instituições Públicas	Instituições Federais		Instituições Estaduais		Instituições Municipais	
		Número	%	Número	%	Número	%
Rondônia	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Acre	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Amazonas	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0
Roraima	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Pará	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0
Amapá	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Tocantins	2	0	0,0	1	50,0	1	50,0
Norte	**12**	**8**	**66,7**	**3**	**25,0**	**1**	**8,3**
Maranhão	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0
Piauí	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
Ceará	4	1	25,0	3	75,0	0	0,0
Rio Grande do Norte	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0
Paraíba	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
Pernambuco	13	2	15,4	1	7,7	10	76,9
Alagoas	5	1	20,0	4	80,0	0	0,0
Sergipe	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Bahia	6	2	33,3	4	66,7	0	0,0
Nordeste	**39**	**13**	**33,3**	**16**	**41,0**	**10**	**25,6**
Minas Gerais	26	12	46,2	8	30,8	6	23,1
Espírito Santo	5	1	20,0	1	20,0	3	60,0
Rio de Janeiro	9	7	77,8	1	11,1	1	11,1
São Paulo	46	3	6,5	10	21,7	33	71,7
Sudeste	**86**	**23**	**26,7**	**20**	**23,3**	**43**	**50,0**
Paraná	25	2	8,0	18	72,0	5	20,0
Santa Catarina	10	1	10,0	1	10,0	8	80,0
Rio Grande do Sul	6	6	100,0	0	0,0	0	0,0
Sul	**41**	**9**	**22,0**	**19**	**46,6**	**13**	**31,7**
Mato Grosso do Sul	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Mato Grosso	3	1	33,3	1	33,3	1	33,3
Goiás	26	2	7,7	13	50,0	11	42,3
Distrito Federal	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Centro-Oeste	**31**	**5**	**16,1**	**14**	**45,2**	**12**	**38,7**
BRASIL	**209**	**58**	**27,8**	**72**	**34,4**	**79**	**37,8**

Fonte: Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC)

CamScanner

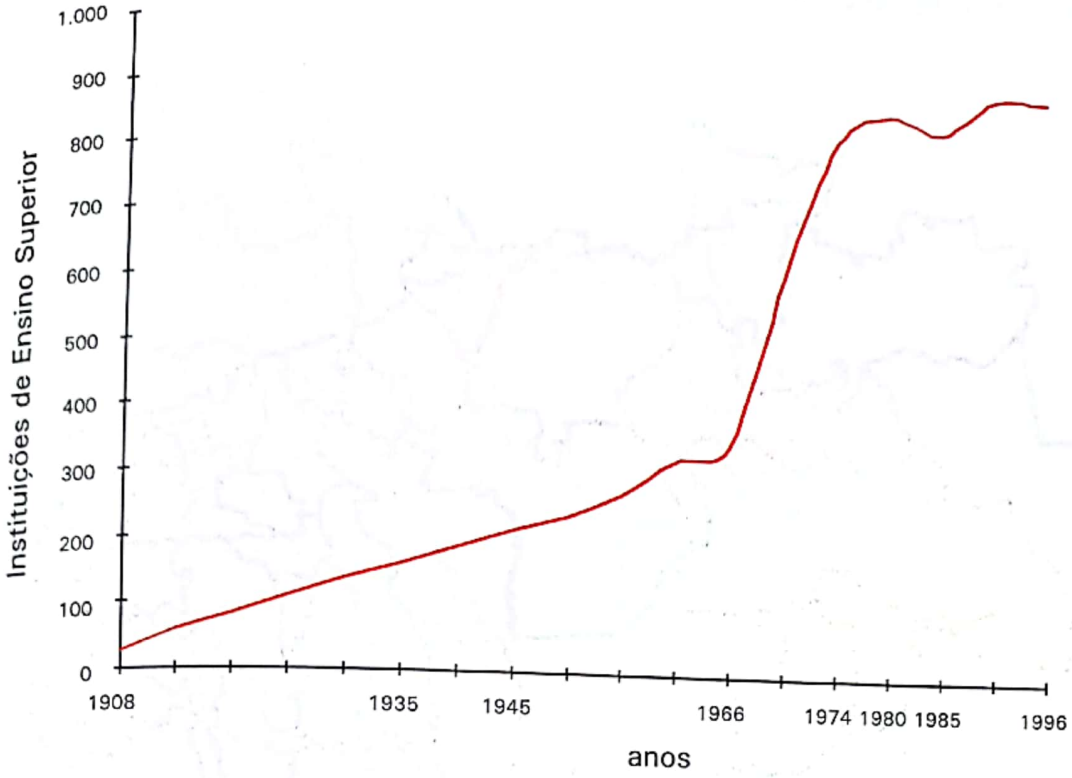
Participação do Total de Instituições de Ensino Superior, da População Total e da População em Idade Universitária por Estado e Grande Região – 1996

Estado \ Região	1996					
	Número de Instituições	Participação no Total do país %	População Total	Participação no Total do País %	População em Idade Universitária	Participação no Total do País %
Rondônia	8	0,87	1.231.007	0,78	172.032	0,84
Acre	1	0,11	483.726	0,31	68.247	0,33
Amazonas	11	1,20	2.389.279	1,52	339.821	1,65
Roraima	1	0,11	247.131	0,16	34.080	0,17
Pará	8	0,87	5.510.849	3,51	770.091	3,74
Amapá	2	0,22	379.459	0,24	56.094	0,27
Tocantins	3	0,33	1.048.642	0,67	146.081	0,71
Norte	**34**	**3,70**	**11.290.093**	**7,19**	**1.586.446**	**7,71**
Maranhão	4	0,43	5.222.565	3,32	683.292	3,32
Piauí	6	0,65	2.673.176	1,70	358.354	1,74
Ceará	8	0,87	6.809.794	4,34	873.997	4,25
Rio Grande do Norte	5	0,54	2.558.660	1,63	336.284	1,63
Paraíba	8	0,87	3.305.616	2,10	434.096	2,11
Pernambuco	32	3,48	7.399.131	4,71	1.020.005	4,96
Alagoas	8	0,87	2.633.339	1,68	366.496	1,78
Sergipe	3	0,33	1.624.175	1,03	225.034	1,09
Bahia	22	2,39	12.541.745	7,98	1.712.837	8,32
Nordeste	**96**	**10,43**	**44.768.201**	**28,50**	**6.010.395**	**29,20**
Minas Gerais	136	14,78	16.673.097	10,61	2.171.985	10,55
Espírito Santo	24	2,61	2.802.707	1,78	375.663	1,83
Rio de Janeiro	95	10,33	13.406.379	8,53	1.657.391	8,05
São Paulo	319	34,67	34.120.886	21,72	4.492.418	21,83
Sudeste	**574**	**62,39**	**67.003.069**	**42,66**	**8.697.457**	**42,26**
Paraná	58	6,30	9.003.804	5,73	1.180.096	5,73
Santa Catarina	21	2,28	4.875.244	3,10	616.405	3,00
Rio Grande do Sul	43	4,67	9.637.682	6,14	1.123.366	5,46
Sul	**122**	**13,26**	**23.516.730**	**14,97**	**2.919.867**	**14,19**
Mato Grosso do Sul	22	2,39	1.927.834	1,23	256.241	1,25
Mato Grosso	23	2,50	2.235.832	1,42	317.676	1,54
Goiás	36	3,91	4.515.868	2,87	646.426	3,14
Distrito Federal(3)	13	1,41	1.821.946	1,16	146.081	0,71
Centro-Oeste	**94**	**10,22**	**10.501.480**	**6,69**	**1.366.424**	**6,64**
BRASIL	**920**	**100**	**157.079.573**	**100**	**20.580.589**	**100**

Fonte: Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC/INEP); Contagem da População – 1996 (IBGE)

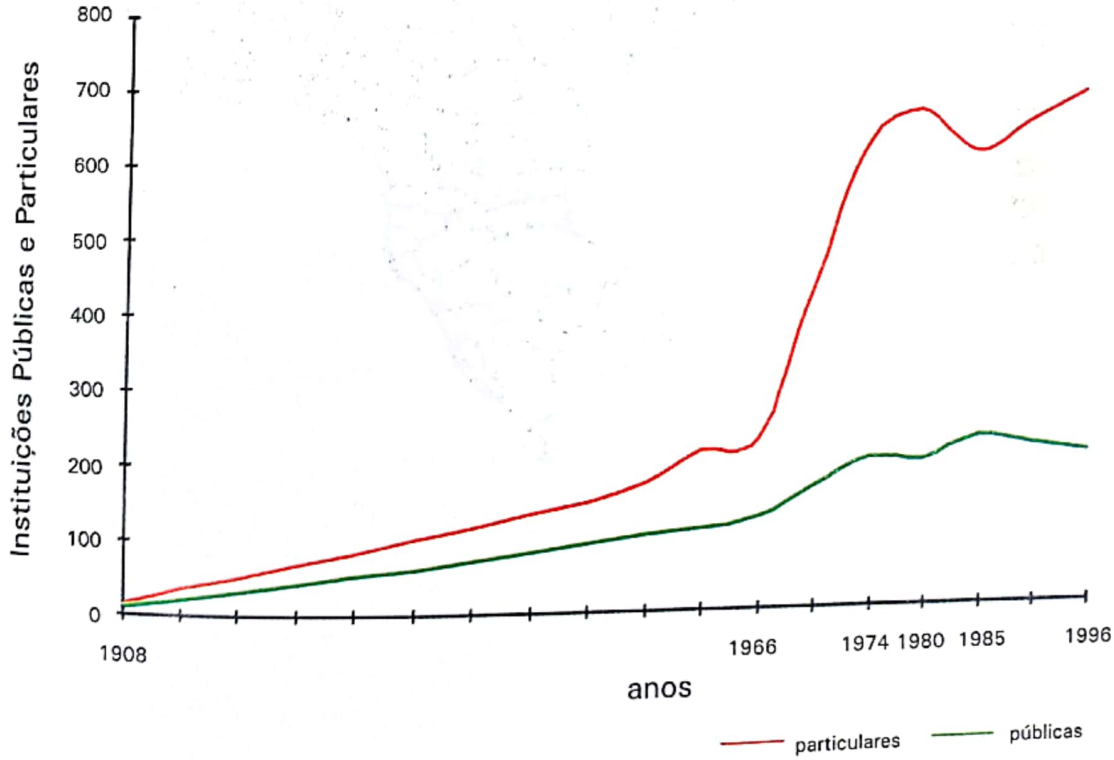
CamScanner

Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) e Sinopse Estatística do Ensino Superior (MEC)

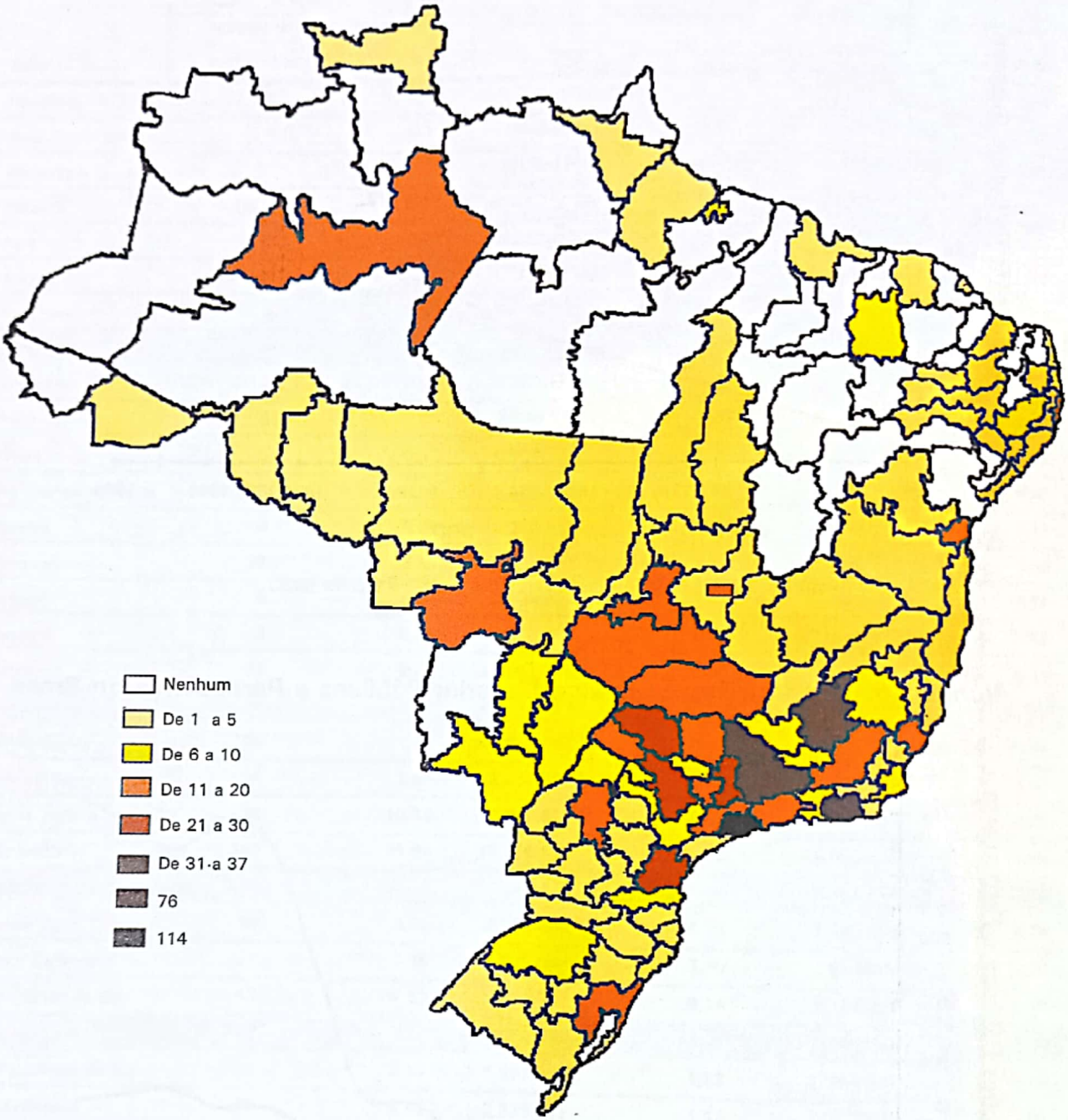
Número de Instituições de Ensino Superior Públicas e Particulares no Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) e Sinopse Estatística do Ensino Superior (MEC)

CamScanner

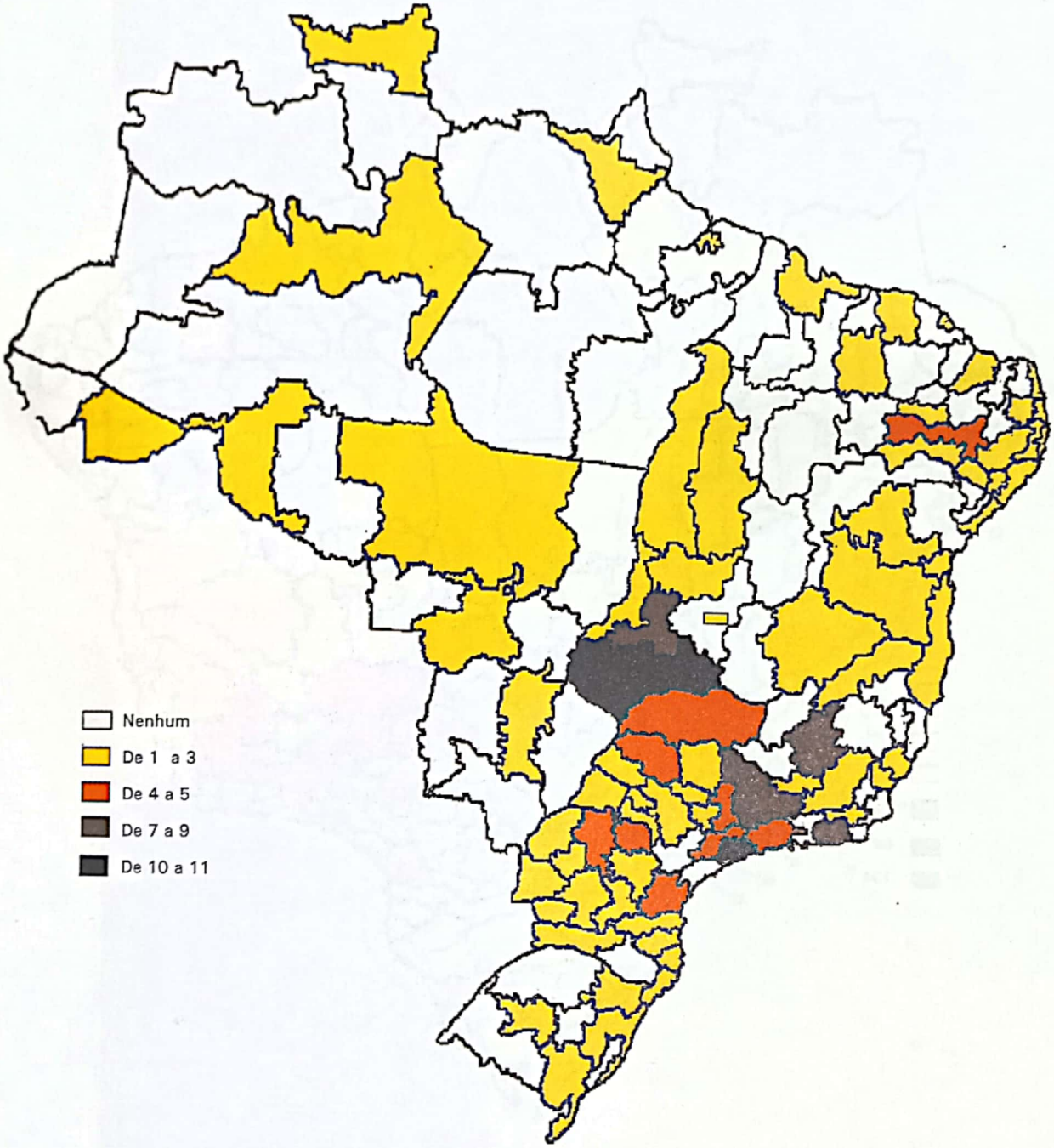
Número Total de Instituições por Meso-região – 1996



Fonte: Cadastro de Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1966 (MEC)

CamScanner

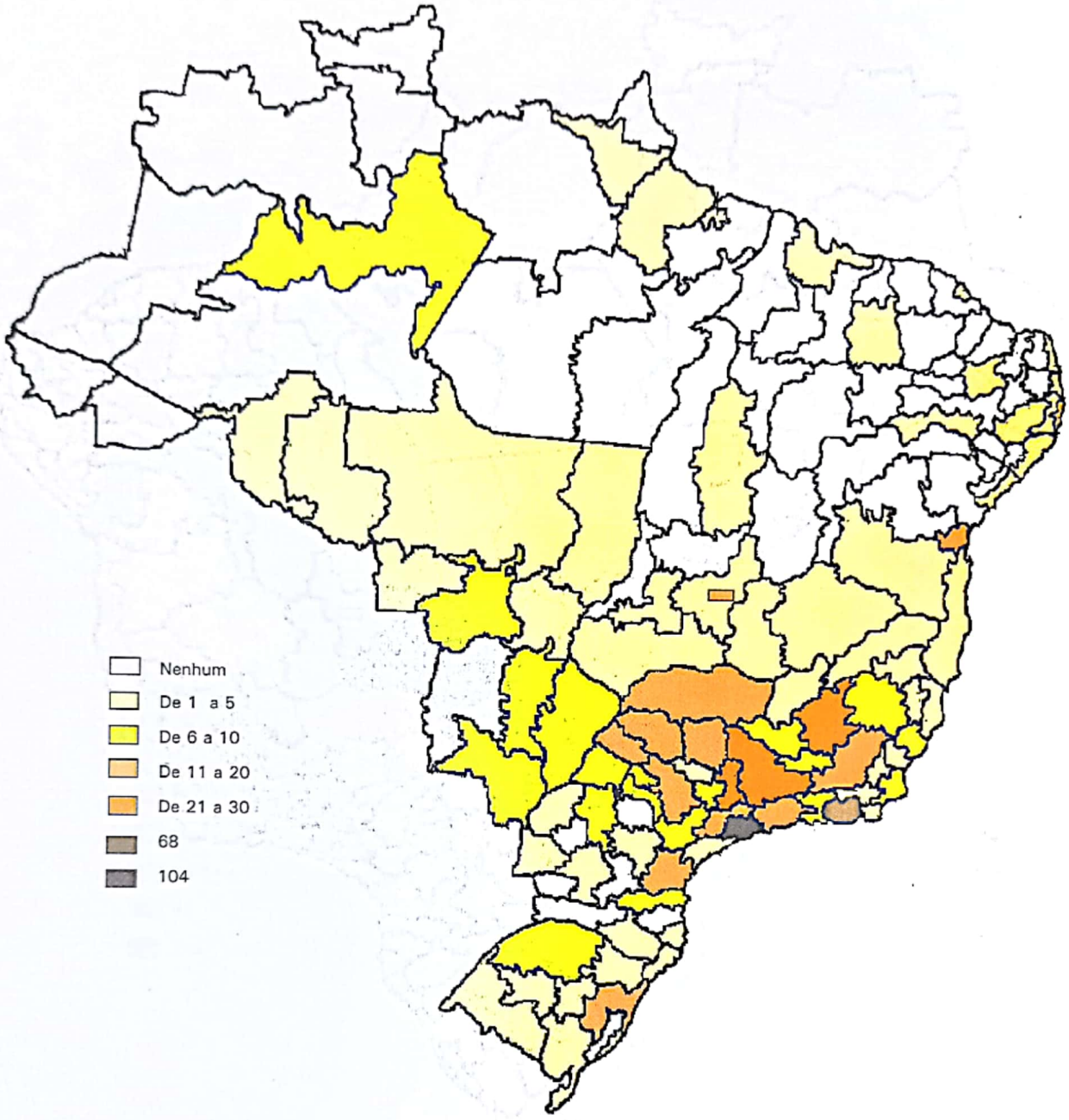
Número Total de Instituições Públicas por Meso-região – 1996



Fonte: Cadastro de Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1966 (MEC)

CamScanner

Número Total de Instituições Particulares por Meso-região – 1996



Fonte: Cadastro de Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1966 (MEC)

CamScanner

Meso-Regiões Brasileiras – 1991

Fonte: SIEG – Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas (IBGE)

CamScanner

Meso-Regiões Brasileiras – 1991

Rio Grande do Sul

1 - Centro Ocidental Rio Grandense
2 - Centro Oriental Rio Grandense
3 - Metropolitana de Porto Alegre
4 - Nordeste Rio Grandense
5 - Noroeste Rio Grandense
6 - Sudeste Rio Grandense
7 - Sudoeste Rio Grandense

Santa Catarina

8 - Grande Florianópolis
9 - Norte Catarinense
10 - Oeste Catarinense
11 - Serrana
12 - Sul Catarinense
13 - Vale do Itajaí

Paraná

14 - Centro Ocidental
15 - Centro Oriental
16 - Centro-Sul
17 - Metropolitana de Curitiba
18 - Nororeste Paranaense
19 - Norte Central
20 - Norte Pioneiro
21 - Oeste Paranaense
22 - Sudeste Paranaense
23 - Sudoeste Paranaense

São Paulo

24 - Araraquara
25 - Araçatuba
26 - Assis
27 - Bauru
28 - Campinas
29 - Itapetininga
30 - Litoral Sul Paulista
31 - Macro Metropolitana
32 - Marília
33 - Metropolitana de São Paulo
34 - Piracicaba
35 - Presidente Prudente
36 - Ribeirão Preto
37 - São José do Rio Preto
38 - Vale do Paraíba

Minas Gerais

39 - Campo de Vertente
40 - Central Mineira
41 - Jequitinhonha
42 - Metropolitana de Belo Horizonte
43 - Noroeste de Minas
44 - Norte de Minas
45 - Oeste de Minas
46 - Sul/Sudoeste
47 - Triângulo Mineiro
48 - Vale do Mucuri
49 - Vale do Rio Doce
50 - Zona da Mata

Rio de Janeiro

51 - Baixadas
52 - Centro Fluminense
53 - Metropolitana do Rio de Janeiro
54 - Noroeste Fluminense
55 - Norte Fluminense
56 - Sul Fluminense

Espírito Santo

57 - Central Espírito-Santense
58 - Litoral Norte Espírito-Santense
59 - Noroeste Espírito-Santenense
60 - Sul Espírito-Santense

Bahia

61 - Centro Norte Baiano
62 - Centro Sul Baiano
63 - Extremo Oeste Baiano
64 - Metropolitana de Salvador
65 - Nordeste Baiano
66 - Sul Baiano
67 - Vale do São Francisco da Bahia

Sergipe

68 - Agreste Sergipano
69 - Leste Sergipano
70 - Sertão Sergipano

Alagoas

71 - Agreste Alagoano
72 - Leste Alagoano
73 - Sertão Alagoano

CamScanner

Pernambuco

74 - Agreste Pernambucano
75 - Mata Pernambucana
76 - Metropolitana de Recife
77 - Sertão Pernambucano
78 - São Francisco Pernambucano

Paraíba

79 - Agreste Paraibano
80 - Borborema
81 - Mata Paraibana
82 - Sertão Paraibano

Rio Grande do Norte

83 - Agreste Potiguar
84 - Central Potiguar
85 - Leste Potiguar
86 - Oeste Potiguar

Ceará

87 - Centro-Sul Cearense
88 - Jaguaribe
89 - Metropolitana de Fortaleza
90 - Noroeste Cearense
91 - Norte Cearense
92 - Sertão Cearense
93 - Sul Cearense

Piaui

94 - Centro-Norte Piauense
95 - Norte Piauense
96 - Sudoeste Piauense
97 - Sudoeste Piauense

Maranhão

98 - Centro Maranhense
99 - Leste Maranhense
100 - Norte Maranhense
101 - Oeste Maranhense
102 - Sul Maranhense

Pará

103 - Metropolitana de Belém
104 - Nordeste Paraense
105 - Marajó
106 - Sudeste Paraense
107 - Sudoeste Paraense
108 - Baixo Amazonas

Amapá

109 - Norte do Amapá
110 - Sul do Amapá

Amazonas

111 - Centro Amazonense
112 - Norte Amazonense
113 - Sudoeste Amazonense
114 - Sul Amazonense

Roraima

115 - Norte de Roraima
116 - Sul de Roraima

Acre

117 - Vale do Juruá
118 - Vale do Acre

Rondônia

119 - Madeira-Guaporé
120 - Leste Rondoniense

Tocantins

121 - Ocidental de Tocantins
122 - Oriental de Tocantins

Goiás

123 - Centro Goiano
124 - Leste Goiano
125 - Noroeste Goiano
126 - Norte Goiano
127 - Sul Goiano

Mato Grosso

128 - Centro-Sul Mato-Grossense
129 - Nordeste Mato-Grossense
130 - Norte Mato-Grossense
131 - Sudeste Mato-Grossense
132 - Sudoeste Mato-Grossense

Mato Grosso do Sul

133 - Centro Norte de Mato Grosso do Sul
134 - Leste de Mato Grosso do Sul
135 - Patanais Sul Mato-Grossenses
136 - Sudoeste de Mato Grosso do Sul

CamScanner

Número de Cursos de Graduação por Grandes Regiões e Estados – 1955,1970 e 1996

Regiões e Estados/Ano	Número de Cursos		
	1955	1970	1996
Região Centro-Oeste	18	108	534
Distrito Federal	0	27	104
Goiás	17	49	176
Mato Grosso	1	32	115
Mato Grosso do Sul	0	0	139
Região Nordeste	170	383	971
Alagoas	8	21	55
Bahia	47	90	182
Ceará	19	51	120
Maranhão	9	18	88
Paraíba	16	44	108
Pernambuco	56	109	202
Piauí	1	11	66
Rio Grande do Norte	4	27	88
Sergipe	10	12	62
Regiao Norte	16	56	390
Acre	0	3	60
Pará	13	32	169
Amapá	0	0	11
Amazonas	3	21	45
Rondônia	0	0	53
Roraima	0	0	18
Tocantins	0	0	34
Região Sudeste	389	1.197	3.001
Espírito Santo	8	38	90
Minas Gerais	85	279	576
Rio de Janeiro	151	320	657
São Paulo	145	560	1678
Região Sul	119	422	1367
Paraná	45	124	418
Rio Grande do Sul	66	242	676
Santa Catarina	8	56	273
BRASIL	715	2166	6264

Fonte: Anuário Estatístico – 1956 e 1971 (IBGE)
Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC)

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				Particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
REGIÃO CENTRO-OESTE	534	5	14	12	31	63	94
DISTRITO FEDERAL	104	1	0	0	1	12	13
Distrito Federal	104	1	0	0	1	12	13
Brasília	104	1	0	0	1	12	13
GOIÁS	176	2	13	11	26	10	36
Noroeste Goiano	3	1	0	0	1	0	1
Goiás	3	1	0	0	1	0	1
Norte Goiano	5	0	2	0	1	0	2
Porangatu	4	0	1	0	0	0	1
Uruacu	1	0	1	0	1	0	1
Centro Goiano	118	1	6	1	8	5	13
Anápolis	22	0	1	0	1	2	3
Anicuns	2	0	0	1	1	0	1
Goianésia	2	0	1	0	1	0	1
Goiânia	83	1	1	0	2	3	5
Iporã	4	0	1	0	1	0	1
Itapuranga	4	0	1	0	1	0	1
São Luis de Montes Belos	1	0	1	0	1	0	1
Leste Goiano	9	0	1	0	1	1	2
Formosa	4	0	1	0	1	0	1
Luziana	5	0	0	0	0	1	1
Sul Goiano	41	0	4	10	11	3	18
Catalão	3	0	0	0	0	1	1
Goiatuba	2	0	1	0	1	0	1
Itumbiara	7	0	0	3	3	2	5
Jataí	2	0	0	0	0	1	1
Mineiros	4	0	0	4	4	0	4
Morrinhos	4	0	1	0	0	0	1
Pires do Rio	3	0	1	0	0	0	1
Quirinópolis	6	0	1	0	0	0	1
Rio Verde	10	0	0	3	3	0	3
MATO GROSSO	115	1	1	1	3	20	23
Norte Mato-Grossense	4	0	0	1	1	2	3
Alta Floresta	2	0	0	0	0	1	1
Diamantino	2	0	0	0	0	1	1
Nova Mutum	1	0	0	1	1	0	1
Nordeste Mato-Grossense	5	0	0	0	0	3	3
Barra do Garças	5	0	0	0	0	3	3

continua...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Sudoeste Mato-Grossense	4	0	0	0	0	3	3
Tangará da Serra	4	0	0	0	0	3	3
Centro Mato-Grossense	97	1	1	0	2	10	12
Cáceres	21	0	1	0	1	0	1
Cuiabá	69	1	0	0	1	6	7
Várzea Grande	7	0	0	0	0	4	4
Sudoeste Mato-Grossense	4	0	0	0	0	2	2
Jaciara	2	0	0	0	0	1	1
Rondonópolis	2	0	0	0	0	1	1
MATO GROSSO DO SUL	139	1	0	0	1	21	22
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	104	1	0	0	1	6	7
Campo Grande	101	1	0	0	1	4	5
Coxim	1	0	0	0	0	1	1
Rio Verde de Mato Grosso	2	0	0	0	0	1	1
Leste de Mato Grosso do Sul	9	0	0	0	0	7	7
Cassilândia	2	0	0	0	0	1	1
Nova Andradina	1	0	0	0	0	1	1
Paranaíba	2	0	0	0	0	1	1
Três Lagoas	4	0	0	0	0	4	4
Sudeste de Mato Grosso do Sul	26	0	0	0	0	8	8
Dourados	11	0	0	0	0	1	1
Fátima do Sul	6	0	0	0	0	2	2
Naviraí	5	0	0	0	0	2	2
Ponta Porã	4	0	0	0	0	3	3
REGIÃO NORDESTE	971	13	16	10	39	57	96
ALAGOAS	55	1	4	0	5	3	8
Sertão Alagoano	1	0	1	0	1	0	1
Santana do Ipanema	1	0	1	0	1	0	1
Agreste Alagoano	5	0	2	0	2	0	2
Arapiraca	5	0	2	0	2	0	2
Leste Alagoano	49	1	1	0	2	3	5
Maceió	46	1	1	0	2	2	4
Penedo	3	0	0	0	0	1	1
BAHIA	182	2	4	0	6	16	22
Centro-Norte Baiano	15	0	1	0	1	0	1
Feira de Santana	15	0	1	0	1	0	1
Região Metropolitana de Salvador	144	2	1	0	3	13	16
Salvador	140	1	1	0	2	13	15

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Simões Filho	4	1	0	0	1	0	1
Centro-Sul Baiano	**12**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**
Jequié	1	0	0	0	0	1	1
Vitória da Conquista	11	0	1	0	1	0	1
Sul Baiano	**12**	**0**	**1**	**0**	**1**	**2**	**3**
Ibicaraí	1	0	0	0	0	2	2
Ilhéus	10	0	1	0	1	0	1
CEARÁ	**120**	**1**	**3**	**0**	**4**	**4**	**8**
Noroeste Cearense	**17**	**0**	**1**	**0**	**1**	**0**	**1**
Sobral	17	0	1	0	1	0	1
Região Metropolitana de Fortaleza	**92**	**1**	**1**	**0**	**2**	**4**	**5**
Fortaleza	92	1	1	0	2	4	5
Sul Cearense	**11**	**0**	**1**	**0**	**1**	**0**	**1**
Crato	11	0	1	0	1	0	1
MARANHÃO	**88**	**2**	**1**	**0**	**3**	**1**	**4**
Norte Maranhense	**88**	**2**	**1**	**0**	**3**	**1**	**4**
São Luis	88	2	1	0	3	1	4
PARAÍBA	**108**	**1**	**1**	**0**	**2**	**6**	**8**
Sertão Paraibano	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**3**
Patos	5	0	0	0	0	3	3
Agreste Paraibano	**25**	**0**	**1**	**0**	**1**	**0**	**1**
Campina Grande	25	0	1	0	1	0	1
Mata Paraibana	**78**	**1**	**0**	**0**	**1**	**3**	**4**
João Pessoa	78	1	0	0	1	3	4
PERNAMBUCO	**202**	**2**	**1**	**10**	**13**	**19**	**32**
Sertão Pernambucano	**17**	**0**	**0**	**5**	**5**	**0**	**5**
Araripina	5	0	0	2	2	0	2
Arcoverde	5	0	0	1	1	0	1
Salgueiro	3	0	0	1	1	0	1
Serra. Talhada	4	0	0	1	1	0	1
São Francisco Pernambucano	**6**	**0**	**0**	**1**	**1**	**1**	**2**
Belém de São Francisco	4	0	0	1	1	0	1
Petrolina	2	0	0	0	0	1	1
Agreste Pernambucano	**13**	**0**	**0**	**2**	**2**	**4**	**6**
Belo Jardim	5	0	0	0	0	1	1
Caruaru	6	0	0	0	0	3	3
Garanhuns	1	0	0	1	1	0	1
Limoeiro	1	0	0	1	1	0	1

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Mata Pernambucana	**10**	**0**	**0**	**2**	**2**	**1**	**3**
Goiana	3	0	0	1	1	0	1
Palmares	4	0	0	1	1	0	1
Vitória de Santo Antão	3	0	0	0	0	1	1
Região Metropolitana de Recife	**156**	**2**	**1**	**0**	**3**	**13**	**16**
Cabo	1	0	0	0	0	1	1
Olinda	16	0	0	0	0	6	6
Recife	139	2	1	0	3	6	9
PIAUI	**66**	**1**	**1**	**0**	**2**	**4**	**6**
Centro-Norte Piauense	**66**	**1**	**1**	**0**	**2**	**4**	**6**
Teresina	66	1	1	0	2	4	6
RIO GRANDE DO NORTE	**88**	**2**	**1**	**0**	**3**	**2**	**5**
Oeste Potiguar	**19**	**1**	**1**	**0**	**2**	**0**	**2**
Mossoró	19	1	1	0	2	0	2
Oeste Potiguar	**69**	**1**	**0**	**0**	**1**	**2**	**3**
Natal	69	1	0	0	1	2	3
SERGIPE	**62**	**1**	**0**	**0**	**1**	**2**	**3**
Leste Sergipano	**62**	**1**	**0**	**0**	**1**	**2**	**2**
Aracajú	23	0	0	0	0	2	2
São Cristovão	39	1	0	0	1	0	1
REGIÃO NORTE	**390**	**7**	**3**	**1**	**11**	**22**	**34**
ACRE	**60**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**
Vale do Acre	**60**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**
Rio Branco	60	1	0	0	1	0	1
AMAZONAS	**45**	**2**	**1**	**0**	**3**	**8**	**11**
Centro Amazonense	**45**	**2**	**1**	**0**	**3**	**8**	**11**
Manaus	45	2	1	0	3	8	11
AMAPÁ	**11**	**1**	**0**	**0**	**1**	**1**	**2**
Sul do Amapá	**11**	**1**	**0**	**0**	**1**	**1**	**2**
Macapá	11	1	0	0	1	1	2
PARÁ	**169**	**1**	**1**	**0**	**2**	**6**	**8**
Marajó	**8**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**2**
Santarém	8	0	0	0	0	2	2
Região Metropolitana de Belém	**161**	**1**	**1**	**0**	**2**	**4**	**6**
Belém	161	1	1	0	2	4	6
RONDÔNIA	**53**	**1**	**0**	**0**	**1**	**7**	**8**
Madeira Guaporé	**40**	**1**	**0**	**0**	**1**	**2**	**3**
Porto Velho	40	1	0	0	1	2	3

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Leste Rondoniense	13	0	0	0	0	5	5
Ariquemes	2	0	0	0	0	1	1
Cacoal	2	0	0	0	0	1	1
Ji-Paraná	6	0	0	0	0	1	1
Vilhena	3	0	0	0	0	2	2
RORAIMA	18	1	0	0	1	0	1
Norte de Roraima	18	1	0	0	1	0	1
Boa Vista	18	1	0	0	1	0	1
TOCANTINS	34	0	1	1	2	1	3
Ocidental de Tocantins	4	0	0	1	1	0	1
Gurupi	4	0	0	1	1	0	1
Oriental de Tocantins	30	0	1	0	1	1	2
Palmas	30	0	1	0	1	1	2
REGIÃO SUDESTE	3.001	23	20	43	86	488	574
ESPÍRITO SANTO	90	1	1	3	5	19	24
Noroeste Espírito-Santense	12	0	0	0	0	5	5
Colatina	12	0	0	0	0	5	5
Litoral Norte Espírito-Santense	5	0	0	0	0	3	3
Aracruz	1	0	0	0	0	1	1
Linhares	4	0	0	0	0	2	2
Central Espírito-Santense	60	1	1	0	2	10	12
Guarapari	1	0	0	0	0	1	1
Viana	1	0	0	0	0	1	1
Vila Velha	5	0	0	0	0	1	1
Vitória	53	1	1	0	2	7	9
Sul Espírito-Santense	13	0	0	3	3	1	4
Alegre	5	0	0	1	1	0	1
Cachoeira de Itapemirim	8	0	0	2	2	1	3
MINAS GERAIS	576	12	8	6	26	110	136
Noroeste de Minas	2	0	0	0	0	1	1
Paracatu	2	0	0	0	0	1	1
Norte de Minas	19	0	1	0	1	1	2
Januária	1	0	0	0	0	1	1
Montes Claros	18	0	1	0	1	0	1
Jequitinhonha	5	1	0	0	1	1	2
Diamantina	5	1	0	0	1	1	2
Vale do Mucuri	7	0	0	0	0	3	3
Teófilo Otoni	7	0	0	0	0	3	3

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Triângulo Mineiro / Alto Paraíba	104	2	0	2	4	12	16
Araguari	5	0	0	0	0	1	1
Araxá	5	0	0	2	2	0	2
Ituiutaba	12	0	0	0	0	2	2
Patos de Minas	7	0	0	0	0	3	3
Patrocínio	5	0	0	0	0	2	2
Uberaba	23	1	0	0	1	3	4
Uberlândia	47	1	0	0	1	1	2
Central Mineira	7	0	0	0	0	3	3
Curvelo	4	0	0	0	0	2	2
Luz	3	0	0	0	0	1	1
Região Metropoplitana de Belo Horizonte	146	3	3	1	7	25	32
Belo Horizonte	111	2	3	0	5	15	20
Congonhas	2	0	0	0	0	1	1
Conselheiro Lafaete	1	0	0	1	1	0	1
Itabira	5	0	0	0	0	2	2
João Molevade	4	0	0	0	0	3	3
Ouro Preto	11	1	0	0	1	0	1
Pará de Minas	3	0	0	0	0	1	1
Pedro Leopoldo	4	0	0	0	0	1	1
Sete Lagoas	5	0	0	0	0	2	2
Vale do Rio Doce	36	0	0	0	0	8	8
Caratinga	9	0	0	0	0	3	3
Coronel Fabriciano	7	0	0	0	0	1	1
Governador Valadares	19	0	0	0	0	3	3
Ipatinga	1	0	0	0	0	1	1
Oeste de Minas	19	0	0	0	0	10	10
Divinópolis	8	0	0	0	0	3	3
Formiga	5	0	0	0	0	2	2
Itaúna	6	0	0	0	0	5	5
Sul / Sudeste de Minas	110	2	4	3	9	28	37
São João Del Rei	9	1	0	0	1	0	1
Alfenas	23	1	0	0	1	1	2
Boa Esperança	4	0	0	0	0	1	1
Campanha	4	0	0	0	0	1	1
Guaxupé	7	0	0	0	0	2	2
Itajubá	12	1	0	0	1	5	6
Machado	6	0	0	0	0	3	3

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Muzambinho	1	0	0	0	0	1	1
Ouro Fino	4	0	0	0	0	1	1
Passos	6	0	3	0	3	2	5
Poços de Caldas	7	0	0	3	3	0	3
Pouso Alegre	8	0	0	0	0	3	3
Santa Rita do Sapucaí	3	0	0	0	0	2	2
São Lourenço	2	0	0	0	0	1	1
São Sebastião do Paraíso	2	0	0	0	0	1	1
Três Corações	10	0	1	0	1	0	1
Varginha	11	0	0	0	0	4	4
Campo das Vertentes	**23**	**1**	**0**	**0**	**1**	**6**	**7**
Barbacena	8	0	0	0	0	4	4
Lavras	15	1	0	0	1	2	3
Zona da Mata	**89**	**2**	**0**	**0**	**2**	**11**	**13**
Além Paraíba	8	0	0	0	0	1	1
Carangola	5	0	0	0	0	1	1
Cataguases	4	0	0	0	0	1	1
Juíz de Fora	35	1	0	0	1	3	4
Leopoldina	1	0	0	0	0	1	1
Manhuaçu	2	0	0	0	0	1	1
Ponte Nova	1	0	0	0	0	1	1
Ubá	5	0	0	0	0	1	1
Viçosa	25	1	0	0	1	0	1
Visconde do Rio Branco	3	0	0	0	0	1	1
RIO DE JANEIRO	**657**	**7**	**1**	**1**	**9**	**86**	**95**
Noroeste Fluminense	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**2**
Itaperuna	5	0	0	0	0	2	2
Norte Fluminense	**13**	**0**	**0**	**0**	**0**	**6**	**6**
Campos dos Goytacazes	11	0	0	0	0	5	5
Macacé	2	0	0	0	0	1	1
Centro Fluminense	**8**	**0**	**0**	**1**	**1**	**2**	**3**
Nova Friburgo	8	0	0	1	1	2	3
Baixadas	**4**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**
Cabo Frio	4	0	0	0	0	1	1
Sul Fluminense	**36**	**0**	**0**	**0**	**0**	**7**	**7**
Barra do Piraí	1	0	0	0	0	1	1
Barra Mansa	10	0	0	0	0	1	1
Resende	4	0	0	0	0	2	2

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Valença	10	0	0	0	0	1	1
Volta Redonda	11	0	0	0	0	2	2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	**591**	**7**	**1**	**0**	**8**	**68**	**76**
Belford Roxo	8	0	0	0	0	2	2
Duque de Caxias	5	0	0	0	0	2	2
Itaboraí	1	0	0	0	0	1	1
Itaguaí	17	1	0	0	1	0	1
Nilópolis	2	0	0	0	0	1	1
Niterói	62	1	0	0	1	5	6
Nova Iguaçu	28	0	0	0	0	2	2
Petrópolis	14	0	0	0	0	2	2
Rio de Janeiro	417	5	1	0	6	50	56
São Gonçalo	23	0	0	0	0	1	1
Teresopólis	5	0	0	0	0	1	1
Vassouras	9	0	0	0	0	1	1
SÃO PAULO	**1678**	**3**	**10**	**33**	**46**	**273**	**319**
São José do Rio Preto	**71**	**0**	**0**	**4**	**4**	**20**	**24**
Catanduva	9	0	0	1	1	3	4
Fernandopólis	5	0	0	0	0	2	2
Jales	12	0	0	0	0	2	2
Monte Aprazível	2	0	0	0	0	1	1
Santa Fé do Sul	3	0	0	2	2	0	2
São José do Rio Preto	32	0	0	1	1	11	12
Votuporanga	8	0	0	0	0	1	1
Ribeirão Preto	**94**	**0**	**0**	**3**	**3**	**15**	**18**
Barretos	8	0	0	0	0	6	6
Batatais	6	0	0	0	0	1	1
Bebedouro	6	0	0	1	1	1	2
Franca	25	0	0	2	2	1	3
Ituverava	5	0	0	0	0	2	2
Jaboticabal	5	0	0	0	0	1	1
Ribeirão Preto	39	0	0	0	0	3	3
Araçatuba	**37**	**0**	**0**	**2**	**2**	**11**	**13**
Andradina	9	0	0	0	0	2	2
Araçatuba	14	0	0	1	1	6	7
Birigui	4	0	0	1	1	0	1
Penápolis	5	0	0	0	0	1	1
Pereira Barreto	5	0	0	0	0	2	2

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Bauru	**70**	**0**	**1**	**3**	**3**	**18**	**22**
Avaré	9	0	0	2	2	1	3
Barra Bonita	1	0	0	0	0	1	1
Bauru	26	0	0	0	0	5	5
Botucatu	7	0	0	0	0	1	1
Jaú	9	0	1	0	1	3	4
Lins	16	0	0	0	0	7	7
São Manuel	2	0	0	1	1	0	1
Araraquara	**41**	**1**	**0**	**2**	**3**	**5**	**8**
Araraquara	10	0	0	0	0	3	3
São Carlos	31	1	0	2	3	2	5
Piracicaba	**63**	**0**	**0**	**3**	**3**	**10**	**13**
Araras	9	0	0	2	2	1	3
Capivari	2	0	0	0	0	1	1
Leme	3	0	0	0	0	2	2
Limeira	8	0	0	0	0	3	3
Piracicaba	38	0	0	1	1	2	3
Rio Claro	3	0	0	0	0	1	1
Campinas	**132**	**0**	**2**	**2**	**4**	**24**	**29**
Americana	7	0	1	0	1	2	3
Amparo	5	0	0	0	0	2	2
Campinas	83	0	1	0	1	2	3
Engenheiro Coelho	3	0	0	0	0	2	2
Espírito Santo do Pinhal	6	0	0	0	0	6	6
Hortolândia	2	0	0	0	0	1	1
Indaiatuba	1	0	0	0	0	1	1
Mococa	2	0	0	0	1	0	1
Moji-mirim	2	0	0	0	0	1	1
Pirassununga	1	0	0	0	0	1	1
São João da Boa Vista	9	0	0	1	1	3	4
São José do Rio Pardo	6	0	0	1	1	0	1
Sumaré	1	0	0	0	0	1	1
Valinhos	4	0	0	0	0	2	2
Presidente Prudente	**44**	**0**	**0**	**2**	**2**	**8**	**10**
Adamantina	8	0	0	2	2	0	2
Dracena	4	0	0	0	0	2	2
Lucélia	1	0	0	0	0	1	1
Presidente Prudente	27	0	0	0	0	4	4

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Presidente Venceslau	4	0	0	0	0	1	1
Marília	**42**	**0**	**1**	**0**	**1**	**7**	**8**
Garça	2	0	0	0	0	1	1
Marília	36	0	1	0	1	3	4
Tupã	4	0	0	0	0	3	3
Assis	**18**	**0**	**0**	**1**	**1**	**8**	**9**
Assis	5	0	0	1	1	3	4
Ourinhos	6	0	0	0	0	1	1
Paraguaçu Paulista	2	0	0	0	0	1	1
Piraju	2	0	0	0	0	1	1
Santa Cruz do Rio Pardo	3	0	0	0	0	2	2
Itapetininga	**22**	**0**	**0**	**0**	**0**	**9**	**9**
Itapetininga	10	0	0	0	0	3	3
Itapeva	5	0	0	0	0	2	2
Itararé	3	0	0	0	0	2	2
Tatuí	4	0	0	0	0	2	2
Macro-Metropolitana Paulista	**71**	**0**	**1**	**3**	**4**	**16**	**20**
Atibaia	2	0	0	0	0	1	1
Bragança Paulista	32	0	0	1	1	1	2
Itú	6	0	0	0	0	2	2
Jundiaí	11	0	0	2	2	6	8
São Roque	2	0	0	0	0	1	1
Sorocaba	18	0	1	0	1	5	6
Vale do Paraíba Paulista	**87**	**1**	**1**	**1**	**4**	**15**	**19**
Caraguatatuba	3	0	0	0	0	2	2
Cruzeiro	7	0	0	1	1	1	2
Guaratinguetá	4	0	0	0	0	2	2
Jacareí	1	0	0	0	0	3	3
Lorena	16	0	1	0	1	3	4
Pindamonhangaba	2	0	0	0	0	1	1
São José dos Campos	28	1	0	0	1	3	4
Taubaté	26	0	0	0	1	0	1
Litoral Sul Paulista	**6**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**2**
Registro	6	0	0	0	0	2	2
Região Metropolitana de São Paulo	**877**	**1**	**4**	**5**	**10**	**104**	**114**
Guarujá	3	0	0	0	0	1	1
Guarulhos	40	0	0	0	0	5	5
Mauá	1	0	0	0	0	1	1

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Moji das Cruzes	**51**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**3**
Osasco	11	0	0	1	1	1	2
Ribeirão Pires	5	0	0	0	0	2	2
Santo André	26	0	0	2	2	4	6
Santos	**69**	**0**	**1**	**0**	**1**	**6**	**7**
São Bernardo do Campo	38	0	0	1	1	7	8
São Caetano do Sul	21	0	0	1	1	4	5
São Paulo	612	1	3	0	4	70	74
REGIÃO SUL	**1367**	**9**	**19**	**13**	**41**	**81**	**122**
PARANÁ	**418**	**2**	**18**	**5**	**25**	**33**	**58**
Noroeste Paranaense	**28**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**
Paranavaí	7	0	1	0	1	0	1
Umuarama	21	0	0	0	0	1	1
Centro Ocidental Paranaense	**6**	**0**	**1**	**0**	**1**	**0**	**1**
Campo Mourão	6	0	1	0	1	0	1
Norte-Central Paranaense	**109**	**0**	**4**	**1**	**5**	**7**	**12**
Apucarana	3	0	1	0	1	0	1
Ivaiporã	4	0	1	0	1	2	3
Jandaia do Sul	4	0	0	0	0	1	1
Londrina	58	0	1	0	1	2	3
Mandaguari	5	0	0	1	1	0	1
Maringá	32	0	1	0	1	1	2
Rolândia	3	0	0	0	0	1	1
Norte Pioneiro Paranaense	**15**	**0**	**4**	**1**	**5**	**0**	**5**
Bandeirantes	1	0	0	1	1	0	1
Cornélio Procópio	6	0	1	0	1	0	1
Jacarezinho	8	0	3	0	3	0	3
Centro-Oriental Paranaense	**31**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**
Ponta Grossa	31	0	1	0	1	1	2
Oeste Paranaense	**39**	**0**	**1**	**0**	**1**	**4**	**5**
Assis Chateaubriand	1	0	0	0	0	1	1
Cascavel	34	0	1	0	1	1	2
Foz do Iguaçu	4	0	0	0	0	2	2
Sudoeste Paranaense	**4**	**0**	**0**	**2**	**3**	**0**	**1**
Francisco Beltrão	4	0	0	1	1	0	1
Centro-Sul Paranaense	**21**	**0**	**1**	**1**	**2**	**1**	**3**
Guarapuava	11	0	1	0	1	0	1
Palmas	10	0	0	1	1	1	2

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
Sudeste Paranaense	**13**	**0**	**2**	**1**	**3**	**0**	**3**
Irati	4	0	1	0	1	0	1
União da Vitória	9	0	1	1	2	0	2
Região Metropolitana de Curitiba	**152**	**2**	**2**	**0**	**5**	**19**	**24**
Curitiba	146	2	2	0	4	19	23
Paranaguá	6	0	1	0	1	0	1
RIO GRANDE DO SUL	**676**	**6**	**0**	**0**	**6**	**37**	**43**
Noroeste Rio-grandense	**155**	**0**	**0**	**0**	**0**	**7**	**7**
Água Santa	4	0	0	0	0	1	1
Cruz Alta	19	0	0	0	0	1	1
Erechim	46	0	0	0	0	1	1
Ijuí	33	0	0	0	0	1	1
Passo Fundo	51	0	0	0	0	1	1
Santo Angelo	1	0	0	0	0	1	1
Três de Maio	1	0	0	0	0	1	1
Nordeste Rio-grandense	**49**	**1**	**0**	**0**	**1**	**2**	**3**
Bento Gonçalves	1	1	0	0	1	0	1
Caxias do Sul	46	0	0	0	0	1	1
Farroupilha	2	0	0	0	0	1	1
Centro-Ocidental Rio- Grandense	**64**	**1**	**0**	**0**	**1**	**1**	**2**
Santa Maria	64	1	0	0	1	1	2
Centro-Oriental Rio-grandense	**36**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4**	**4**
Cachoeira do Sul	9	0	0	0	0	1	1
Lajeado	8	0	0	0	0	2	2
Santa Cruz do Sul	19	0	0	0	0	1	1
Região Metropolitana de Porto Alegre	**232**	**2**	**0**	**0**	**2**	**18**	**20**
Camaqua	4	0	0	0	0	2	2
Canoas	60	0	0	0	0	2	2
Novo Hamburgo	10	0	0	0	0	1	1
Osório	5	0	0	0	0	2	2
Porto Alegre	107	2	0	0	2	6	8
Santa Rosa	2	0	0	0	0	2	2
São Leopoldo	39	0	0	0	0	1	1
Taquara	3	0	0	0	0	1	1
Viamão	2	0	0	0	0	1	1
Sudoeste Rio-grandense	**51**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**	**3**
Alegrete	8	0	0	0	0	1	1
Bagé	41	0	0	0	0	1	1

continuação...

CamScanner

Número de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior, segundo as Grande Regiões, Estados, Meso-regiões e Municípios – 1996

Grandes Regiões/Estados/ Meso-Regiões/Municípios	Número de Cursos	Número de Instituições					
		Públicas				particulares	Total
		Fed.	Est.	Mun.	Total		
São Borja	2	0	0	0	0	1	1
Sudeste Rio-grandense	**89**	**2**	**0**	**0**	**2**	**1**	**3**
Capão do Leão	29	1	0	0	1	0	1
Pelotas	37	0	0	0	0	1	1
Rio Grande	23	1	0	0	1	0	1
SANTA CATARINA	**273**	**1**	**1**	**8**	**10**	**11**	**21**
Oeste Catarinense	**74**	**0**	**0**	**2**	**2**	**0**	**2**
Caçador	35	0	0	1	1	0	1
Chapecó	39	0	0	1	1	0	1
Norte Catarinense	**25**	**0**	**0**	**2**	**2**	**6**	**8**
Jaraguá do Sul	4	0	0	1	1	0	1
Joinville	21	0	0	1	1	6	7
Serrana	**9**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**2**
Lages	9	0	0	0	0	2	2
Vale do Itajaí	**67**	**0**	**0**	**2**	**2**	**2**	**4**
Blumenau	32	0	0	1	1	0	1
Brusque	6	0	0	0	0	1	1
Itajaí	27	0	0	1	1	0	1
Rio do Sul	2	0	0	0	0	1	1
Sul Catarinense	**31**	**0**	**0**	**1**	**1**	**0**	**1**
Tubarão	31	0	0	1	1	0	1
Sul Catarinense	**10**	**0**	**0**	**1**	**1**	**0**	**1**
Criciuma	10	0	0	1	1	0	1
Grande Florianópolis	**57**	**1**	**1**	**0**	**2**	**1**	**3**
Florianópolis	57	1	1	0	2	1	3
BRASIL	**6.264**	**58**	**72**	**79**	**209**	**711**	**920**

Conclusão

CamScanner

Participação do Total de Cursos, da População Total e da População em Idade Universitária por Estado e Grande Região – 1996

Estado/Ano/Região	Número de Cursos	Participação no Total%	População Total	Participação no Total do Pais%	População. em Idade Univ.	Partic. no Total do Pais%
Rondônia	53	0,85	1.231.007	0,78	172.032	0,84
Acre	60	0,96	483.726	0,31	68.247	0,33
Amazonas	45	0,72	2.389.279	1,52	339.821	1,65
Roraima	18	0,29	247.131	0,16	34.080	0,17
Pará	169	2,70	5.510.849	3,51	770.091	3,74
Amapá	11	0,18	379.459	0,24	56.094	0,27
Tocantins	34	0,54	1.048.642	0,67	146.081	0,71
Norte	**390**	**6,23**	**11.290.093**	**7,19**	**1.586.446**	**7,71**
Maranhão	88	1,40	5.222.565	3,32	683.292	3,32
Piauí	66	1,05	2.673.176	1,70	358.354	1,74
Ceará	120	1,92	6.809.794	4,34	873.997	4,25
Rio Grande do Norte	88	1,40	2.558.660	1,63	336.284	1,63
Paraíba	108	1,72	3.305.616	2,10	434.096	2,11
Pernambuco	202	3,22	7.399.131	4,71	1.020.005	4,96
Alagoas	55	0,88	2.633.339	1,68	366.496	1,78
Sergipe	62	0,99	1.624.175	1,03	225.034	1,09
Bahia	183	2,92	12.541.745	7,98	1.712.837	8,32
Nordeste	**972**	**15,52**	**44.768.201**	**28,50**	**6.010.395**	**29,20**
Minas Gerais	576	9,20	16.673.097	10,61	2.171.985	10,55
Espírito Santo	90	1,44	2.802.707	1,78	375.663	1,83
Rio de Janeiro	657	10,49	13.406.379	8,53	1.657.391	8,05
São Paulo	1.678	26,79	34.120.886	21,72	4.492.418	21,83
Sudeste	**3.001**	**47,91**	**67.003.069**	**42,66**	**8.697.457**	**42,26**
Paraná	418	6,67	9.003.804	5,73	1.180.096	5,73
Santa Catarina	273	4,36	4.875.244	3,10	616.405	3,00
Rio Grande do Sul	676	10,79	9.637.682	6,14	1.123.366	5,46
Sul	**1.367**	**21,82**	**23.516.730**	**14,97**	**2.919.867**	**14,19**
Mato Grosso do Sul	139	2,22	1.927.834	1,23	256.241	1,25
Mato Grosso	115	1,84	2.235.832	1,42	317.676	1,54
Goiás	176	2,81	4.515.868	2,87	646.426	3,14
Distrito Federal	104	1,66	1.821.946	1,16	146.081	0,71
Centro-Oeste	**534**	**8,52**	**10.501.480**	**6,69**	**1.366.424**	**6,64**
BRASIL	**6.264**	**100**	**157.079.573**	**100**	**20.580.589**	**100**

Fonte: Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC); Contagem da População – 1996 (IBGE)

CamScanner

Relação entre o Número de Cursos e o Número de Instituições por Estado e Grande Região – 1996

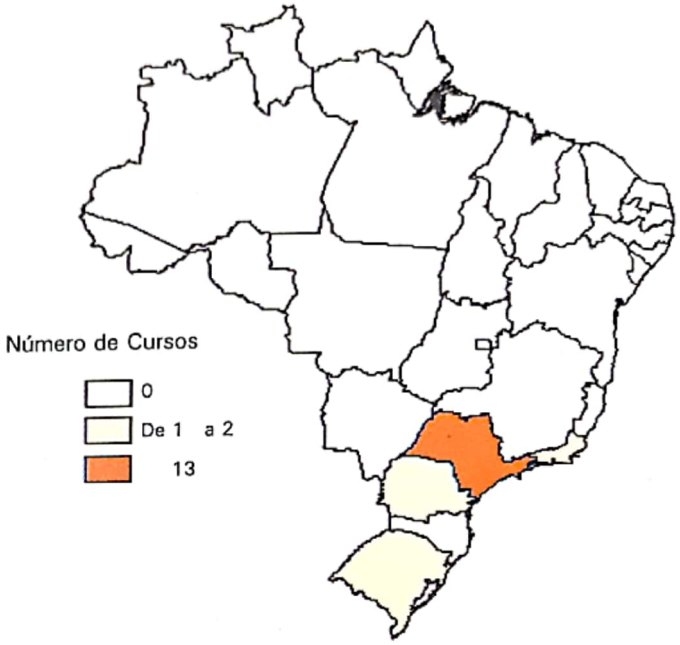
Estado \ Ano	Número de Cursos	Número de Instituições	Cursos/ Instituições
Rondônia	53	8	6,63
Acre	60	1	60,00
Amazonas	45	11	4,09
Roraima	18	1	18,00
Pará	169	8	21,13
Amapá	11	2	5,50
Tocantins	34	3	11,33
Norte	**390**	**34**	**11,47**
Maranhão	88	4	22,00
Piauí	66	6	11,00
Ceará	120	8	15,00
Rio Grande do Norte	88	5	17,60
Paraíba	108	8	13,50
Pernambuco	202	32	6,31
Alagoas	55	8	6,88
Sergipe	62	3	20,67
Bahia	183	22	8,32
Nordeste	**972**	**96**	**10,13**
Minas Gerais	576	136	4,24
Espírito Santo	90	24	3,75
Rio de Janeiro	657	95	6,92
São Paulo	1.678	319	5,26
Sudeste	**3.001**	**574**	**5,23**
Paraná	418	58	7,21
Santa Catarina	273	21	13,00
Rio Grande do Sul	676	43	15,72
Sul	**1.367**	**122**	**11,20**
Mato Grosso do Sul	139	22	6,32
Mato Grosso	115	23	5,00
Goiás	176	36	4,89
Distrito Federal(3)	104	13	8,00
Centro-Oeste	**534**	**94**	**5,68**
BRASIL	**6.264**	**920**	**6,81**

Fonte: Catálogo das Instituições de Ensino Superior – 1996 (MEC)

CamScanner

Cursos de Análise de Sistemas, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	0
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	0
Sudeste	15
Minas Gerais	0
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	2
São Paulo	13
Sul	2
Paraná	1
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	1
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	0
Brasil	17



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Automação Industrial, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

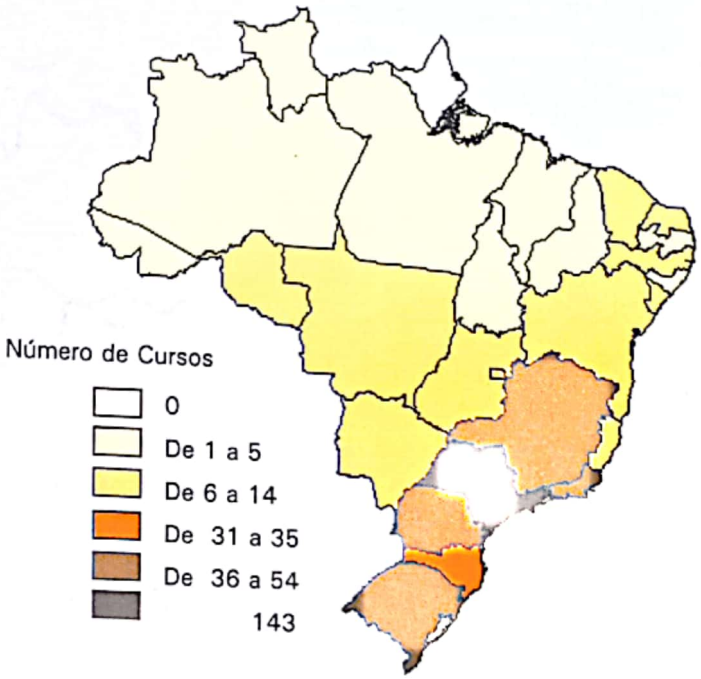
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	0
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	0
Sudeste	0
Minas Gerais	0
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	0
São Paulo	1
Sul	0
Paraná	0
Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	0
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	1
Brasil	

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

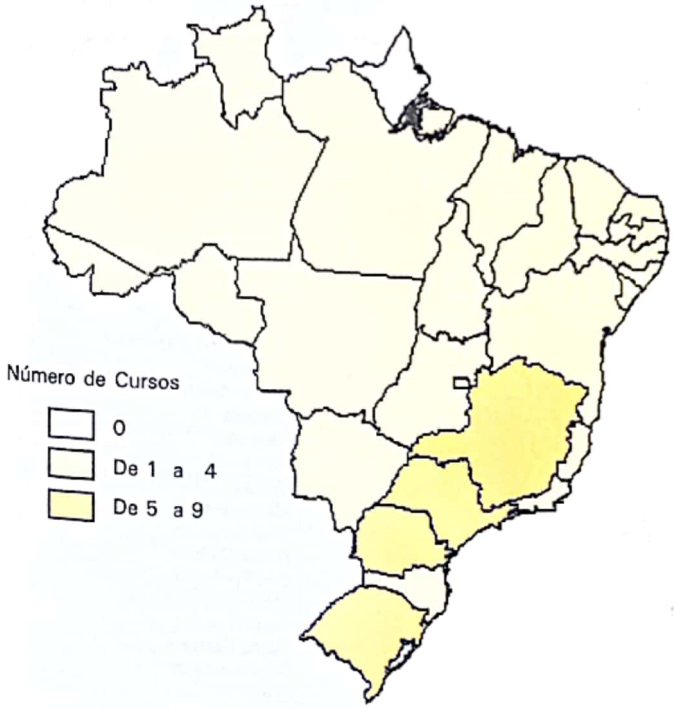
Cursos de Administração, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	18
Rondônia	6
Acre	3
Amazonas	1
Roraima	1
Pará	4
Amapá	0
Tocantins	3
Nordeste	53
Maranhão	4
Piauí	4
Ceará	6
Rio Grande do Norte	6
Paraíba	4
Pernambuco	10
Alagoas	4
Sergipe	6
Bahia	9
Sudeste	250
Minas Gerais	47
Espírito Santo	10
Rio de Janeiro	50
São Paulo	143
Sul	125
Paraná	40
Santa Catarina	31
Rio Grande do Sul	54
Centro - Oeste	42
Mato Grosso do Sul	14
Mato Grosso	10
Goiás	10
Distrito Federal	8
Brasil	488



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Agronomia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



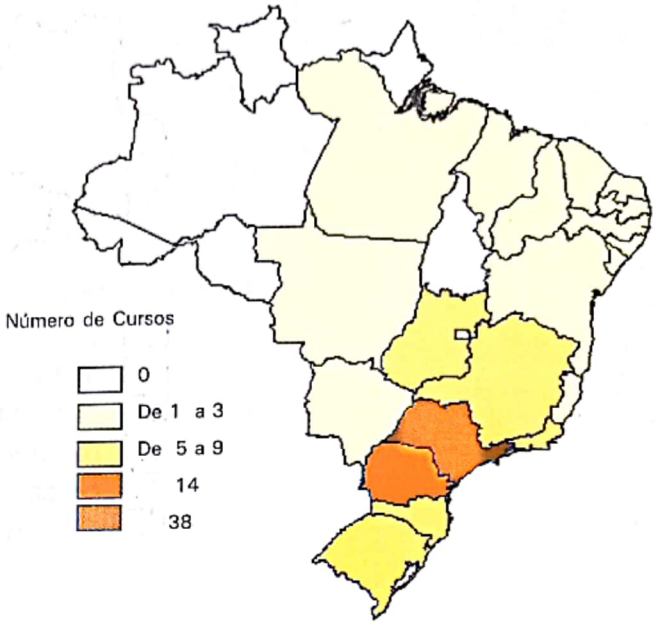
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	6
Rondônia	1
Acre	1
Amazonas	1
Roraima	1
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	1
Nordeste	13
Maranhão	1
Piauí	2
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	2
Alagoas	1
Sergipe	1
Bahia	3
Sudeste	19
Minas Gerais	9
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	1
São Paulo	8
Sul	20
Paraná	8
Santa Catarina	4
Rio Grande do Sul	8
Centro - Oeste	8
Mato Grosso do Sul	2
Mato Grosso	1
Goiás	4
Distrito Federal	1
Brasil	66

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

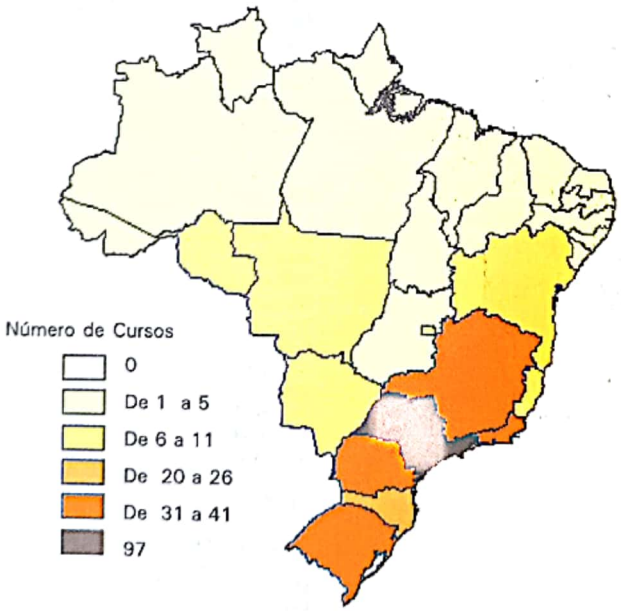
Cursos de Ciência da Computação, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	1
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	12
Maranhão	1
Piauí	2
Ceará	2
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	2
Pernambuco	2
Alagoas	1
Sergipe	1
Bahia	1
Sudeste	52
Minas Gerais	9
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	6
São Paulo	38
Sul	27
Paraná	14
Santa Catarina	7
Rio Grande do Sul	6
Centro - Oeste	10
Mato Grosso do Sul	3
Mato Grosso	2
Goiás	5
Distrito Federal	2
Brasil	102



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Ciências Contábeis, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



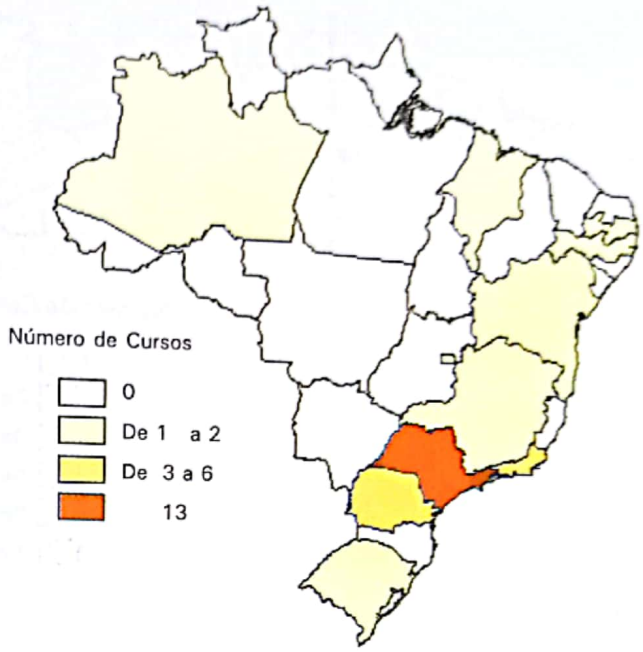
Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	20
Rondônia	6
Acre	3
Amazonas	1
Roraima	1
Pará	5
Amapá	1
Tocantins	3
Nordeste	39
Maranhão	3
Piauí	5
Ceará	4
Rio Grande do Norte	5
Paraíba	3
Pernambuco	5
Alagoas	2
Sergipe	3
Bahia	9
Sudeste	180
Minas Gerais	32
Espírito Santo	10
Rio de Janeiro	41
São Paulo	97
Sul	93
Paraná	31
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	41
Centro - Oeste	32
Mato Grosso do Sul	11
Mato Grosso	10
Goiás	4
Distrito Federal	7
Brasil	364

CamScanner

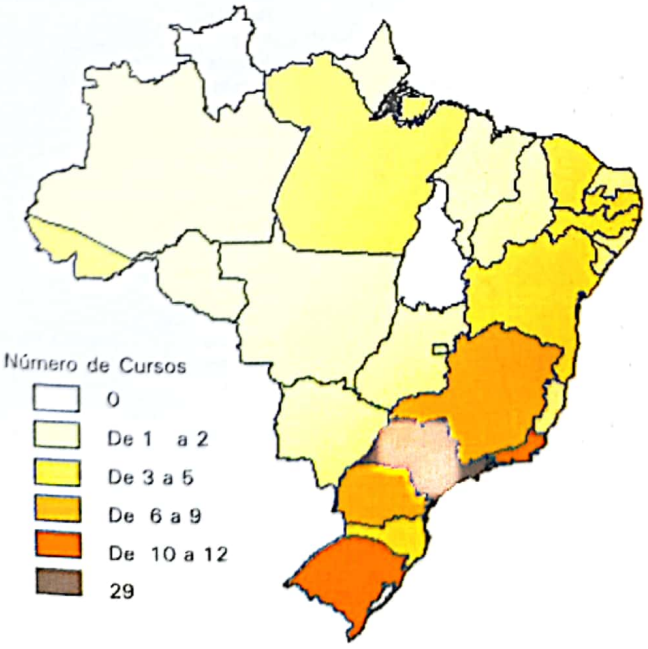
Cursos de Desenho Industrial, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	1
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	1
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	6
Maranhão	1
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	1
Pernambuco	2
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	2
Sudeste	20
Minas Gerais	1
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	6
São Paulo	13
Sul	5
Paraná	3
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	2
Centro - Oeste	1
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	1
Brasil	32



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Enfermagem e Obstetrícia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



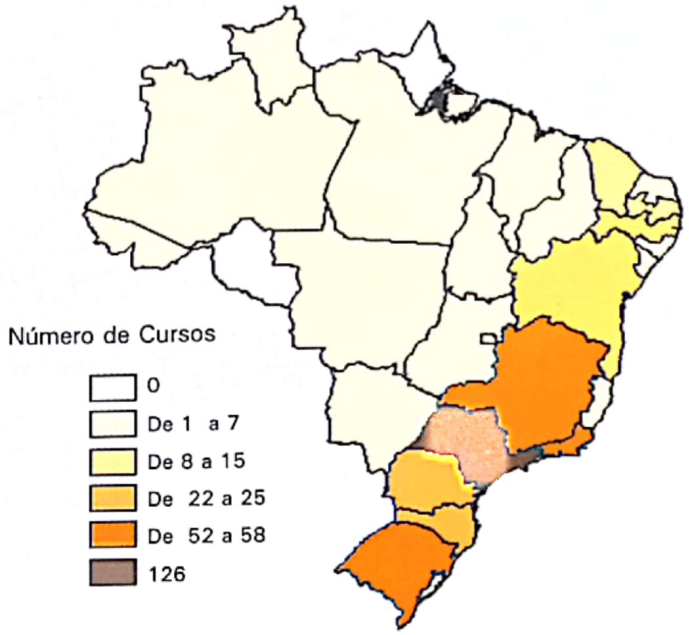
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	9
Rondônia	1
Acre	3
Amazonas	1
Roraima	0
Pará	3
Amapá	1
Tocantins	0
Nordeste	21
Maranhão	2
Piauí	1
Ceará	4
Rio Grande do Norte	2
Paraíba	3
Pernambuco	2
Alagoas	1
Sergipe	1
Bahia	5
Sudeste	50
Minas Gerais	9
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	11
São Paulo	29
Sul	24
Paraná	7
Santa Catarina	5
Rio Grande do Sul	12
Centro - Oeste	5
Mato Grosso do Sul	1
Mato Grosso	1
Goiás	2
Distrito Federal	1
Brasil	109

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

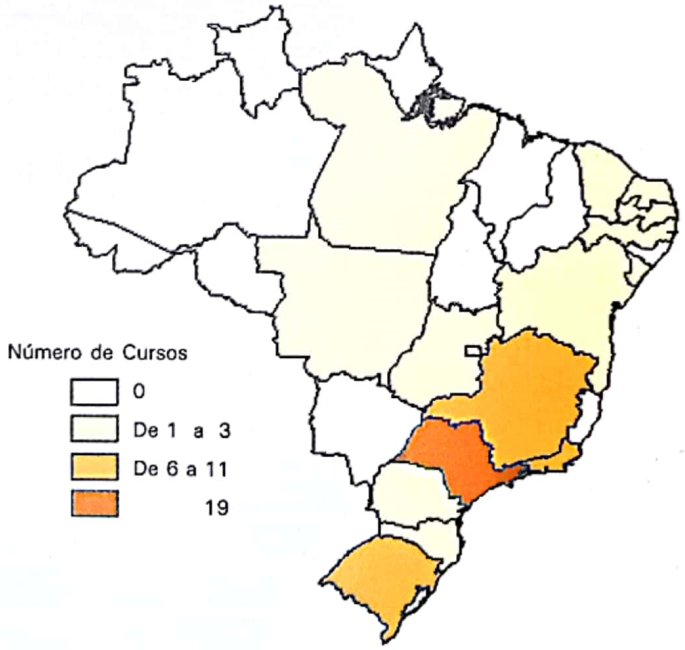
Cursos de Engenharia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	22
Rondônia	
Acre	6
Amazonas	4
Roraima	1
Pará	7
Amapá	0
Tocantins	4
Nordeste	64
Maranhão	2
Piauí	5
Ceará	10
Rio Grande do Norte	5
Paraíba	11
Pernambuco	15
Alagoas	3
Sergipe	3
Bahia	10
Sudeste	242
Minas Gerais	54
Espírito Santo	4
Rio de Janeiro	58
São Paulo	126
Sul	99
Paraná	25
Santa Catarina	22
Rio Grande do Sul	52
Centro - Oeste	17
Mato Grosso do Sul	6
Mato Grosso	3
Goiás	4
Distrito Federal	4
Brasil	444



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Fisioterapia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



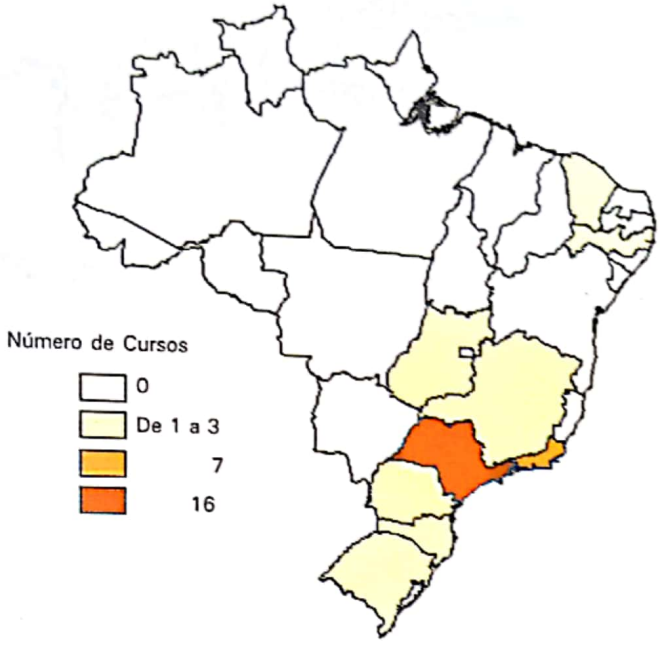
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	1
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	8
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	2
Pernambuco	1
Alagoas	0
Sergipe	1
Bahia	2
Sudeste	37
Minas Gerais	7
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	11
São Paulo	19
Sul	12
Paraná	3
Santa Catarina	3
Rio Grande do Sul	6
Centro - Oeste	3
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	1
Goiás	1
Distrito Federal	1
Brasil	56

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

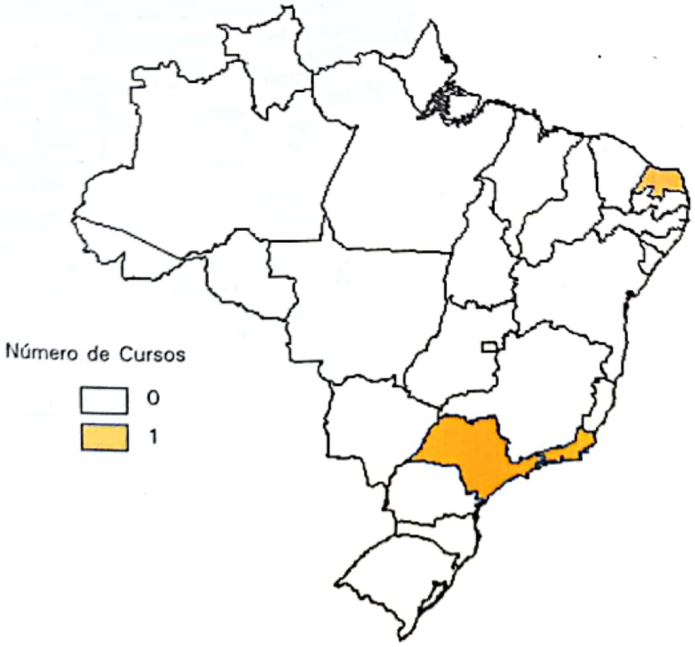
Cursos de Fonoaudiologia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	2
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	1
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	1
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	0
Sudeste	24
Minas Gerais	1
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	7
São Paulo	16
Sul	7
Paraná	3
Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	3
Centro - Oeste	1
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	1
Distrito Federal	0
Brasil	34



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Formação de Executivos, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



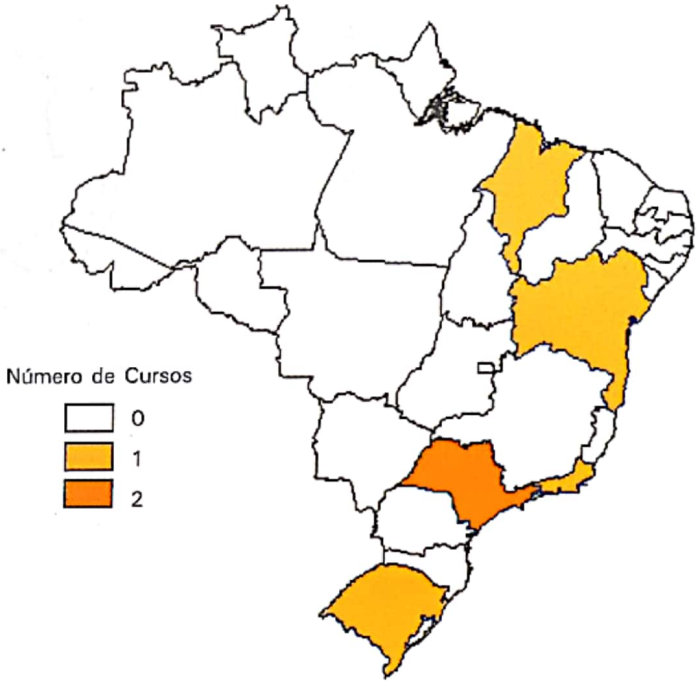
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	1
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	0
Sudeste	2
Minas Gerais	0
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	1
São Paulo	1
Sul	0
Paraná	0
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	0
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	0
Brasil	3

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

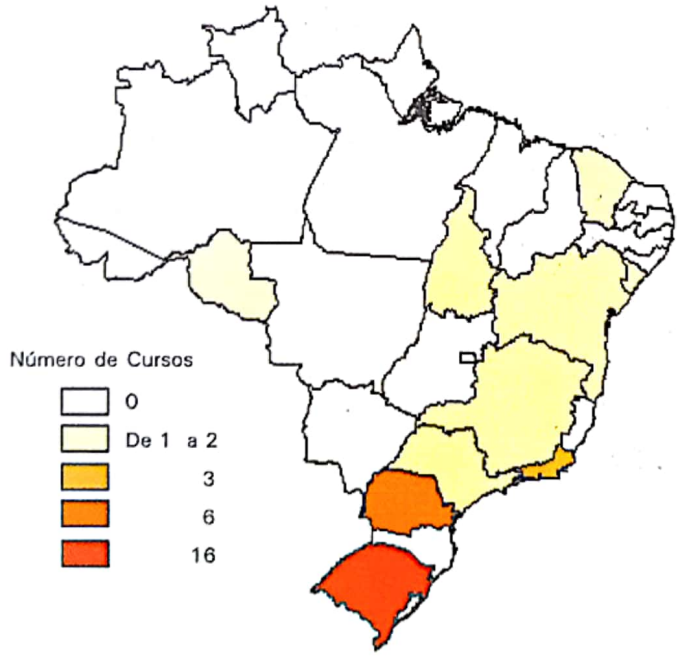
Cursos de Hotelaria, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	2
Maranhão	1
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	1
Sudeste	3
Minas Gerais	0
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	1
São Paulo	2
Sul	1
Paraná	0
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	1
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	0
Brasil	6



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Informática, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



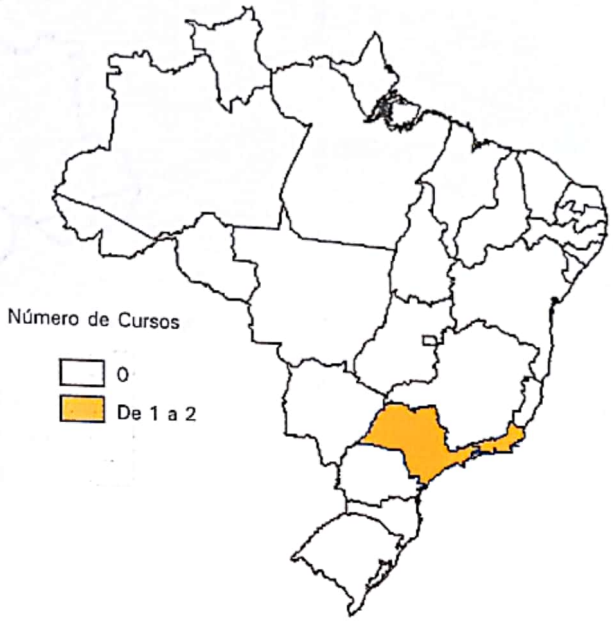
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	2
Rondônia	1
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	1
Nordeste	3
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	1
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	1
Bahia	1
Sudeste	5
Minas Gerais	1
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	3
São Paulo	1
Sul	22
Paraná	6
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	16
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	0
Brasil	32

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

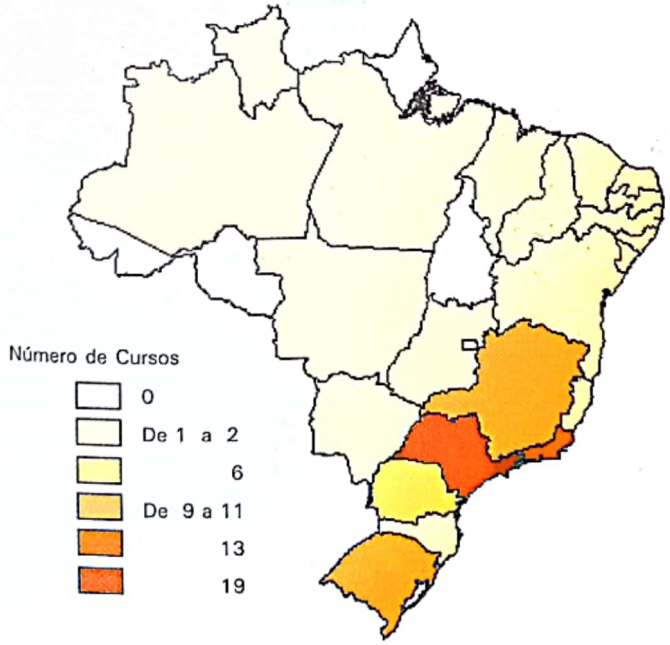
Cursos de Marketing, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	0
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	0
Sudeste	3
Minas Gerais	0
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	2
São Paulo	1
Sul	0
Paraná	0
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	0
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	0
Brasil	3



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Medicina, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



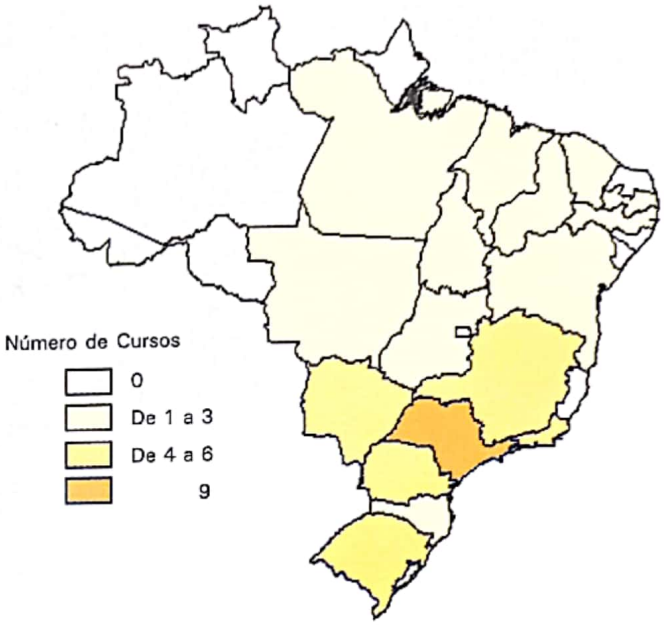
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	2
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	1
Nordeste	6
Maranhão	1
Piauí	1
Ceará	1
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	1
Pernambuco	1
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	1
Sudeste	18
Minas Gerais	5
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	4
São Paulo	9
Sul	11
Paraná	4
Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	6
Centro - Oeste	8
Mato Grosso do Sul	5
Mato Grosso	2
Goiás	1
Distrito Federal	0
Brasil	45

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

Cursos de Medicina Veterinária, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	2
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	1
Nordeste	6
Maranhão	1
Piauí	1
Ceará	1
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	1
Pernambuco	1
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	1
Sudeste	18
Minas Gerais	5
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	4
São Paulo	9
Sul	11
Paraná	4
Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	6
Centro - Oeste	8
Mato Grosso do Sul	5
Mato Grosso	2
Goiás	1
Distrito Federal	0
Brasil	45



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Musicoterapia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

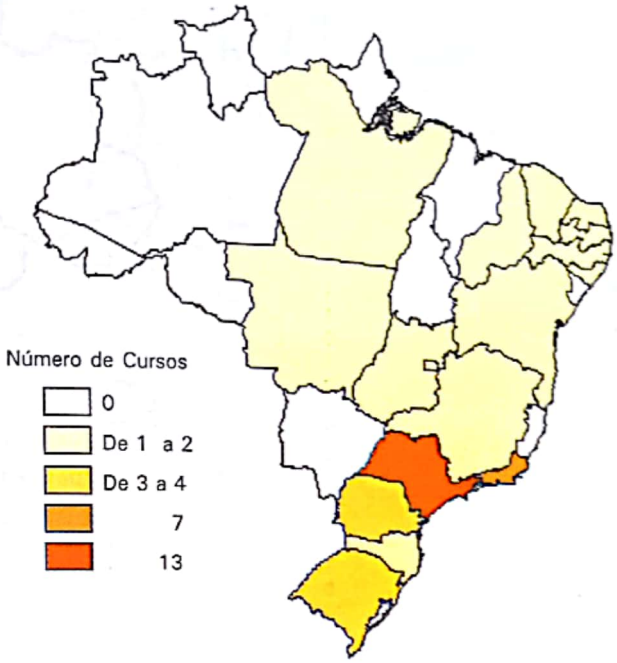
Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	1
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	0
Paraíba	0
Pernambuco	0
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	1
Sudeste	2
Minas Gerais	0
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	1
São Paulo	1
Sul	1
Paraná	1
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	0
Centro - Oeste	0
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	0
Brasil	4

CamScanner

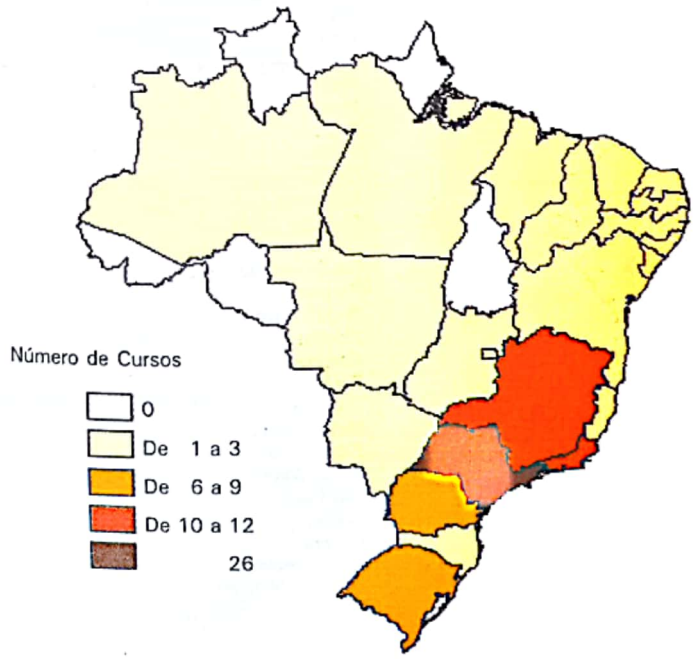
Cursos de Nutrição, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	**1**
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	**8**
Maranhão	0
Piauí	1
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	1
Alagoas	1
Sergipe	0
Bahia	2
Sudeste	**22**
Minas Gerais	2
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	7
São Paulo	13
Sul	**8**
Paraná	3
Santa Catarina	1
Rio Grande do Sul	4
Centro - Oeste	**3**
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	1
Goiás	1
Distrito Federal	1
Brasil	**42**



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Odontologia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



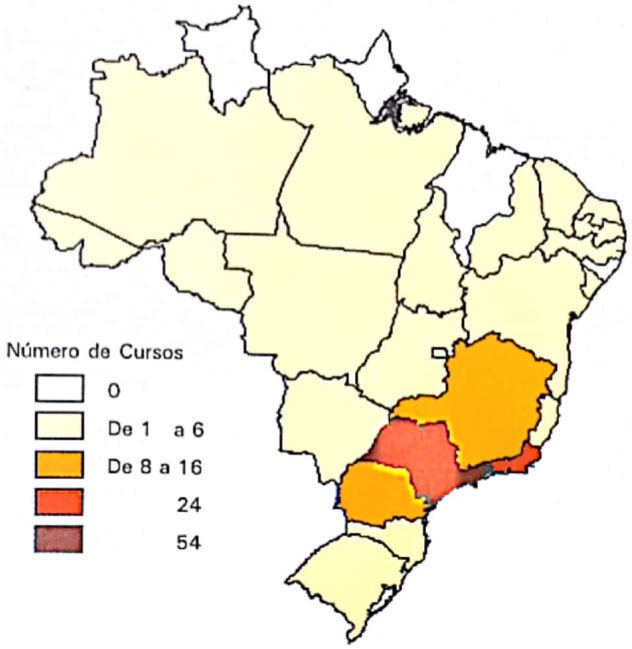
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	**2**
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	1
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	**14**
Maranhão	1
Piauí	1
Ceará	2
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	2
Pernambuco	3
Alagoas	1
Sergipe	1
Bahia	2
Sudeste	**49**
Minas Gerais	11
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	11
São Paulo	26
Sul	**17**
Paraná	9
Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	6
Centro - Oeste	**6**
Mato Grosso do Sul	1
Mato Grosso	1
Goiás	2
Distrito Federal	2
Brasil	**88**

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

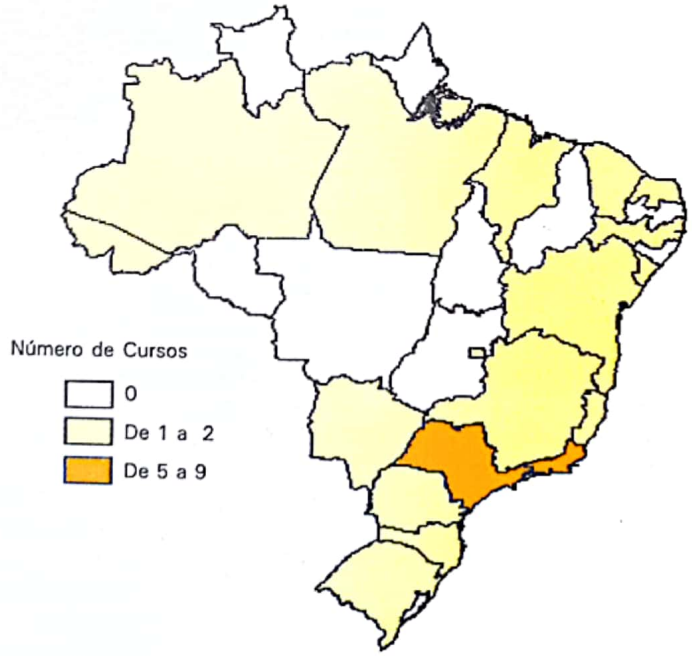
Cursos de Processamento de Dados, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	8
Rondônia	1
Acre	1
Amazonas	2
Roraima	0
Pará	3
Amapá	0
Tocantins	1
Nordeste	10
Maranhão	0
Piauí	2
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	1
Alagoas	0
Sergipe	1
Bahia	3
Sudeste	80
Minas Gerais	8
Espírito Santo	3
Rio de Janeiro	24
São Paulo	54
Sul	25
Paraná	16
Santa Catarina	3
Rio Grande do Sul	6
Centro - Oeste	14
Mato Grosso do Sul	2
Mato Grosso	3
Goiás	4
Distrito Federal	5
Brasil	146



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

Cursos de Turismo, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996



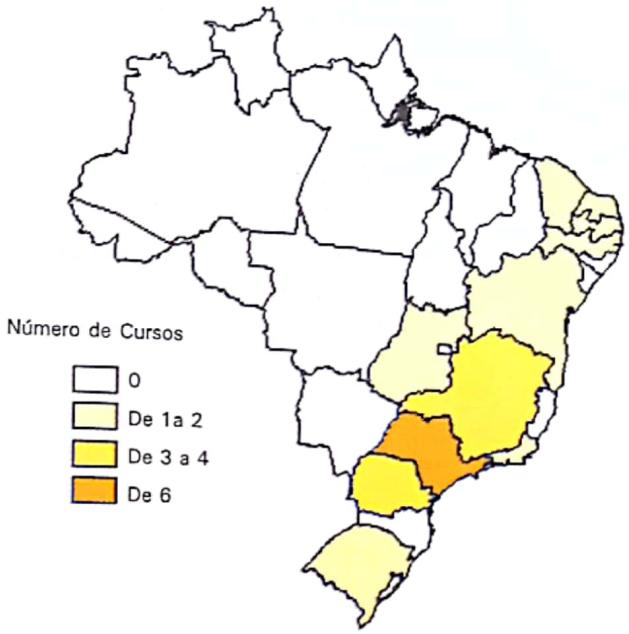
Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	3
Rondônia	0
Acre	1
Amazonas	1
Roraima	0
Pará	1
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	9
Maranhão	1
Piauí	0
Ceará	1
Rio Grande do Norte	2
Paraíba	0
Pernambuco	2
Alagoas	0
Sergipe	1
Bahia	2
Sudeste	17
Minas Gerais	1
Espírito Santo	2
Rio de Janeiro	5
São Paulo	9
Sul	7
Paraná	2
Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	3
Centro - Oeste	3
Mato Grosso do Sul	2
Mato Grosso	0
Goiás	0
Distrito Federal	1
Brasil	39

Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1996 (MEC)

CamScanner

Cursos de Zootecnia, Segundo as Grandes Regiões e Estados da Federação – 1996

Grandes Regiões/ Estados e Distrito Federal	Número de cursos
Norte	0
Rondônia	0
Acre	0
Amazonas	0
Roraima	0
Pará	0
Amapá	0
Tocantins	0
Nordeste	5
Maranhão	0
Piauí	0
Ceará	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Pernambuco	1
Alagoas	0
Sergipe	0
Bahia	1
Sudeste	12
Minas Gerais	4
Espírito Santo	0
Rio de Janeiro	2
São Paulo	6
Sul	5
Paraná	3
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	2
Centro - Oeste	2
Mato Grosso do Sul	0
Mato Grosso	0
Goiás	2
Distrito Federal	0
Brasil	24



Fonte: Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil - 1996 (MEC)

CamScanner